

Joel Boaventura Vutane

**A PROBLEMÁTICA DE LINCHAMENTOS PÚBLICOS EM MOÇAMBIQUE
– CASO ESPECÍFICO DOS BAIRROS DA CIDADE DE CHIMOIO**

Dissertação para obtenção do grau de Mestre na área científica de Criminologia
elaborada sob orientação da Mestre Josefina Maria de Freitas e Castro

Porto, Maio de 2013

Resumo

Para os propósitos e condições em que o presente estudo foi desenvolvido, o linchamento é compreendido como conjunto de atos praticados por populares e que se caracterizam pela execução de supostos criminosos através de ações violentas de tortura, espancamento e uso de fogo para queimar a vítima até à morte. Portanto, consubstancia-se efetivamente numa resposta ao crime e suas implicações.

A diversidade de contextos históricos e de vida social em que os linchamentos têm estado a acontecer faz com que sejam desenvolvidas diversas perspectivas explicativas de sua gênese, assim como assumirem qualidades e tipologias também diversificados. Isso inspirou-nos que tenhamos de estabelecer como objetivo fundamental do nosso estudo: “compreender o linchamento a partir de uma caracterização sistemática dos processos, explicações e seus significados, na sua relação com o sistema de controlo social do crime, designadamente o funcionamento da polícia e dos modelos tradicionais de resolução de conflitos”.

Recorrendo à análise de conteúdo de percepções e representações provenientes de entrevistas semiestruturadas, com diversos atores que direta ou indiretamente experienciaram tais práticas, análise de notícias de jornais e debates em grupos focais, as constatações fundamentais do presente estudo mostram resumidamente que existe um conjunto de elementos situacionais, tais como “condições estruturais dos bairros e de vida urbana descritas como degradadas, a criminalidade violenta e sua estrutura de manifestação”, que estabelecem uma simetria entre o quadro geral de segurança e criminalidade que, simultaneamente, enquadra a construção e interpretação social do linchamento. Contudo, a análise aos discursos sobre os linchamentos introduz categorias que nos remetem para dimensões de carácter estrutural, político e macrossocial. Nessa perspectiva, o linchamento aparece como produto de uma insatisfação popular não só pelas formas violentas do crime, mas de contestar aos que, mesmo podendo evita-lo, não o fazem de forma suficiente. É uma forma de responder ao próprio sistema de justiça criminal que se localiza distante e funciona de modo incompreensível para quem se destina servir. Aparece, adicionalmente, como tentativa de reestruturação e restabelecimento da coesão e relações de vida em sociedade.

Palavras-chave: Linchamento, (in) segurança, criminalidade, conflitos criminais.

Abstract

For the purposes and conditions under which this study was carried out, the lynching is understood as the set of acts performed by population. These acts are characterized by the execution of suspected criminals through violent actions of torture, beatings and use of fire to burn the victim to death. Therefore, it effectively constitutes an answer to the crime and its implications.

The diversity of historical contexts and social life in which lynching has been happening causes the development of several explanatory perspectives of its genesis, as well as the assumption of diversified qualities and typologies. That inspired us to establish as a main goal of our study “the understanding of lynching from a systematic characterization of processes, explanations and their meanings in their relationship with the social control system of crime, in particular the functioning of the police and of the traditional models of conflict resolution”.

Turning to the content analysis of perceptions and representations from semi-structured interviews with various actors – that directly or indirectly have experienced such practices – and the analysis of newspaper’s news and debates in focal groups, the key findings of this study briefly show that there is a set of situational elements, namely the “structural conditions of neighbourhoods and urban life described as diminished, the violent criminality and its structure of expression”, that establish a symmetry between the general framework of security and criminality, that, simultaneously, provides the setting off the social construction and interpretation of the lynching. However, the analysis of speeches on lynching introduces categories of analysis that remit us to dimensions of structural, political and macro-social character. In this perspective, the lynching appears as a product of a popular dissatisfaction not only by violent forms of crime, but as a response to those that, even being able to avoid it, do not do it sufficiently. It is a way to respond to the criminal justice system itself that appears distant and works on an incomprehensible manner to those that pretend to serve, and additionally, as an attempt of restructuring and restoring the cohesion and relations of life in society.

Keywords: Lynching, (in) security, criminality, criminal conflicts.

Agradecimentos

À equipa da Escola de Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade do Porto que, assistiu o meu processo de formação, com destaque para os Professores Doutores Carla Cardoso, Jorge Quintas, Pedro Sousa e Amadeu Recanses. Estendem-se os meus agradecimentos para os meus colegas da turma em especial a Dr.^a Ana Lemos.

Profundos agradecimentos dirigem-se para a Mestre Josefina Castro, minha professora e orientadora que desde as primeiras ideias de interesse pela pesquisa nesta área temática disponibilizou-se a usar as suas experiências e competências na investigação para que o presente trabalho se torne uma realidade. A ela, agradeço também por me ter ajudado, de forma paciente, a delimitar os objetos e as perspetivas de abordagem do estudo.

À Comissão Europeia, programa ERASMUS MUNDUS, ação 2 Lot. 15 Países de África Caraíbas e Pacífico, pelo financiamento concedido para que a formação que culmina com a elaboração deste trabalho decorresse sem maiores dificuldades.

À Polícia da República de Moçambique, Comando Provincial de Manica, ao Tribunal Judicial da Província de Manica, Conselho Municipal de Chimoio e Instituto Nacional de Estatística, delegação de Manica pelos dados e informações concedidas para a caracterização e descrição contextual do local em que a pesquisa foi realizada.

Aos magistrados judiciais e do ministério público, oficiais da polícia, líderes comunitários e demais autoridades dos bairros que, em entrevista, dedicaram o seu tempo, experiências para desenvolver pontos de vista, opiniões e perceções que nos conduziram aos resultados da pesquisa.

A todos, o meu muito obrigado

Lista de Gráfico e Tabela

- 1. Tabela de registos numéricos de alguns tipos comuns de crimes e linchamentos ocorridos na cidade de Chimoio (2007-2011) 35**
- 2. Evolução dos crimes contra a propriedade, contra as pessoas e linchamentos registados pela polícia, no período entre 2007 e 2011..... 36**

Lista de Acrónimos e Abreviaturas

- 1. WHO - World Health Organization**
- 2. INE - Instituto Nacional de Estatística**
- 3. AMETRAMO – Associação dos Médicos Tradicionais de Moçambique**
- 4. R. - Respondente**

Índice de Matérias

Resumo	i
Abstract.....	ii
Agradecimentos	iii
Lista de Gráfico e Tabela.....	iv
Lista de Acrónimos e Abreviaturas	v
Introdução.....	1
CAPÍTULO 1: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	3
1.1 Definição do Linchamento	3
1.2 Síntese sobre a Origem Histórica e Evolução dos Linchamentos	3
1.3 Enquadramento Jurídico-Penal das Práticas de Linchamentos	6
1.4 Perspetivas teórico-explicativas dos linchamentos.....	7
1.5 A Dinâmica Processual de Linchar	11
1.6 Tipologias dos Linchamentos	15
1.7 Os Desafios de Gestão da Segurança Pública, e da Prevenção Criminal	16
1.7.1 A Teoria da Escolha Racional: a Sua Aplicação nas Questões de Segurança e Prevenção Criminal.....	18
1.7.2 A Prevenção Situacional	21
1.8 O Papel dos Modelos Tradicionais de Resolução de Conflitos no Controlo Social do Crime	25
CAPÍTULO 2: ENQUADRAMENTO GERAL E OBJETIVOS DO ESTUDO EMPÍRICO SOBRE LINCHAMENTOS NA CIDADE DE CHIMOIO.....	33
CAPÍTULO 3: METODOLOGIA	39
3.1 Enquadramento Epistemológico.....	39
3.2 População e Amostragem	39
3.2.1 Estratégias de Seleção e Caraterização da Amostra	40
3.3 Métodos de Recolha de Dados	42
3.3.1 Entrevista Semiestruturada	43
3.3.2 Debate em Focus Group.....	44
3.3.3 Análise Documental.....	46
3.4 Tratamento e Análise de Dados.....	47
CAPÍTULO 4: RESULTADOS	49

4.1 Segurança, Criminalidade e Vitimação	49
4.1.1 Principais Problemas.....	49
4.1.2 Fatores de Insegurança e de Criminalidade	52
4.1.3 Polícia e Prevenção Criminal.....	54
4.1.4 Outras Formas de Prevenção Criminal	60
4.1.5 O Papel dos Modelos Tradicionais na Resolução de Conflitos Criminais	61
4.1.6 Modos de Reação ao Crime Consumado	67
4.1.7 Percepções sobre as Sanções Criminais Formais.....	68
4.2. Os Linchamentos	71
4.2.1 Elementos de Definição e Contextos Espaço-temporais	71
4.2.2 Atos, Processos e Atores de Linchamentos	73
4.2.3 Percepções e Explicações dos Linchamentos	77
4.2.4 Avaliação e Percepções sobre os Efeitos Sociais dos Linchamentos	82
4.2.5 Controlo e Percepções sobre a Prevenção dos Linchamentos	86
CAPÍTULO 5: DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
5.1 Discussão dos Resultados.....	90
5.2 Considerações Finais e Elementos de Futuros Estudos.....	105
Referências.....	109
Anexos	118

Introdução

O presente trabalho insere-se no processo de culminação de estudos conducentes ao grau de mestre na área científica de Criminologia pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto. Tem como área temática “os linchamentos públicos em Moçambique”, com referência particular para os casos ocorridos nos bairros da cidade de Chimoio.

A verificação reiterada destas práticas e a sua intensificação, conforme os dados de ocorrências na cidade de Chimoio, não só constitui preocupação dos poderes governativos locais, como também suscita interesse e preocupação da comunidade política e científica internacional, dado que o ato de linchar em si constitui crime assim como privação do gozo e exercício de direitos reservados à dignidade da pessoa humana destacando-se, entre outros, a integridade física e a vida que as sociedades têm o dever de respeitar, proteger e promover.

As perspetivas teóricas que desenvolvemos para o respetivo enquadramento sugeriram-nos que o analisássemos não apenas como um problema de ordem e de segurança pública, mas também ligado ao processo de manutenção das relações sociais na comunidade. Foi nesta esteira que, através de um estudo empírico, nos propusemos a compreender o linchamento na cidade de Chimoio, os fatores, motivações, perceções e significados que lhe estão associados, designadamente a sua relação com os processos de controlo formal e informal das desordens e da criminalidade urbana e, em particular, a sua relação com o funcionamento das forças policiais e com a atuação dos dispositivos tradicionais de controlo comunitário.

O presente trabalho encontra-se, estruturalmente, organizado em cinco capítulos. No primeiro capítulo tratamos de desenvolver os conceitos fundamentais e perspetivas teóricas explicativas que nos deram uma compreensão básica do fenómeno, como realidade ocorrida em diversas sociedades e, em contextos históricos e sociologicamente diferentes dos que o presente estudo foi desenvolvido. É ainda neste primeiro capítulo onde tratamos de apresentar os pressupostos teórico-criminológicos dos problemas de criminalidade e segurança pública, assim como do funcionamento dos modelos tradicionais de resolução de conflitos que enquadram o fenómeno e evidenciam os possíveis pontos de conexão entre o linchamento e a forma de gestão dos mesmos problemas.

Ao segundo capítulo dedicamos apenas à caracterização do local do estudo, problematização e apresentação de dados e informações que nos incentivaram a desenvolver a pesquisa nesta área temática. Foi também onde estabelecemos as nossas metas de análise assim como as questões fundamentais que presidiram todo o processo de pesquisa. No

terceiro capítulo dedicamo-nos à apresentação do desenho e estratégias metodológicas para a observação do fenómeno, descrição dos critérios de seleção e caracterização dos sujeitos de pesquisa assim como, dos procedimentos de recolha e tratamento dos dados.

Já no quarto capítulo procedemos à apresentação detalhada dos resultados obtidos, os quais encontram-se estruturados conforme as principais dimensões e sub dimensões de análise estabelecidas. Em último lugar encontra-se o capítulo da discussão e considerações finais. Tendo em atenção as disposições teóricas e constatações de estudos desenvolvidos por outros pesquisadores é neste capítulo onde reside a nossa análise integrativa e construção indutivista do conhecimento resultante da pesquisa empírica. Para além de evidenciar as considerações finais e limitações da pesquisa aproveitamos o mesmo capítulo para sugerir alguns elementos e hipóteses que futuras investigações possam desenvolver para nos conferir uma compreensão mais alargada e cada vez mais profunda das práticas de linchamentos e, se calhar, testar as constatações trazidas por este estudo.

Para encerrar fazemos uma apresentação das referências bibliográficas utilizadas para a compreensão, análise e discussão dos resultados.

CAPÍTULO 1: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 Definição do Linchamento

O termo linchamento tem origem etimológica em *lynch*, nome original de um norte-americano, proprietário de uma larga extensão de terras na Virgínia que, em 1790, teria implementado práticas ilegais de punição de transgressões às regras locais. Essas práticas consistiam na aplicação de chicotadas aos suspeitos, amarrados a uma árvore grande que se localizava em frente de sua casa (Benevides, 1982 e Tolnay & Beck, 1995). No entanto, a definição conceptual do linchamento tem sido influenciada pelos contextos em que o fenómeno tem sido estudado. Neste sentido Wright e Miller (2005), através da *Encyclopedia of Criminology* sugerem-nos que o linchamento assume dois significados. O primeiro é o de natureza estritamente legal, que naturalmente poderá variar de acordo com os diversos sistemas legais, e o segundo de natureza sociológica. Nesta esteira de pensamento Wright e Miller (2005) consideram que a construção criminológica da noção de linchamento se enforma pelo contexto histórico e sociológico da ocorrência do fenómeno. Esta orientação conceptual designa o linchamento como sendo um processo de punição de um indivíduo, através da violência letal perpetrada por uma pluralidade de pessoas. Já o *Oxford English Dictionary* descreve-o como práticas de “imposição de pena” a um suspeito, feita por um “tribunal” constituído por autoridades não legais (Fower & Fower, 1995).

Como podemos constatar, nas orientações conceptuais anteriormente expostas, os elementos caracterizadores da noção de linchamento não são unânimes. Isto significa que a diversidade contextual dificulta a aferição de uma noção unívoca de linchamento. Contudo, a partir dos elementos comuns constantes nas definições de Garland (2005), Martins (1995), Sinhoretto (2009) e Souza (1999), podemos definir o linchamento como sendo ações violentas e coletivas de fazer justiça através de julgamentos arbitrários, caracterizados pela execução sumária de pessoas supostamente consideradas criminosas, ou efetivamente acusadas de crime, através da participação de multidões e sem intervenção de autoridades legais.

1.2 Síntese sobre a Origem Histórica e Evolução dos Linchamentos

De acordo com a explicação de Tolnay e Beck (1995), a prática de linchamentos surgiu no século XVIII, e viria a gozar de uma aprovação popular no sul dos Estados Unidos da América, nos finais do século XIX. Considera-se, em termos concretos, que as primeiras

torturas e queimadas de suspeitos de crime, feitas em forma de cerimónias e espetáculos públicos, se teriam registado nos finais dos anos 90 (Garland, 2005).

É neste contexto histórico que autores como Garland (2005), Martins (1995) e Waldrep (2008) consideram que, para além de estarem associados à acusação de prática de crime, os linchamentos estavam indubitavelmente imbuídos de propósitos raciais. Por meio de terror e violência privada, estes atos dissuadiam os afro-americanos de invocar e usufruir de direitos legais. Através dessas práticas, os linchadores procuravam lembrar-lhes que sempre ocupariam a posição mais baixa da esfera política e social. Mais particularmente, Waldrep (2008) considera que os linchamentos praticados por multidões refletiam tentativa dos brancos preservarem as linhas de castas e seus privilégios, impondo aos negros a inferioridade e a sujeição.

No seu trabalho intitulado *one hundred years of crime and race*, Butler (2010) explica que o linchamento foi muitas vezes considerado como resposta extra-legal contra os afro-americanos suspeitos de crime. No entanto, as suas práticas viriam também a ter como vítimas os latinos americanos, judeus e outros grupos imigrantes. Na mesma linha de pensamento Martins (1995) defende que seria incorreto considerar os linchamentos como práticas exclusivamente dirigidas contra negros, porque em caso de violação das regras morais, os brancos também eram vitimizados, sendo essa uma forma de manter e impor o acatamento da moralidade tradicional.

Estas práticas fizeram com que, segundo Souza (1999), na história dos linchamentos, os Estados Unidos fossem considerados como o país com maior número de ocorrências registadas. A partir dos Estados Unidos de América, as práticas de linchamentos estenderam-se progressivamente a outros países, particularmente da América Latina. Nessa esteira, Martins (1995) assinala a sua ocorrência no Brasil, nos finais do século XIX, predominantemente nas zonas urbanas caracterizadas por condições estruturais precárias, descrevendo-as como atos de crueldade recorrentemente praticados contra um suspeito criminoso.

Em Moçambique, conforme revela um estudo desenvolvido por uma equipa da Unidade de Diagnóstico Social, do Centro dos Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, sob direção de Serra (2008), o fenómeno começa na década 90 do século XX, tendo conhecido, segundo os autores, três momentos fundamentais de desenvolvimento que acompanhariam as transformações económicas, políticas e sociais do país:

- a) De 1991 a 1995 foi um momento em que se registavam altos níveis de insegurança, associados a diversos fatores, tais como o desemprego, assimetrias sociais e guerra civil. Assistiu-se às primeiras execuções contra suspeitos de crime protagonizadas por grupos de populares;
- b) O segundo período, de 1996 a 2003 ter-se-ia caracterizado por uma diminuição, devido às expectativas positivas criadas pelo fim da guerra civil e pelas primeiras eleições multipartidárias;
- c) De 2004 a 2007, assistir-se-ia a uma outra onda de linchamentos. Foi dificilmente controlada pelas autoridades públicas; o aumento da criminalidade, associado ao incremento das assimetrias sociais e à proliferação e (in) formalização dos mercados, constitui o motivo principal invocado pelos autores.

De acordo com Serra (2008) estes casos ocorreram inicialmente na cidade de Maputo, capital do país, tendo-se expandido posteriormente para outros centros urbanos, como as cidades de Beira, Xai-Xai, Nampula e Chimoio. De acordo com este estudo, os linchamentos viriam a atingir proporções jamais vistas nos anos de 2007 e 2008. Distinguindo-se das orientações raciais, uma das características fundamentais dos linchamentos nos Estados Unidos, relativamente a Moçambique, assim como ao Brasil, evidenciam-se como fatores precipitadores dos atos de linchamento as transformações políticas e assimetrias sociais, ligadas ao recrudescimento da criminalidade.

Esta pequena retrospectiva da origem e evolução histórica sugere-nos que a prática de linchamentos públicos, caracterizada por torturas e queimadas de vítimas, não constitui apenas realidade dos nossos tempos. Trata-se de um fenómeno registado e debatido desde o século XVIII nos Estados Unidos de América, expandindo-se por outras regiões do mundo. Mais do que evidências raciais, como nos sugerem alguns autores, estiveram na sua relação profundas transformações político-sociais e questões de criminalidade, tendo em conta que muitas das suas vítimas foram sempre acusadas de práticas criminosas (Butler, 2010; Garland, 2005; Martins, 1995 e Serra, 2008).

Os linchamentos constituem uma prática contrária às leis formais, cuja consumação carece de responsabilização. É por isso que a seguir nos ocuparemos de uma breve descrição das condições de enquadramento e reação ao fenómeno pelo direito penal.

1.3 Enquadramento Jurídico-Penal das Práticas de Linchamentos

Referenciando o ordenamento jurídico norte-americano, no seu trabalho sobre *public torture lynchings in twentieth-century America*, Garland (2005) explica que os linchamentos assumem o caráter de homicídios ou outros tipos legais de crime com eles associados. O autor avança mais ao dizer que as suas investigações foram caracterizadas pelo silêncio das testemunhas e de outros residentes dos bairros, gozando supostamente uma espécie de imunidade no seio da justiça formal. Por seu turno, Martins (1995) explica que, no Brasil, a própria polícia sempre teve dificuldades em obter informações sobre o crime e indicar os seus participantes. Os residentes optam pelo silêncio mesmo para a identificação da pessoa linchada, ainda que a conheçam. Este silêncio implica, no ponto de vista de Garland (2005), uma expressão de sentimento de solidariedade e espírito de grupo entre os participantes.

No contexto moçambicano, o ato de linchar uma pessoa manifesta-se como flagrante violação de direitos estabelecidos no Artigo 40º da Constituição de Moçambique, ao referir no seu nº 1 que “todo o cidadão tem direito à vida e à integridade física e moral, e não pode ser sujeito à tortura ou tratamentos cruéis ou desumanos”.

Este enquadramento é enfatizado por Binford (1999), ao considerar que o linchamento de um suspeito de crime é, de certa forma, a demonstração da negação do direito de defesa a favor do acusado. Este comportamento é ilegal, uma vez que, conforme explicação de Serra (2008), cabe ao Estado ou seus organismos julgar, condenar e punir os criminosos com imparcialidade.

De acordo com o ordenamento jurídico vigente em Moçambique, as práticas de linchamentos têm sido enquadradas, tendo em conta a intenção e o resultado final que os atos de linchar produzirem. Não existindo uma legislação avulsa específica, consubstanciam-se em tentativa de homicídios e homicídio frustrado ou homicídio qualificado, previstos e puníveis nos termos dos Artigos 350º e 351º, circunstâncias 1ª, 2ª e 6ª, ambos do código penal moçambicano.

Contudo, quando muitas pessoas tomam parte de um ato criminal, como o linchamento, a responsabilização é precedida por uma avaliação da parte que cada uma das pessoas teve na ação. Esta formalidade acontece em estrito respeito ao princípio da “individualidade” da responsabilidade criminal, conforme tenham sido autores, cúmplices e encobridores, segundo o estabelecido no Artigo 19º, em conjugação com o Artigo 28º, do código penal moçambicano. Este imperativo legal faz com que a responsabilização criminal

por prática de linchamento se mostre como tarefa difícil. Para além disso, à semelhança do Brasil e dos Estados Unidos, o processo de investigação também se depara com o silêncio das testemunhas e participantes (Serra, 2008). Face a esta dificuldade, os instigadores de atos de linchamento têm grandes probabilidades de ficarem impunes e, se são responsabilizados, a pena aplicada é mais reduzida do que a que seria aplicada por exemplo a um homicídio qualificado.

Nesta ordem de ideias, Souza (1999) considera que para além de incentivar a repressão das instituições formais de controlo social, as dificuldades de responsabilização criminal dos autores de linchamentos incentivam o recurso às formas privadas de fazer a justiça fora do controlo do Estado.

1.4 Perspetivas teórico-explicativas dos linchamentos

As abordagens explicativas do linchamento encontradas na literatura podem ser estruturadas em três perspetivas principais. A primeira perspetiva é a que procura compreender as origens do fenómeno tendo como base os *contextos políticos, económico-social e culturais que caracterizam o momento da eclosão dos linchamentos*. Nesta esteira de pensamento, autores como Garland (2005); Godoy (2004), e Krupa (2009) têm sido concordantes na consideração de que os linchamentos surgiram em contextos espaço-temporais marcados por processos de reconstrução e contínuas transformações sociais. Mencionam que nos Estados Unidos da América, o fenómeno surge depois do fim da escravatura, aquisição da emancipação do direito de voto aos afro-americanos, sucessivos ciclos de estagnação e avanços económicos que dariam lugar a condições económicas e de vida política competitiva entre brancos e negros. Tolinay e Beck (1995) explicam que os linchamentos foram mais usados como forma de intimidação e inibição do exercício de direitos consagrados por receio de que estes, eventualmente, alterassem as expectativas e o rumo da vida dos brancos.

Referindo-se aos linchamentos na América Latina, Krupa (2009); Santillán (2008) e Vilas (2005) consideram que o reconhecimento da multiculturalidade em alguns países da região daria lugar e expressão a certos grupos sociais com culturas específicas e historicamente silenciados. Portanto, para além de constituir expressão de populações política e economicamente marginalizadas, as práticas violentas e outros atos de linchamentos são interpretados como associados ao exercício da justiça indígena e à persistência de categorias pré-modernas de reação a comportamentos desviantes.

Esta perspectiva tem merecido críticas, como as expressas por Godoy (2002, 2004). Esta autora nota que as formas tradicionais de resolução de conflitos persistiram por mais de 500 anos sem nunca terem atingido solução de conflitos através de mortes humanas, mas sim através da obrigação de compensações, restituições e reparação do dano causado como forma de responsabilização do prejuízo que eventualmente tenha sido causado pela conduta desviante.

Já em Moçambique, além do fim da dominação colonial, em 1975, aprova-se em 1990 um texto constitucional que colocaria o fim do regime político de cunho leninista marxista e introduziria as noções de pluralismo político, liberdade de expressão, entre outros princípios que alicerçam o regime político democrático vigente. Além do mais, no mesmo período, assiste-se à assinatura do Acordo Geral de Paz que colocaria o fim a uma guerra civil que, para além de atrocidades humanas, provocara imigrações massivas de pessoas do campo para as zonas urbanas¹. Em termos económicos, com a aprovação da lei 15/91 de 23 de maio, assiste-se ao início do processo de reestruturação e redimensionamento do setor empresarial do Estado que, segundo Métier (2003), traria como consequência as reduções massivas da força laboral e um crescente processo de procura de alternativas de rendimento, como é o caso da (in) formalização da atividade comercial. Portanto, Serra (2008) considera que este constitui um quadro breve de mutações políticas e económicas que, em Moçambique, explicariam a regularidade da ocorrência dos linchamentos nas zonas urbanas.

A segunda perspectiva é a que procura compreender o fenómeno do linchamento como *resultado da forma de funcionamento do sistema de justiça criminal formal*. Seguindo esta linha de pensamento, começamos pelas explicações dadas por Ferguson (2006) no seu trabalho intitulado *Judicial authority and popular justice*. Este autor considera que as manifestações e práticas violentas coletivas são um mecanismo de transferência de poderes judiciais para um sistema popular de justiça retributiva. Essa transferência é interpretada como reflexo do fracasso estadual ou da sua parcialidade na aplicação das regras formais de justiça. Esta ideia foi também desenvolvida por Conteh-Morgan (2006) ao considerar que o enfraquecimento do Estado contribui para a perda da sua legitimidade interna e para a agudização de frustrações populares, expressáveis por tumultos ou manifestações violentas de

¹ University of Minnesota: Human Rights library (n.d.). The Status of Human Rights Organizations in Sub-Saharan Africa - Mozambique. University of Minnesota. Disponível em <http://www1.umn.edu/humanrts/africa/mozambiq.htm>

repulsa. No mesmo sentido, Garland (2005) concebe as práticas de linchamento como uma forma coletiva de realizar a justiça retributiva, e ainda de restabelecimento da honra e de reafirmação do poder da comunidade.

Fazendo referência aos resultados de estudos de série temporal desenvolvidos por Philips, para elucidarem as suas análises, Garland (2005) e Liska (1997) consideram que os linchamentos praticados em público nos Estados Unidos tiveram uma covariação negativa, à medida que novas formas de atuação pelas autoridades e agências criminais formais eram estabelecidas. A demais, variaram negativamente quando formalmente, se introduziam novas formas legais de vigilância e responsabilização criminal (e.g., guilhotina, electrocução, injeções letais etc.).

Para Bertelsen (2009), que desenvolveu um estudo na cidade de Chimoio em Moçambique, as práticas linchatórias são resultado da inadequação das estratégias e atuação das autoridades públicas em geral e particularmente, das forças policiais na resolução das preocupações das pessoas. Segundo este autor, a queima de um indivíduo é expressão da vontade coletiva de punir o ofensor, cujo comportamento criminoso impede a sua reinserção na sociedade. No mesmo sentido, Garland (2005) e Mbuba (2011) consideram que as declarações violentas de culpa, responsabilização e imposição de sanções graves, incluindo o linchamento do suspeito, refletem o cansaço que os populares sentem relativamente à criminalidade, à falta de intervenção policial, e à lentidão e incerteza da justiça criminal.

Esta explicação vem a ser suportada pelo princípio defendido por Binford (1999), segundo o qual o declínio da confiança nas autoridades públicas, por parte da sociedade civil, faz com que os populares decidam tomar a lei e o direito de punir em suas próprias mãos. Dito de outra forma, quando constatamos a abundância de práticas extraleais, subentende-se que as entidades detentoras do poder de regulação dos atos que desestabilizam a ordem social estão demonstrando fraqueza (Souza, 1999).

Ainda na esteira do fundamento do exercício de justiça popular, Binford (1999) explica que, no México, os linchamentos ascenderam primariamente nas comunidades em que a justiça criminal formal era notoriamente corrupta, repreensiva e de acesso limitado. Este autor classifica esses atos como sendo uma violência secundária, que sucede à violência primária provocada pelo crime na sociedade. Mais particularmente, e conforme a argumentação de Sinhoretto (2009), as multidões de linchamento são constituídas por indivíduos motivados pelo desejo de justiça diante de um crime, ou por mera contestação das instituições judiciais e policiais.

Sintetizando, segundo esta segunda perspectiva, as reações populares que culminam em linchamento são interpretadas como forma de realizar a justiça retributiva face ao fracasso demonstrado pelo Estado na solução de problemas de segurança e de justiça criminal. Responderiam assim a um desejo de justiça que se vê frustrado face à ineficácia ou injustiça do sistema formal. Mais especificamente, seriam sobretudo o reflexo da inadequação das estratégias da polícia no controlo da criminalidade e das disfunções dos tribunais. (Bertelsen, 2000; Ferguson, 2006; Garland, 2005 e Sinhoretto, 2009).

Por fim, a terceira perspectiva procura explicar os linchamentos a partir do *papel que desempenham na ordem e coesão social*. Esta perspectiva enquadra-se na conceção de que a compreensão e explicação dos fenómenos sociais, como é o caso dos linchamentos, tenha em consideração as funções que os mesmos desempenham na sociedade (Durkheim, 1980). Algumas abordagens que assentam nesta perspectiva fazem referência à teoria de anomia de Merton.

Merton explica a noção de anomia a partir de uma análise sobre a relação entre a *estrutura cultural*, que estabelece os objetivos sociais e os meios legítimos para os alcançar, e a *estrutura social* que garante as relações sociais entre os indivíduos (Merton, 1996). Esta última procede à distribuição das oportunidades sociais, através das quais os indivíduos, obedecendo às regras e aos meios institucionalizados, podem atingir e usufruir dos objetivos e das metas culturalmente estabelecidos. Porém, o provável desajuste entre as expetativas face aos objetivos e as oportunidades sociais condicionaria a opção entre (i) *conformismo*, (ii) *inovação* (iii) *ritualismo*, (iv) *evasão* e (v) *rebelião*, tidos por Merton como modos abstratos e típicos de adaptação dos indivíduos às transformações sociais.

Tomando a explicação de Merton, já no contexto dos linchamentos, Serra (2008) diz que a segurança e tranquilidade públicas, culturalmente estabelecidas, são vistas como um valor social comum ou, na perspectiva de Merton, como meta ou objetivo. A opção pelos linchamentos constituiria uma *inovação*, traduzida pela hipervalorização e interiorização dos objetivos culturais, em detrimento das normas e meios institucionalizados.

A teoria de anomia liga-se, particularmente no que diz respeito ao funcionamento das relações sociais entre os indivíduos, à conceção defendida por Beck (2011) e Jackman (2002), segundo os quais as torturas violentas contra suspeitos de crime resultam de um relacionamento transitivo entre os populares. Estas são adicionalmente entendidas como um processo social que, para além do uso intencional da força e da lesão corporal infligida, visa a negociação e reconfiguração das relações sociais perturbadas pelo crime (Beck, 2011). Assim,

as torturas físicas não têm apenas uma perspectiva de julgamento do sujeito do crime. Pretende-se com isto dizer que desempenham um papel comunicativo para os demais atores sociais. Nesse sentido, Granjo (2009) considera que as práticas de linchamentos se encontram dotadas de um poder dissuasivo e intimidatório para os futuros potenciais criminosos. Relativamente às manifestações originais do linchamento, Tolnay e Beck (1995) explicam que os participantes levavam consigo pedaços de carne e partes do esqueleto da vítima, como sinal dissuasor e lembrança de terem participado no evento.

A função comunicativa e dissuasora constituíram uma das razões pela qual Becker (2011) considera mais particularmente que o linchamento contribui na formação da própria estrutura social. Este admite que mesmo o que resulta na morte do sujeito não é considerado como um incidente, mas sim uma possibilidade presente na ação humana, isto é, manifestação da vontade pela qual, as pessoas procuram repor as relações sociais.

Inspirando-se no modelo dos linchamentos nos Estados Unidos, Liska (1997) explica que estas formas de ação coletiva têm sido consideradas como forma substantiva de controlo social. Significa, na perspectiva desta autora, que os linchamentos são funcionalmente entendidos como forma de gestão da ordem social através da participação das estruturas e entidades sociais informais. Brundage (1993) e Tolnay e Beck (1995) associam-se à ideia anterior dizendo que a maior parte dos linchamentos nos Estados Unidos era defendida e protegida até pelos respetivos líderes comunitários.

Sintetizando, esta terceira perspectiva, ainda que não incompatível com a segunda, enfatiza o significado do linchamento enquanto forma primária de controlo social, e não apenas como fenómeno reativo, acentuando a sua dinâmica e valor simbólico. A violência seria uma manifestação da vontade coletiva que, para além de reforçar o controlo e a coesão social, se encontraria dotada de um valor comunicativo para a sociedade em geral e especificamente dissuasora para os potenciais criminosos (Becker, 2011; Granjo, 2009 e Jackman, 2002).

1.5 A Dinâmica Processual de Linchar

Sendo o linchamento um fenómeno coletivo, protagonizado por “uma multidão de populares”, iniciamos esta reflexão sobre o processo de linchamento com uma referência à obra de Le Bon, (2005). Este autor analisa o movimento das multidões a partir da relação de variáveis como o estímulo que conduz ao ato e a força de resposta. Afirma que os membros da multidão sofrem profundas transformações psicológicas e morais na sua personalidade,

degradação intelectual, perda de sentido de responsabilidade pessoal e crença acrítica no poder invencível da sua justiça. Os membros da multidão constroem um sentido de segurança e de unidade de propósitos sob efeito de forças psicológicas de sugestão, contágio e imitação. Assumem um espírito coletivo que faz com que tenham os mesmos sentimentos e pensamentos, e conseqüentemente que assumam comportamentos diferentes daqueles que, à partida, adotariam se estivessem sozinhos. Assim, nesta perspetiva, o “espírito de grupo” transformaria o indivíduo, fazendo-o praticar até atos bárbaros (Mckenzie, 1982).

Verma (2007) usa a noção de escolha racional para explicar o comportamento desviante e violento praticado por um grupo de indivíduos. Concordando com Le Bon, este autor entende que quando um indivíduo é parte de um grupo, o seu processo de tomada de decisão é afetado pelos objetivos coletivos. As emoções dominam o comportamento do indivíduo, e este passa a agir sem o senso do certo e do errado, enquanto elemento do grupo. Apesar desta asserção, mas recusando a ideia de degradação racional e intelectual de Le Bon, Verma (2007) explica que sempre existe um significado racional que pode levar as pessoas a praticar comportamentos antissociais (e. g., sentimento de privação, de injustiça, etc.) que são racionalmente aceitáveis pelo grupo. É nesta mesma linha de pensamento que Martins (1996) considera que os participantes agem como se a sua capacidade racional fosse dominada pela vontade coletiva de atuar para alcançar objetivos consensualmente propostos. Associando-se a esta ideia, Mckenzie (1982) considera, por seu turno, que numa multidão existem indivíduos que se aproveitam da situação e do poder coletivo para racionalmente satisfazerem os seus interesses pessoais.

Aliando-se à explicação de Le Bon (2005) sobre a dinâmica das multidões e práticas violentas perpetradas por coletividades, Jackman (2002) coloca o pressuposto de que os atores devem ser diretamente observáveis e com conexão manifestamente determinística entre os comportamentos e os atos praticados. As conseqüências causadas na vítima (e.g. morte, mutilação ou qualquer outro tipo de sofrimento físico ou psicológico) devem exprimir um desejo de beneficiar a coletividade. Para elucidar a sua explicação, Jackman (2002) considera, a título de exemplo, o fenómeno de caça às bruxas nos primórdios da Europa moderna, assim como na América do Norte. Estas práticas tinham como finalidade defender a comunidade do perigo que as práticas de bruxaria constituíam ao bem-estar público. Trata-se, na conceção expressa pela World Health Organization [WHO], (2002) da chamada violência coletiva social, cuja prevenção reclamaria a adoção de uma agenda social específica.

Os argumentos acima expostos convergem de certa forma com o pensamento de Granjo (2009), segundo o qual a prática de linchamento pelas multidões não constitui simplesmente um ato coletivo de matar, mas sim uma sequência de procedimentos coletivos em resposta a atos criminosos, que implicam, por exemplo, a escolha do espaço e dos instrumentos a usar. Portanto, a execução do indivíduo aparece como o culminar de um movimento coletivo, através da combinação de sinergias para a restauração da ordem social posta em causa pelo crime.

O linchamento faz-nos recuar a formas pré-modernas de punir. Nesse sentido, inevitavelmente, o ato de linchar um suspeito de crime invoca a noção de ostentação dos suplícios, proposta por Foucault (1987). A pena corporal, aplicada de forma atroz e dolorosa antes da morte do indivíduo, faz parte de um ritual de inscrição do poder do soberano no corpo do acusado e na memória dos participantes. Acrescenta Foucault (1987) que o excesso de violência exprime o cerimonial da justiça, a afirmação do poder, vitória e desfecho da contenda entre o criminoso e a autoridade soberana.

Estamos cientes de que os linchamentos protagonizados por populares à margem do sistema formal não podem ser equiparados linearmente aos suplícios. Estes últimos obedecem a um *código jurídico da dor* (Foucault, 1987). E, nesse sentido, opõem-se a atos extremos de uma raiva sem lei. Refletiam o modo de funcionamento de uma justiça penal instituída em que o corpo da vítima constituía o alvo da pena, como exercício, demonstração e afirmação de um poder e direitos legitimados, exclusivamente reservados ao soberano e seus juízes. No entanto, apesar de constituir uma realidade diferente dos linchamentos, a sua referência ajuda-nos a compreender o sentido e o significado dos atos anteriores e posteriores à morte da vítima de linchamento, já que, como explicou Granjo (2009), o linchamento não se trata apenas de um ato de privação do direito de viver, mas sim da aplicação de uma quantidade de sofrimento e de outros procedimentos típicos dos suplícios.

Estamos diante de um ciclo de gestos que, para Serra (2008), exprime uma linguagem. O uso da violência é considerado decisivo para se acabar com os males da sociedade e restabelecer uma nova ordem e redenção. O linchamento afigura-se, segundo este autor, como um rito e uma expiação dotado de um valor de apaziguamento de uma angústia. Mais, sendo entendido como elemento essencial de organização social, tende a ganhar um sentido de sagrado.

Referindo-se às manifestações originais do linchamento no século XIX, Garland (2005), que analisou o grau de organização e qualidade estética do processo de execução,

considera que para além de serem fortemente publicitados, os linchamentos também tiveram um sentido ritualizado, caracterizado pela tortura, mutilação e outros atos de crueldade. Ou seja, na perspetiva de Garland (2005), aos linchamentos é atribuído um papel estandardizado e socialmente reconhecido como carregado de sentido simbólico. Mais do que ações privadas e particulares, os linchadores tomam os seus atos como demonstração de uma autoridade pública, naquele momento representada pelas multidões.

Embora adotando uma conceção de rito diferente da de Durkheim (1965), para quem o rito representa uma celebração e reafirmação das crenças ou imitação de uma prática ancestral, Garland (2005) considera que apesar do seu caráter inteiramente chocante, marcado pelo derramamento de sangue humano, queimar o corpo humano pode ser compreendido como um ato social de purificação e de redução da mancha causada pela ofensa e, consequentemente, de restabelecimento da paz e ordem ameaçadas pelo crime.

Para consubstanciar esta perceção, socorremo-nos da explicação de Eliade (1993), o qual defende que os ritos podem ser gestos profanos ou bizarros, que, através da repetição, adquirem um significado partilhado, passando a constituir um modo de vida nessa sociedade.

Relativamente ao contexto moçambicano, Langa, (1992), no seu estudo sobre *questões cristãs à religião tradicional africana em Moçambique* descreve alguns ritos como constituídos por alguns elementos fundamentais como: *o nome da cerimónia, o destinatário, a finalidade, a iniciativa, o lugar de prática e os assistentes*.

Serra (2008) retoma estes elementos e aplica-os ao ciclo de linchamento. O *nome* da cerimónia seria, em Moçambique “torrar o ladrão”, ou, nos Estados Unidos, “churrasco de negro”. Em ambos os casos, a cerimónia é designada a partir do seu ato mais extremo descrito como “queimar o corpo humano”. O segundo elemento do rito é o *destinatário* a quem Serra (2008) considera como sendo, em primeiro lugar, o acusado e, secundariamente, os potenciais delinquentes, a comunidade e as autoridades públicas. Segundo o mesmo autor, a *finalidade* seria fazer justiça para regenerar e curar as imperfeições urbanas. A *iniciativa* seria o elemento desencadeador do processo de linchamento, o grito de “ladrão!”, que instigaria ao ajuntamento e ao ato. O *lugar de prática* é a rua, pequenas praças e, nalguns casos, a casa do suspeito. Por fim, os *assistentes*: jovens do sexo masculino que conduzem a ação e que são apoiados por mulheres e crianças que animam o processo com gritos e danças.

A partir destas perspetivas, entende-se que o linchamento, tal como a aplicação da pena corporal, constitui uma espécie de estrutura de visibilidade, uma “forma exterior” que primariamente o define e o caracteriza. Conforme as suas explicações, o linchamento tende a

configurar-se como rito, através do qual as comunidades procuram expurgar o mal (criminalidade) e retornar ao bem (ordem e segurança). Para complementarmos a nossa compreensão dedicaremos a seção seguinte a uma abordagem das tipologias do linchamento.

1.6 Tipologias dos Linchamentos

Influenciados pelas condições contextuais de estudo e ocorrência do fenómeno, alguns autores dedicaram-se a agrupar e caraterizar os linchamentos em diversas tipologias. Tomando a forma como determinado grupo manifesta o seu comportamento e elaboração ritualizada dos seus atos na execução do suspeito, no contexto americano, Brundage (1993) apresenta a seguinte classificação:

(i) *Os Linchamentos reguladores*, praticados por grupos de populares que se dedicam à punição de comportamentos contrários às regras comunitárias de convivência, envolvendo particularmente brancos e rebeldes afro-americanos. Segundo o autor, os praticantes linchavam normalmente as suas vítimas em locais ermos e sem grande ritualização;

(ii) *Os Linchamentos por multidões privadas* destinam-se à perseguição de pessoas para vinganças pessoais. Seriam geralmente praticados de maneira secreta e sem maiores cerimónias. Explica Brundage (1993) que alguns linchamentos deste tipo eram praticados com o conluio de certos oficiais de justiça. A maior parte era justificada por queixas de violações de códigos raciais;

(iii) *Os Linchamentos por destacamentos armados* caraterizam-se por os praticantes, para além de matarem, praticarem atos de crueldade como o esquartejamento, mutilações do corpo da vítima e outras formas violentas de imposição. Considera-se, conforme Brundage (1993), como sendo um dos mais aprovados e legitimados tipos de linchamento nos Estados Unidos;

(iv) *Os Linchamento por multidão*, para além de apresentação e tortura pública, caraterizam-se por serem praticados por multidões de dimensão superior a 50 pessoas. Garland (2005) enfatiza que a ritualização dos atos, a sua publicidade, na sua maioria sob alegação de prática de crimes de homicídio e violações sexuais, era, nalgumas vezes, praticada com a participação da imprensa. Na ocasião, os linchadores podiam debater o método de execução, dando oportunidade para a vítima se despedir dos familiares e amigos. As autoridades locais responsabilizavam-se pela garantia da impunidade dos linchadores.

Uma outra classificação é proposta por Benevides (1982) que utilizou como critérios a natureza dos intervenientes e o local da ocorrência do ato. Distingue dois grandes tipos de

linchamentos: linchamento anónimo e linchamento comunitário. Para este autor, *o linchamento anónimo* é aquele que consiste na execução de um suposto delinquente com envolvimento de pessoas não necessariamente ofendidas pelo suspeito, e que se juntam ao grupo de linchamento, sensibilizados por palavras de pedido de socorro tais como “pega ladrão”. Significa, nestes termos, que os protagonistas deste tipo de linchamento podem ser residentes ou indivíduos eventualmente em trânsito e que se encontrem próximo do local. *O linchamento comunitário*, na ótica de Benevides, é caracterizado por ser praticado em bairros populares da periferia das cidades, em que os atores do linchamento se mobilizam para o facto como consequência de um sentimento direto e coletivo em reação ao ato criminoso.

Já no contexto moçambicano, Serra (2009) distingue dois tipos de linchamentos: (i) *o linchamento por acusação de crime*, geralmente de roubo ou violações sexuais ocorridas nos bairros periurbanos de algumas cidades; (ii) *o linchamento por acusação de feitiçaria*, que ocorre geralmente em zonas rurais, e que vitima geralmente mulheres de terceira idade. Ainda relativamente a este último, o autor distingue um subtipo que designa por *linchamento psico-moral*, em que a vítima é marcada e estereotipada por certos sinais que ampliam a sua visibilidade como feiticeira.

1.7 Os Desafios de Gestão da Segurança Pública, e da Prevenção Criminal

As perspetivas sobre o linchamento que abordamos anteriormente sugerem-nos, grosso modo, que tenhamos de entender os linchamentos sob ponto de vista de dois eixos. Primeiro como um problema de criminalidade e segurança pública e, segundo, como forma primária de controlo e manutenção das relações sociais na comunidade. É nesta linha de orientação que, nesta secção, abordaremos questões de segurança e prevenção criminal e, mais adiante, o papel dos modelos tradicionais no controlo e gestão dos conflitos criminais.

As questões de segurança e prevenção criminal têm sido alvo de análises recentes na área da criminologia e da sociologia do controlo que procuram identificar e explicar os desenvolvimentos que têm sido operados nas sociedades ocidentais nas últimas décadas. Garland (1996) explica que na Europa ocidental das décadas de 80 e 90, sucessivos fracassos e reconhecimento da impossibilidade soberana das agências governamentais na gestão de segurança pública, fizeram com que o Estado requalificasse a sua forma de atuação. Por seu turno, Recasens (2007) procura explicar que essa incapacidade cada vez mais evidente do Estado em garantir a ordem pública, tem sido causadora de um vazio securitário que, por sua vez, suscita uma crescente necessidade e procura de segurança por parte dos cidadãos.

Efetivamente, vários autores salientam a passagem de um modelo de segurança e de controlo do crime centrado no aparelho do Estado, e tendo como principal dispositivo socialmente visível a polícia, a um modelo mais descentralizado, e onde são mais ténues as fronteiras entre público e privado (Braga, 2002 e Garland, 1996). Segundo Weisburd, Mastrofski, McNally, Greenspan e Willis (2003), um dos motivos desta mutação é a crescente percepção da incapacidade do primeiro modelo para reduzir a intensidade dos problemas de criminalidade e apaziguar o sentimento de insegurança nas sociedades contemporâneas.

Assim, o Estado passou a adotar a estratégia de responsabilização de outras agências, comunidade e sociedade civil, como tábua central de sua intervenção na gestão da segurança pública (Garland, 1996). Concordando com a afirmação anterior, Hughes e Edwards (2002) explicam que o problema da segurança comunitária e prevenção criminal não se resolve apenas pela intervenção limitada à aplicação de medidas reativas pela polícia, mas sim pelo desenvolvimento de uma atividade de parcerias entre esta, a comunidade e outras agências da sociedade. Myhill e Quinton (2010) dizem que a operacionalização do pensamento acima exposto enquadra-se na necessidade de administrar a segurança e as questões da criminalidade segundo os princípios da nova gestão pública. Este princípio defende que o governo é o servidor das preocupações do público, mas que a execução da ação pública carece da participação ativa deste na tomada de decisões dos serviços que lhe dizem respeito (Mastrofski, Willis & Kochel, 2010). Não podendo deixar de ser, as atividades preventivas do crime, de gestão de problemas de (in) segurança são também, conforme o pensamento destes autores, moldadas por esta trajetória política, que viria a influenciar designadamente os discursos políticos em torno do policiamento de proximidade.

Do anteriormente exposto, fica-nos a percepção de que a aplicação de sanções penais deve constituir um meio através do qual, combinado com outros mecanismos, a ação policial atinge suas metas (e.g., o controlo do crime). Autores como Cordner e Biebel (2005), Greene (2000) e Recasens (2007) concordam na ideia de que, para além do policiamento tradicional de cunho reativo, simplesmente marcado por uma retrospectiva investigativa e penalizadora, o novo debate sobre as questões de segurança e prevenção criminal impulsionou o surgimento de toda uma série de estratégias de intervenção diferenciadas (e.g., o policiamento comunitário, dirigido ao problema, tolerância zero, constituição de conselhos locais de segurança e prevenção da delinquência, entre outros programas de prevenção situacional).

Estes modelos e estratégias têm sido desenvolvidos, ao nível teórico e empírico por autores e através de perspetivas que se tornaram dominantes na discussão criminológica em

torno das questões de segurança e da prevenção criminal. Ainda que não seja o propósito deste trabalho abordá-las em detalhe, destacaríamos como centrais a teoria da escolha racional e de prevenção situacional do crime (e.g. Clarke, 1997; Gilling, 2001; Welsh & Farrington, 2010; Verma, 2007; Hayward, 2007 e Scott, 2000). Seguindo o raciocínio destes autores, dedicaremos parte da secção seguinte à abordagem dessas teorias, assim como à análise das condições de sua aplicação aos problemas de segurança e prevenção da criminalidade.

1.7.1 A Teoria da Escolha Racional: a Sua Aplicação nas Questões de Segurança e Prevenção Criminal

A abordagem sobre a perspectiva da escolha racional nas questões de criminalidade requer talvez a interpretação das palavras de Verma (2007) que diz *All action is fundamentally rational in character and that people calculate the likely cost and benefits of any action before deciding what to do* (p.202). O pressuposto da citação anterior na perspectiva de cometimento de crime é o de que o criminoso toma a decisão de cometer o ato partindo da antecipação das suas consequências, mediante o cálculo de benefícios e custos. Na decisão de praticar o crime, procura sempre beneficiar a si mesmo. A questão de benefícios esperados pelo agente do crime faz com que Piquero, Exum e Simpson (2005) considerem que a teoria de escolha racional ajuda a explicar a razão pela qual certos criminosos procuram praticar mais certos tipos de crime do que outros (e. g., roubos e violações sexuais). Nesta perspectiva, o crime é um comportamento propositado e projetado para responder às necessidades do infrator, envolvendo a tomada de decisão e a escolha nos limites de tempo e espaço (Clarke & Felson, 1993 e Cornish & Clarke, 2003).

Segundo Beauregard e Leclerc (2007) e Scott (2000), a escolha racional tem em vista a noção de que o criminoso pratica o ato porque o crime lhe proporciona a possibilidade de atingir os benefícios desejados (e. g., dinheiro, prestígio, bens materiais, gratificação sexual e outros). Estes autores acrescentam que mesmo a escolha do local, momento, método e instrumentos para a materialização do ato criminoso é tido como corolário da compreensão de que se mostram suficientes para atingir tal objetivo.

Isto Significa, na ótica destes autores, que o comportamento criminoso interage com outras variáveis situacionais e ambientais que criam oportunidades e estratégias de consumação a serem adotadas pelo agente de crime. Assim, a teoria da escolha racional procura compreender o problema da criminalidade, a partir das características situacionais que influenciam o processo da tomada de decisão do agente.

A partir da noção de escolha racional, Linden (2007) defende que a análise de um crime particular tem sido a chave para entender a dinâmica da criminalidade e para uma melhor planificação dos programas de intervenção. Este autor acrescenta dizendo que para efeitos de explicação das condições de cometimento de crime, a escolha racional entrelaça-se com a de atividades de rotina que, segundo Felson (1983) postula que a maior ou menor vulnerabilidade de vitimação tem a ver com os estilos de vida e atividades de rotina das pessoas. O padrão e as condições de vida das pessoas são aspetos centrais para se compreender as opções dos delinquentes, e definem os cenários que subsequentemente determinam o sucesso na perpetração do ato criminoso (Felson, 1983).

Foi a partir da perspectiva anterior que Cohen e Felson (1979) procuraram analisar o crime numa relação dinâmica de três fatores (ofensor motivado, disponibilidade do alvo e ausência de um guardião). Segundo Felson (1983), o crime tem que ser entendido como resultado sistemático de convergência de pessoas e coisas no tempo e no espaço. Encontra a sua ênfase e evidência particularmente quando, a título de exemplo, Linden (2007) defende que zonas com condições económicas notórias têm sido vulneráveis à criminalidade, porque dispõem de bens patrimoniais que atraem os criminosos. Este é mais um exemplo que mostra que a teoria de escolha racional tem sido a base teórica que suporta a perspectiva de prevenção situacional do crime (Linden, 2007; Verma, 2007).

Na noção de guardião, Clarke e Felson (1993) e Cohen e Felson (1979) explicam que envolvem não apenas a polícia e outros atores de justiça criminal formal, mas também todo o sistema informal de controlo social. Este elemento é que estabelece a ligação da análise teórica do crime à abordagem da prevenção situacional.

Ainda no espírito da teoria da escolha racional, Hochstetler (2001) considera que o contexto social imediato para a decisão do ato criminal é um outro elemento criminógeno fundamental a ter em conta na compreensão da criminalidade e vitimação. Tomando como exemplo atos cometidos em regime de coautoria, Hochstetler (2001) explica que as interações interpessoais prévias ao ato e a partilha de um dado estilo de vida (e. g., consumo de drogas e bebidas alcoólicas, sinais de comunicação etc.) ajuda a superar os riscos, os obstáculos e o medo que um singular ofensor enfrentaria para praticar o ato. A interação em eventos antecedentes ao crime facilitaria a identificação conjunta de oportunidades de crime assim como de alvos atrativos (Hochstetler, 2001).

Críticos como Haywards (2007) consideram que o pressuposto da escolha racional que, conforme (Linden (2007) e Verma (2007), fundamenta a prevenção situacional do crime,

não toma em consideração os aspetos intangíveis ou emocionais (e. g., impulsividade e irracionalidade) que influenciam a tomada de decisão do agente do crime. Ainda na mesma linha de pensamento, resultados de estudos desenvolvidos por Shower e Honaker (1991) sobre crimes de roubos cometidos nas vias públicas mostram que estes, na sua maioria, estes acontecem fora de um plano do agente do crime. Este parece antes resultar sobretudo da impulsividade individual.

Em resposta a esta crítica, Cornish e Clarke (2003) explicam que o ato criminoso só acontece porque o agente toma a situação e estrutura ambiental como vantajosa. Independentemente da impulsividade e ausência de plano do agente no cometimento do crime, a demonstração da vontade de quebrar o limiar dos valores morais e satisfazer a sua determinação criminosa, já revela um grau de racionalidade.

Farrell (2010), que concorda com a teoria da escolha racional, explica que a sua operacionalização para a prevenção criminal, através da abordagem situacional, tem tido sucesso para fazer face a certas formas de criminalidade económica. Este autor afirma ainda que a escolha racional tem-se mostrado capaz de explicar os chamados crimes expressivos e emocionais (e. g., graffiti, violações sexuais etc.). No crime de violação, por exemplo, que à primeira vista parece sobretudo emocional, a decisão de passagem ao ato resulta em grande medida do aproveitamento racional da oportunidade de acesso à vítima. Na mesma linha de pensamento, Beauregard e Leclerc (2007) explicam que as violações sexuais são planeadas tendo em consideração as oportunidades oferecidas pelo espaço e pelo momento, atendendo ainda a outros fatores que possam facilitar a coerção e prevenir a resistência da vítima.

Com esta abordagem interessa-nos conhecer os pressupostos teórico-explicativos das condições situacionais, estruturais e ambientais que criam oportunidade e estratégias de ocorrência de criminalidade, neste caso respondido pelos linchamentos. Esta teoria ajuda-nos a compreender as circunstâncias anteriores que são racionalmente aproveitadas e colocadas pelo criminoso como sendo vantajosas para a consumação do ato. Tem em vista, adicionalmente, a descoberta das bases teórico-explicativas das condições de segurança e vitimação criminal suscetíveis de fundamentar a análise das estratégias e modelos de intervenção na prevenção criminal.

A nossa pretensão é consubstanciada por Linden (2007) e Verma (2007), ao conceber que a teoria da escolha racional é que suporta, em termos teóricos, a implementação das estratégias e modelos de intervenção no âmbito da prevenção situacional do crime. É em sede deste pensamento que a seguir nos procuramos debruçar sobre a prevenção situacional.

1.7.2 A Prevenção Situacional

A abordagem da prevenção situacional surgiu estimulada pelos resultados do trabalho do sistema correcional dos finais da década 60 e início da década 70 na Inglaterra, que enfrentava uma dificuldade de reduzir a reincidência criminal através de políticas penais (Clarke, 1997; Cusson, 2002). Estes autores explicam que os investigadores de diversas unidades, como o *The British Government Criminological Department* foram desafiados a pensar e analisar outras formas de controlo do crime. Foi nesta perspetiva que os referidos investigadores concluíram que a manipulação das condições pré-criminais, para reduzir os ganhos dos delinquentes, tinha algum efeito na diminuição do número de delitos.

Em traços gerais, esta abordagem cinge-se essencialmente à análise detalhada dos incidentes quotidianos, identificação e definição do problema, empenhando-se na exploração de alternativas adequadas para a sua solução. Este é o pressuposto básico que tem estado a influenciar estratégias e programas de prevenção, como é o caso do policiamento orientado para o problema (Clarke, 1997).

Conforme Tillyer e Kennedy (2008), a prevenção situacional do crime tem sido utilizada por muitos pesquisadores para perceber os problemas de criminalidade, desenvolver estratégias de intervenção, assim como avaliar a sua efetividade. É, desde já, considerada uma abordagem preventiva do crime que visa a redução de oportunidades de ocorrência do crime, concentrando-se nas suas definições e formas mais específicas (Clarke, 1997; Tillyer & Kennedy, 2008; Welsh & Farrington, 2010).

Por seu turno, Bowers, Johnson e Hirschfied (2004) consideram que a prevenção situacional do crime procura alterar o comportamento do delinquente, assim como o risco de se ser alvo de crime. Requer, em conformidade com estes autores, a aplicação de medidas adaptadas às características específicas do tipo de criminalidade que ocorre. Tem em vista tornar a prática criminosa mais difícil e arriscada para o delinquente. O enfoque nas condições ambientais resulta, de acordo com Tillyer e Kennedy (2008), do reconhecimento de que a estrutura ambiental não apenas cria oportunidades, como também proporciona uma certa motivação para o cometimento de atos criminais.

A formulação anterior dá-nos a compreensão de que a manipulação das condições ambientais do crime afeta a avaliação dos custos e benefícios por parte do potencial delinquente. Pode influenciar na alteração das suas escolhas, devido à sua perceção sobre a diminuição das recompensas (Welsh & Farrington, 2010). Segundo esta perspetiva, a

vitimação repetida seria a percepção por parte do delinquente de que não houve mudança dos custos e riscos corridos no primeiro ato (Tillyer & Kennedy, 2008).

De acordo com a explicação de Welsh e Farrington (2010), a prevenção situacional distingue-se de outras abordagens preventivas do crime, devido ao seu maior enfoque nos aspetos espaciais nos quais o crime acontece, assim como nos aspetos específicos do crime. Revela-se uma abordagem preventiva diferente da teoria clássica da dissuasão, em que a desistência dependia da percepção do valor significativo que o agente de crime atribuía às penas. A prevenção situacional do crime, conforme Clarke (1997), funda-se nas concepções teórico criminológicas de que a prática do ato criminoso não depende apenas da existência do criminoso motivado. Depende adicionalmente da disponibilidade de um alvo e da ausência de um guardião capaz de fazer evitar que o crime ocorra, ou como resultado de interação entre as disposições do criminoso com fatores situacionais que favorecem o seu comportamento.

Na concepção de Tillyer e Kennedy (2008), as medidas preventivas devem estar enquadradas e adequadas a um grupo de situações que se revelam decisivas na emergência do crime. Este é o motivo pelo qual Bowers et al. (2004), associando-se a Clarke (2007), consideram que a prevenção situacional parte de uma análise profunda da prevalência e concentração criminal. É o que se pretende designadamente na aplicação do método de investigação-ação na implementação de programas concretos de prevenção. Este método proporciona-nos uma compreensão abrangente das atividades de rotina e da estrutura ambiental que se encontram ligadas a um certo tipo de crime. Permite-nos ainda a modernização de medidas de segurança nos bairros, casas e pessoas notoriamente vulneráveis (Bowers et al., 2004).

Na concepção de Linden (2007), a prevenção situacional desdobra-se em várias estratégias e programas de atuação, designadamente: (i) *desenvolvimento social*, que procura reduzir as motivações criminais, através da alteração das condições sociais dos indivíduos (e.g., educação, trabalho entre outras); (ii) *programas comunitários de prevenção*, que enfatizam a vigilância comunitária mediante participação dos residentes, nalgumas vezes incidindo sobre determinados eventos criminais; (iii) *programas administrativos*, que incluem mudanças legislativas que regulamentam o exercício da atividade comercial nos bairros residenciais; (iv) *programas de polícia*, que se podem traduzir em estratégias de intervenção policial, tais como o policiamento orientado ao problema e a visibilidade policial através de patrulhamentos em locais críticos.

Sobre a aplicação da abordagem de prevenção situacional, Teedon, Reid e Griffiths (2010), que desenvolveram um estudo sobre a avaliação do desenho estrutural das janelas e portas dos edifícios em algumas zonas residenciais do Reino Unido e o seu efeito na prevenção criminal, consideram que a referida estratégia contribuiu fortemente na redução da vulnerabilidade dos bens patrimoniais. Dizem adicionalmente que melhoraram a segurança das casas e contribuíram para a inibição de situações de vitimização repetida.

Através de um estudo de tipo quase-experimental, Teedon et al. (2010) consideram que num espaço temporal de 3 anos, essas estratégias reduziram em 75% os crimes de roubos e assalto a residências. Isso deveu-se, na ótica destes autores, ao facto de as estratégias terem respondido às especificidades do crime que propunham combater. Resultados de estudos similares desenvolvidos por Polvi, Looman, Humphries e Pease, (1991) mostram que a implementação de medidas de prevenção situacional tem-se mostrado como tendo uma relação inversa com os crimes contra a propriedade, mais particularmente os crimes de roubo. Na mesma linha de pensamento, Welsh e Farrington (2010) dizem, por exemplo, que a melhoria das condições de iluminação nas vias públicas estimula a sua utilização pelas pessoas. Por um lado, constitui impedimento a potenciais infratores, dado que emite uma percepção do maior risco de ser detetado. Por outro lado, a iluminação das vias públicas contribui para a redução do risco percebido por potenciais vítimas. Da ideia destes autores podemos colher a percepção de que a iluminação pública, como medida situacional de prevenção permite que, nos grandes centros urbanos e bairros residenciais, se reduzam os crimes contra a propriedade maioritariamente praticados na calada da noite.

Welsh e Farrington (2010) mencionam adicionalmente que a vigilância comunitária já trouxe sucessos na prevenção criminal no Reino Unido, Estados Unidos e outros países do mundo. Para além da dimensão preventiva, a vigilância comunitária enfatiza a coesão comunitária e o controlo social.

Uma perspetiva mais abrangente da análise da alteração das condições ambientais para a prevenção situacional do crime nos centros urbanos foi operacionalizada por Parnaby (2006). Partindo de uma conceção teórica de que a desordem urbana tem, parcialmente, a ver com uma pobre estratégia de planeamento e desenho físico ambiental das zonas urbanas, este autor considera que um melhor desenho ambiental constituiria uma vigilância natural no meio social. Linden (2007) acrescenta dizendo que o mesmo proporcionaria uma clara definição e controlo dos espaços, assim como áreas de transição entre locais públicos e privados. Na mesma linha, Farrell (2010) defende que melhores condições ambientais constituem uma

frustração das oportunidades físico-estruturais que emanam os atos criminais. Permitem adicionalmente que os residentes e utilizadores frequentes de certos locais possam facilmente controlar a entrada de pessoas estranhas nas suas áreas de residência.

Apesar do reconhecido sucesso da abordagem situacional do crime na prevenção do crime, um olhar crítico tem sido lançado sobre ela, sobretudo quando Grabosky (1996) considera, por exemplo, que as formas de operacionalização de programas de prevenção situacional (e. g., modo de planificação, expectativas de resultados, falta de coordenação e supervisão) podem concorrer para o exacerbamento do crime, e ou produzir um efeito arrepiante e de ameaça aos residentes, e consequentemente um olhar de reprovação pelo público.

Inspirando-se na teoria criminológica da escolha racional do crime, Clarke (1997) e Welsh e Farrington (2010) consideram, por seu turno, que a prevenção do crime através da manipulação do ambiente situacional faz com que a eventual redução do registo da criminalidade se deva ao facto de os infratores alterarem o espaço e o tempo da prática do crime para um alvo e momento diferentes. Mas pode também dever-se a uma mudança racional de tática e de categoria do crime, prosseguindo alternativas que melhor sirvam os interesses frustrados pela prevenção. Este mecanismo concorre para o que Skogan (1996) designou por *deslocamento do crime*. Este é um fenómeno que, na ótica de Bower et al. (2004), dificulta a formulação e aplicação de políticas de prevenção criminal.

Face a esta crítica, Bowers et al. (2004) consideram que o deslocamento do crime devido a medidas de endurecimento acontece como exceção e não como regra geral. A prevenção situacional pode concorrer, por exemplo, para o que no trabalho de Clarke (1997) sobre a prevenção situacional do crime foi descrito como *efeito conta-gotas*. Trata-se daquele efeito em que o direccionamento de estratégias de prevenção para determinados problemas concorre para a redução de crimes não diretamente identificados como alvo da intervenção.

Isso implica que, apesar das críticas que recaem sobre esta abordagem, ela mantém-se muito relevante na orientação das políticas e práticas de prevenção. Dos estudos transversais, quase experimentais e inquéritos de avaliação do sentimento de (in) segurança desenvolvidos por Cordner (1995), Myhill e Quinton (2010) e Skogan (1996), pode concluir-se que as estratégias e programas de operacionalização da prevenção situacional concorrem para a redução dos índices de vitimação criminal, redução de comportamentos antissociais e incivildades urbanas e, em geral, para o desenvolvimento de formas mais eficazes de a comunidade lidar com a criminalidade e a insegurança. Contribuem também para a

diminuição do sentimento de insegurança, melhoria das relações de proximidade e confiança entre a polícia e a comunidade.

Para além da relevância que estas perspetivas continuam a assumir, o facto de se centrarem numa abordagem contextual dos problemas, analisando os elementos e contingências situacionais dos mesmos fornece uma grelha de análise que consideramos particularmente adequada à abordagem do nosso objeto de investigação e aos vetores que presidiram à sua construção. Efetivamente, estas análises centram-se na descrição e compreensão das condições gerais de cometimento de crime, vitimação e prevenção criminal que nos parece facilmente aplicáveis à contextualização do linchamento e da abordagem do quadro mais global da segurança e da criminalidade na cidade de Chimoio.

1.8 O Papel dos Modelos Tradicionais de Resolução de Conflitos no Controlo Social do Crime

Para efeitos de contextualização começaríamos por uma breve retrospectiva histórica sobre a resolução de conflitos nas sociedades africanas. Nesta sequência, Mbuba (2011) considera que na África anterior à era colonial, as disputas, conflitos criminais e desentendimentos sociais eram resolvidos em sede de justiça tradicional de cunho informal. Podemos efetivamente dizer que o controlo de criminalidade mediante sistemas formais e intervenção policial constitui herança do regime colonial.

Depois da dominação colonial, as práticas tradicionais mantiveram-se. Conforme Omale (2000), o sistema formal sempre demonstrou limitações e inadequação para resolver litígios entre pessoas, cujas relações sociais assentam em valores, práticas e tradições dos seus ancestrais. Aertsen, Arsovska, Rohne, Valinas e Vanspauwen (2008) concluíram nestes termos que, de modo geral, o mecanismo judicial em África é fruto de uma mistura de dois grandes modelos, *o modelo europeu* de ordem normativa formal do Estado *e o tradicional africano*. Esta interpenetração constitui o que Santos (2006) chamou de hibridismo jurídico, uma dicotomia convencional que nos facilita a distinção entre o sistema de normas formais de origem europeia, e o sistema informal africano.

O sistema tradicional africano de resolução de conflitos encontra expressão nos chamados *tribunais tradicionais de direito comum*, encarregues da manutenção da equidade e ordem públicas, sob a tutela dos chefes das tribos e concelhos de anciãos, entre outros. Mediante aplicação de métodos orais, uso de fábulas, enigmas e mitos, resolvem diversos tipos de conflitos de natureza criminal (Aertsen et al., 2008).

Para além dos tribunais comunitários de direito costumeiro, numa dimensão mais ampla, Roach (2000) identifica as chamadas *instituições de paz e de resolução de conflitos*. Estas têm-se pautado pelo princípio da reconciliação sustentável entre as partes, pelo diálogo e por cerimónias marcadas por declarações de reconhecimento de culpa, pedido de perdão, assim como pela responsabilização do ofensor. Têm sido adicionalmente se caracterizadas pelo uso de rituais de purificação (como forma de prevenir e dissuadir os comportamentos criminais futuros). Intervêm na resolução de conflitos entre comunidades e grupos étnicos diferentes.

Seguindo a filosofia jurídico-pluralista africana, de prevalência e vigência de normas de Direito formal do Estado, e do sistema tradicional, durante o período colonial em Moçambique, para além do Direito português, que conforme a explicação de Araújo (2008), normalmente regia a vida dos cidadãos portugueses e assimilados², existiam as *autoridades tradicionais* que regiam as sociedades indígenas através da aplicação do indigenato³, entre outras regras costumeiras.

Kyed (2010) e Santos (2006) explicam que, já após a independência, com o princípio de desmantelamento do sistema colonial, as autoridades tradicionais e respetivas figuras de líderes comunitários viriam a ser eliminados. Estes viriam a ser substituídos pelos *tribunais populares* constituídos por juízes eleitos e orientados pelo espírito de neutralização das influências tribais, como forma de consolidação da noção do Estado e sociedade novos.

Com a alteração constitucional de 1990 em Moçambique, que introduz o regime político multipartidário, assiste-se ao retorno às *autoridades tradicionais* e institucionalização dos *tribunais comunitários*. Este percurso histórico justificou a configuração de diversas entidades de regulação informal de conflitos (Santos, 2006).

Conforme nos revela Kyed (2010) mesmo a própria polícia teria atravessado uma crise de soberania e legitimidade. Este facto concorreu para existência notória de uma pluralidade de indivíduos, fora do domínio do governo, a tomar decisões em matéria de controlo social, crime, penas e controlo do território.

² Segundo explicação dada por Mondlane (1968), assimilado foi uma designação atribuída ao estatuto de determinados grupos populacionais ou da minoria de indivíduos africanos que no âmbito da aplicação do Código de assistência do nativo, aquando da dominação colonial portuguesa em África, em virtude de ter demonstrado o abandono dos hábitos e costumes tribais ou indígenas e assimilar a cultura portuguesa, eram considerados civilizados e passavam a usufruir dos direitos de cidadania.

³ De acordo com Araújo (2008) designa-se por indigenato o conjunto de regras que, na era da dominação colonial portuguesa, eram exclusivamente destinadas à regulação da vida dos indígenas que não tenham atingido o estatuto de assimilados.

A esta normatividade social, Santos (2006) chama de interlegalidade e pluralismo jurídico-legal. São conceitos desenvolvidos em estudos antropológicos sobre as sociedades coloniais e que expressam a simultaneidade de ordens normativas, especificamente as de natureza costumeira, e o Direito de origem europeu exercidas por instituições formais e informais.

Mejia e Arthur (2006) consideram que, hoje em dia, em Moçambique, a regulação e o controlo social incorporam, já por força constitucional, as *autoridades tradicionais* e os *tribunais comunitários*. Estes é que expressam a simultaneidade de ordens normativas, especificamente as de natureza costumeira, e o Direito positivo europeu. Esta conceção vem consubstanciar a ideia de Aertsen et al. (2008), segundo a qual falar da concentração de poderes de regulação às instâncias de justiça formal não passa de uma mera ilusão, porque, em termos práticos e mais abrangentes, esse poder é exercido pelas instâncias informais de resolução de conflitos (os modelos tradicionais).

Christie (1977) considera que os tribunais comunitários e outras instituições informais de resolução de conflito funcionam mediante o real conhecimento de que uma regra comunitária foi violada. Avaliam as possibilidades de resolução do conflito através de medidas compulsórias para a reparação do prejuízo causado e a sua atuação é considerada como tendo um efeito revitalizador da vida em comunidade.

Segundo Meneses (2005), os modelos tradicionais de resolução de conflitos, designadamente os moçambicanos, constituem formas organizadas de os cidadãos participarem na busca de soluções de problemas comunitários e de promoção da justiça de proximidade, conformes à realidade cultural e social de cada comunidade. Conforme Araújo (2008) trata-se de órgãos formalmente reconhecidos cuja intervenção através dos respetivos concelhos de anciãos, ocorre mediante procedimentos informais e uso de regras costumeiras de pluralidade simbólica e cultural, como se pode conferir, a título de exemplo, nos n.ºs 1 e 2 do Artigo 3.º da Lei N.º 4/92 de 6 de Maio, que cria e define as competências dos tribunais comunitários. Estabelece este diploma que estes órgãos procedem à “deliberação de pequenos conflitos, emergentes de relações familiares de uniões constituídas segundo usos e costumes, de feitiçarias, assim como comportamentos criminosos de tipo ofensas corporais, roubos e furtos não passíveis a penas de privação de liberdade, e cujas penalizações se baseiam nas restituições, compensações ou prestação de serviços comunitários”. O reconhecimento legal aparece como forma de o Estado aprofundar a valorização da diversidade étnica e cultural da sociedade moçambicana (Araújo, 2008).

Apesar deste reconhecimento legal, a ausência da regulamentação dos procedimentos, faz com que estas entidades funcionem de forma não uniformizada, dependendo da zona de influência cultural. Contudo, em geral reconhece-se que procuram tomar as suas decisões com certo grau de imparcialidade, bom senso e equidade. Fazem dessas práticas momento de enriquecimento das regras, usos e costumes de cada zona (Santos, 2006). No mesmo sentido, Aertsen et al. (2008) e Omale (2000) consideram que os modelos tradicionais africanos contribuem para o desencorajamento das vitimações criminais, reconciliação, inclusão e reintegração do ofensor na comunidade.

Relativamente ao caso específico de Moçambique, Meneses (2005) e Santos (2006) consideram que o mérito dos modelos tradicionais no controlo social resulta do seu caráter imediato, público, coletivo, face a face e relativamente transparente nas suas deliberações. Funcionam no sentido de obter o consenso e equilíbrio social entre as partes e a ausência de formalidades fomenta uma maior adesão e participação da comunidade.

Para além dos tribunais comunitários e autoridades tradicionais, Mejia e Arthur (2006) incorporam no sistema de modelos tradicionais de resolução de conflitos o papel da Associação dos Médicos Tradicionais de Moçambique (AMETRAMO). A esta associação cabe o conhecimento e intervenção em conflitos criminais que envolvem feitiçarias⁴.

O interesse científico e socio-político em torno dos modelos tradicionais de realizar a justiça penal, não é exclusivo das sociedades africanas. Tem sido abundantemente desenvolvido no mundo ocidental sendo por muitos entendido como forma alternativa de realizar a justiça face às limitações e inadequações da justiça formal, de cunho retributivo ou reabilitador (Braithwaite, 2007; McCold & Wachtel, 2003; Priban, 2009). Este movimento contemporâneo, ou “paradigma teórico, normativo e ético, a *justiça restaurativa*, terá sido inspirando por regras e práticas ancestrais das comunidades aborígenes (e. g., Australiana e Nova Zelândia e Canadá), que conforme explicação de Omale (2006), terão declinado face à hegemonia do direito penal moderno e à concentração dos poderes de acusação, penalização dos infratores e restauração da paz através dos seus tribunais.

Embora Richards (2009) considere que a definição conceptual da justiça restaurativa tem sido objeto de contestação, este autor avança que tem sido consensual a consideração de que seja um processo pelo qual as partes envolvidas num ato criminal particular se juntam para lidarem com as suas consequências e suas implicações futuras (Braithwaite, 2007;

⁴ Tal como Bertelsen (2009) teria dito, o sucesso da atividade criminal em Chimoio, Moçambique é, nalgumas circunstâncias, potenciada por “pacotes mágicos” que os criminosos os adquirem aos curandeiros com forte poder de feitiço.

Maruna, 2009; Priban, 2009; Richards, 2009). O seu pressuposto básico é de que o crime, antes de ser uma ofensa ao Estado e à ordem social, é uma violação da relação entre pessoas e, nesse sentido, a reação deve em primeiro lugar visar a reparação do dano causado à vítima e o restabelecimento dos laços quebrados entre as partes. A emergência da justiça restaurativa é geralmente situada na década 70 em Canadá, com a realização das primeiras práticas de mediação penal no âmbito do *Victim Offender Reconciliation Project* (Gaudreault, 2005). Hoje em dia é, conforme Roach (2000) e Sani (2011), reconhecido pelo seu poder condensador das funções legislativa, jurisdicional e de sentenciamento. O seu âmbito de aplicação, nos dias de hoje, tem espaço não somente nos modelos tradicionais, mas também formais.

Foi nesta perspectiva de pensamento que certos autores como Christie (1977) e Barnett (1977) defenderam a existência de tribunais comunitários, ou de sistemas de justiça criminal mais orientados para a restituição do bem ou do dano causado, do que para a retribuição do comportamento criminoso. Considera-se que esta tenha sido a conceção básica que teria impulsionado o movimento da justiça restaurativa (Richards, 2009).

O artigo de Christie (1977), *Conflicts as property* apresenta e analisa algumas das condições principais que são apontadas para justificar o desenvolvimento da justiça restaurativa e de outras formas alternativas de realização da justiça. A distância crescente entre a sociedade e o sistema de justiça, designadamente os tribunais, fruto designadamente da crescente centralização e burocratização da administração da justiça, terá tido como resultado fundamental a usurpação da gestão e resolução dos conflitos às pessoas diretamente envolvidos, transferindo-os para as mãos de uma série de agentes institucionais que os tomam como propriedade sua.

Um outro argumento central nos desenvolvimentos deste movimento é o de que, o sistema de justiça e o processo penal, tal como se foi constituindo nas sociedades ocidentais tem prestado uma atenção muito ténue à vítima, ao reconhecimento do seu sofrimento e dos seus direitos a ser reparados, e muito menos à participação direta dos demais afetados pelas consequências do conflito. Esta é uma realidade que para o pensamento de Christie (1977) constitui uma clara expressão da exclusão da participação do cidadão e comunidade em geral na gestão dos conflitos criminais.

Aliás, Maruna (2009); McCold e Wachtel (2003) admitem que a justiça restaurativa tenha nascido como fruto da inadequação do sistema de justiça retributiva, um sistema pautado pela aplicação de penas privativas de liberdade aos infratores, para além do

esquecimento da vítima e comunidade em geral. É o motivo pelo qual Maruna (2009) considera que a justiça restaurativa é preferencialmente aplicável em situações em que o acesso à justiça e a satisfação com a justiça formal são menores.

Contrariamente à filosofia das instituições formais de justiça criminal em que a vítima e a sociedade perdem a oportunidade de participar num caso que lhes diz respeito e, clarificar certas normas de convivência social, Christie (1977) explica que, na justiça restaurativa, o conflito e o seu processo de resolução têm sido atribuídos maior valor significativo nas comunidades. É considerado como oportunidade de participação dos membros, na qual aproveitam para revalidação das regras, valores morais e revitalização da convivência social.

Christie (1977) e Schafer (1960) tomam a linha anterior de pensamento de maneira concordante. Consideram que a partir do momento em que as pessoas começam a construir uma conceção de que os meios legais não satisfazem as expectativas dos que sofreram os danos causados pela ofensa, tomam o direito de punir em suas próprias mãos, como forma de assegurar a justiça e auto-reparação. Schafer (1960) relaciona este pensamento com o surgimento do *lynch-law*, cujos atos procuravam ir ao encontro da satisfação espiritual do sentimento de vingança e de justiça contra criminosos que atormentavam a moralidade comunitária.

Independentemente do modelo, Walgrave (2002) e Roch (2000) são unânimes em considerar que a justiça restaurativa é caracterizada por princípios como (i) *a reparação do dano*, ao encorajar o ofensor a assumir a culpa e a procurar ativamente responder pelo seu ato reparando as suas consequências; (ii) *envolvimento e reabilitação* do infrator, partindo do pressuposto de que para se atingir a reparação do dano e reabilitação do infrator é preciso valorizar os pontos de vista dos que foram afetados pelo crime, e (iii) o *princípio de dissuasão* através da vigilância que a comunidade faz sobre as formas particulares de manifestação de comportamento desviante.

É em torno do princípio da reparação através da restituição ou reparação do dano que Barnett (1977) se debruça dizendo que, embora se considere que dificilmente se chegaria ao senso comunitário de justiça e prevenção do crime, mais particularmente nos crimes contra a integridade física e ordem social no geral, a restituição tem largas vantagens na assistência a favor da vítima. A possibilidade de recompensa, por exemplo, em crimes contra a propriedade encoraja a denúncia e participação da vítima em julgamentos, assim como auxilia a reabilitação do ofensor. Deve-se à consideração de que a restituição faz com que o agente se

alivie do sentimento de culpa, para além de conhecer claramente o resultado da sua ofensa (Schafer, 1960).

Em torno destas ideias Barnett (1977) e Schafer (1960) defendem de forma consensual que em julgamentos formais, a restituição à vítima pelo prejuízo causado devia fazer parte da sentença do ofensor e, se necessário, enquadrar o culpado em projetos de trabalho para assegurar a restituição do bem. Esta ideia é enriquecida por Priban (2009) ao dizer que se o Estado assegurasse a restituição da vítima colmataria uma grande lacuna. Para além da satisfação da vítima, constituiria uma forma simbólica de curar as feridas causadas pelo ato e, não apenas na vítima mas na coesão comunitária. Por seu turno, o ofensor entenderia que não feriu apenas o Estado, mas em primeiro lugar uma pessoa concreta e essa personalização seria indutora de uma responsabilização mais efetiva e, em última instância, mais reintegradora.

Fazendo referência a resultados de estudos experimentais, Braithwite (2007) diz que a resolução de conflitos criminais mediante a aplicação de princípios da justiça restaurativa beneficia a saúde mental da vítima. A reparação ou restituição é suscetível de reduzir o sintoma pós traumático, o medo e a raiva causados pela vitimação, aumentando, em contrapartida, o espírito de perdão e a satisfação da vítima. Considera-se, para além disso, que tenha implicações positivas na política criminal e no funcionamento do sistema de justiça, (Braithwite, 2007).

Os principais modelos de justiça restaurativa são: de (i) *mediação vítima infrator* que, conforme Sani (2011), se realiza mediante a intervenção de um terceiro imparcial que assume a figura de mediador, facilitando o processo de comunicação entre a vítima e o ofensor que assim têm a possibilidade de delinear estratégias de restauração e reparação do dano causado. O outro modelo é o de (ii) *conferência de grupos* que, para além da vítima e ofensor, envolve um conjunto mais alargado de pessoas, familiares, grupos comunitários. Segundo Omale (2000), este confere um poder de reintegração, restauração da ordem e das perdas sofridas pela vítima, e desenvolvimento de um processo educativo capaz de alterar o comportamento do infrator. Este modelo de prática restaurativa é considerado como o que melhor realiza o apelo à participação da “comunidade”, tendo conhecido nos últimos anos uma expansão considerável designadamente na Europa, no âmbito da justiça juvenil.

Neste trabalho, o recurso à abordagem da justiça restaurativa e seus principais modelos, não foi apenas para compreender os critérios de realização da justiça enraizada nos modelos tradicionais em contextos diferentes da África. Constitui uma tentativa de encontrar uma teoria contemporânea no domínio criminológico, que pudesse sustentar teoricamente a

análise das práticas de intervenção dos modelos tradicionais moçambicanos de resolução de conflitos criminais. Nesse sentido, a justiça restaurativa é aqui tomada essencialmente pelo seu valor potencialmente heurístico na abordagem do objeto de estudo proposto.

Entendendo o mecanismo funcional dos modelos tradicionais de resolução de conflitos, pode admitir-se que se guiam sumariamente pelos princípios da justiça restaurativa já enunciados, principalmente quando se pautam pela reparação, integração, perdão e reconciliação entre as partes, como forma de reforçar as relações sociais dentro da comunidade ou aldeia, (Aertsen et al., 2008). Acrescentando, Mbunba (2011) defende que o recurso aos modelos tradicionais de resolução de conflitos é vantajoso porque a censura, a compensação, perdão e reconciliação, típicos da justiça restaurativa, reduzem a estigmatização do infrator e as condições prejudiciais inerentes à vida prisional.

Contudo, Gaudreault (2005) considera, em forma de crítica, que a falta da preparação psicológica das partes, a responsabilização muitas vezes forçada do ofensor e a dificuldade de determinar reparações que possam ressarcir suficientemente os danos causados, são fatores que concorrem para fragilizar os modelos tradicionais.

CAPÍTULO 2: ENQUADRAMENTO GERAL E OBJETIVOS DO ESTUDO EMPÍRICO SOBRE LINCHAMENTOS NA CIDADE DE CHIMOIO

O trabalho empírico foi realizado na cidade de Chimoio, capital da província de Manica, que se situa na região centro de Moçambique. É um centro urbano caracterizado por uma maior aglomeração populacional proveniente dos diversos distritos que constituem a província de Manica. Para além deste, tem sido notória a presença de pessoas provenientes de outras províncias moçambicanas, designadamente, Zambézia, Tete e Sofala, assim como um significativo movimento de estrangeiros provenientes do vizinho Zimbabwe e de outros países de África que, dia pós dia, concorrem para um exponencial crescimento populacional.

Conforme dados do Instituto Nacional de Estatística [INE] (2007), relativos aos resultados definitivos do último recenseamento da população e habitação realizado em 2007, a cidade de Chimoio é habitada por um total de 237278 habitantes, de uma faixa etária predominantemente jovem.

Por seu turno, as projeções anuais da população urbana, publicadas pela mesma instituição (INE, 2010), indicam que de 2007 para 2011, os dados populacionais possam ter passado de 237278 para 267456, portanto, um crescimento de cerca de 12,7% (30178 habitantes). Este grosso populacional reside num território de cerca de 23165 ha, distribuída por 33 bairros, conforme ilustra o mapa (em **anexo 1**).

Como muitos outros centros urbanos, o desenvolvimento e ordenamento da cidade de Chimoio foi entregue à responsabilidade do Conselho Municipal. Esta é a entidade administrativa local, com missão de velar pela correta administração da cidade, assim como pela manutenção da disciplina urbanística.

Conforme referenciado no trabalho de Artur (1999) sobre a cidade de Chimoio, apesar das expectativas, as magras possibilidades financeiras do município de Chimoio não permitem que o crescimento populacional que notamos anteriormente seja acompanhado por infraestruturas públicas minimamente adequadas a uma vida urbanística condigna. Em consequência destas limitações, a edificação de infraestruturas habitacionais e de atividades comerciais tem sido feita através da ação dos particulares.

A estrutura da cidade é notoriamente caracterizada pela existência de duas zonas distintas: A zona central “cimento”, constituída por cerca de três ou quatro pequenos bairros, onde se localizam os serviços administrativos e as residências de altos funcionários do Estado e de grupos de posição económica e social mais elevada. A segunda é a zona periférica da

cidade, adjacente à primeira. Os bairros da zona periférica são maioritariamente formados por casas juntas, construídas com estacas ou blocos de matope e cobertas a chapas de lusalite, zinco ou capim. São atravessados por ruelas muito estreitas, algumas das quais sem iluminação e fisicamente degradadas. A iluminação pública tem sido garantida apenas nas ruas de grande circulação populacional.

O dia-a-dia nos bairros periféricos tem sido caracterizado pelo funcionamento de barracas de exercício de atividade comercial informal. No âmbito desta atividade, é frequente que, dia e noite, as aparelhagens de som se façam ouvir num volume elevado. Isto verifica-se mais particularmente nos locais de venda e consumo de bebidas alcoólicas de fabrico tradicional, como são os casos dos bairros 25 de Junho, 3 de Fevereiro, 16 de Junho, Josina Machel e na maior parte do Bairro 7 de Setembro. Nessas zonas, as autoridades policiais são maioritariamente representadas pelos chamados chefes de setor e por vezes, pela presença de um posto policial de insuficientes recursos humanos e logísticos. Paralelamente, depois de anoitecer é frequente e notório o movimento de pessoas vindas do trabalho e na sua maioria da escola, no âmbito do ensino secundário e superior no período pós-laboral.

A maior parte dos bairros da zona em referência é ocupada por pessoas que migraram para a cidade por causa da guerra, em busca de emprego e de melhores condições de vida. Estas populações foram ocupando o território, regra geral, sem qualquer orientação urbanística do município local. As famílias residentes são maioritariamente numerosas, predominantemente constituídas por jovens. Na sua maioria estes jovens têm uma difícil inserção no mercado de trabalho convencional, registando elevados níveis de desemprego. Alguns vivem exercendo atividade comercial informal ambulante ou fixada. De notar ainda, nesta zona, a proliferação de pequenas instituições religiosas que, supostamente, garantem a manutenção do sentido de respeito pelo próximo e dos valores morais da comunidade.

As atividades de lazer têm tornado a parte central da cidade muito movimentada e barulhenta durante a noite. Este facto faz com que, conforme explica Artur (1999), nos últimos dias, as elites tendam a abandonar o centro para se transferirem para a periferia. Por seu turno, este movimento faz surgir os chamados bairros de expansão urbana, com construções de material convencional e de estilo arquitetónico aceitável.

Direta ou indiretamente, estas formas diferenciadas de organização e estruturação da cidade de Chimoio constituem ambiente de acomodação de estilos de vida e comportamentos também diferenciados, com destaque para o de natureza criminal que passamos a fazer uma descrição sucinta.

Embora cientes do seu caráter absolutamente limitado, quanto à proximidade relativamente à criminalidade real, com vista a ter uma imagem numérica mínima da criminalidade na cidade de Chimoio, recorremos a alguns relatórios anuais de desempenho da polícia no comando provincial de Manica. Segundo informações neles constantes, a cidade de Chimoio é caracterizada pelo registo de criminalidade que se manifesta em forma oscilatória, com destaque para o grupo de crimes contra a propriedade (e. g., roubos, furtos) nas suas diversas modalidades e contra as pessoas (e. g., homicídios, ofensas corporais e violações sexuais) também nos seus diversos tipos, conforme se pode apreciar na tabela abaixo.

1. Tabela de registos numéricos de alguns tipos comuns de crimes e linchamentos ocorridos na cidade de Chimoio (2007-2011)

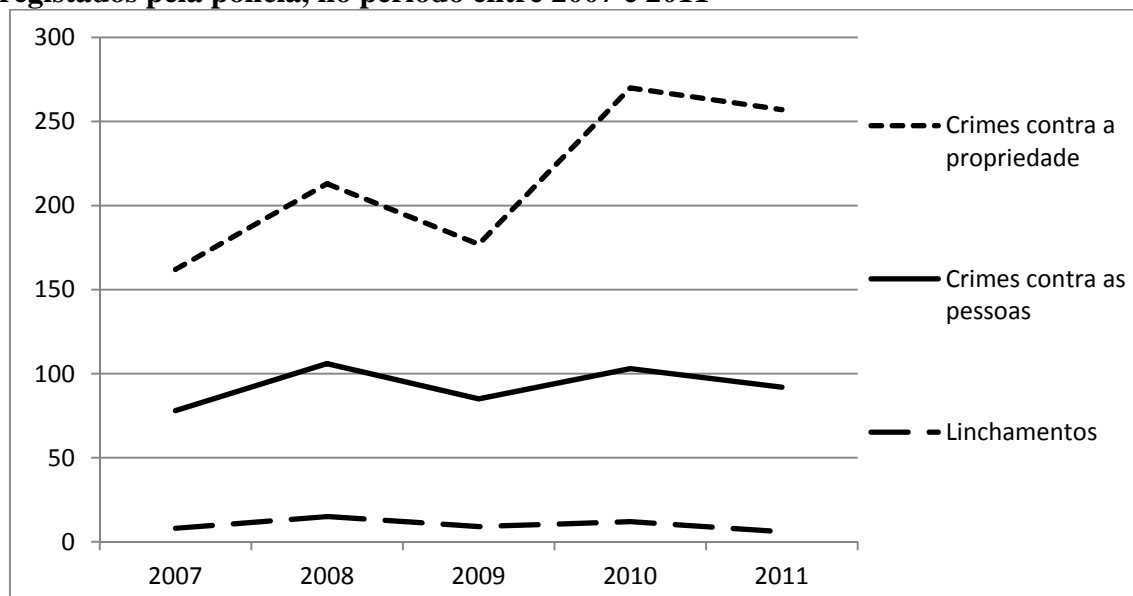
Tipo de crime	2007	2008	2009	2010	2011
Contra pessoas⁵					
Homicídios	17	13	12	14	17
Ofensas corporais v. Simples	4	29	9	23	25
Ofensas corporais v. Qualificadas	40	39	47	52	45
Violações de mulheres	14	5	3	5	2
Violações de menores	3	20	14	9	3
Subtotais	78	106	85	103	92
Contra propriedade					
Roubos	78	96	103	93	127
Furtos simples	17	37	14	58	33
Furtos qualificados	67	70	52	112	94
Furtos em viaturas	00	10	8	7	3
Subtotais	162	213	177	270	257
Total crimes C. Pessoas e C. Propriedade	240	319	262	373	349
Linchamentos					
Linchamentos	08	15	09	12	06

Fonte: Dados extraídos de relatórios sobre a atividade operativa policial, no do departamento de estudo, informação e plano do comando provincial da polícia de Manica.

Com vista a facilitar a leitura, interpretação e compreensão dos dados da tabela, particularmente no que concerne às tendências e formas de manifestação da criminalidade, variação de certos tipos criminais em relação aos outros e, especificamente com os linchamentos apresentamos os resumo dos dados em forma de gráfico de linhas.

⁵ Nota-se que os dados dos crimes contra as pessoas constantes na tabela, não incluem os registos de linchamentos. Estes últimos foram preferencialmente colocados em linha separada para melhor evidenciar o nível de incidência do fenómeno em estudo.

2. Evolução dos crimes contra a propriedade, contra as pessoas e de linchamentos registados pela polícia, no período entre 2007 e 2011



Fonte: Dados extraídos de relatórios sobre a atividade operativa policial, no do departamento de estudo, informação e plano do comando provincial da polícia de Manica.

Como se pode notar a partir dos dados apresentados, existe uma predominância numérica de crimes contra a propriedade, com destaques para roubos e furtos, relativamente aos crimes de contra as pessoas. Regista-se uma tendência de aumento dos crimes contra a propriedade, face a uma estabilização dos crimes contra as pessoas e dos linchamentos. De acordo com informações constantes nos documentos analisados, os crimes contra a propriedade e pessoas são, na sua maioria, cometidos nas zonas periféricas de maior concentração populacional. E, maioritariamente são praticados no período noturno, com destaque para o período entre a meia-noite até as 05 horas da manhã.

No período de cinco anos considerado, o número total de linchamentos registados é de cinco dezenas. Ainda que os dados disponíveis sejam manifestamente escassos em termos temporais, observa-se que a oscilação do número de linchamentos segue uma tendência que acompanha a evolução da criminalidade comum. Este padrão de variação suscita o estabelecimento, a título de hipótese, e com toda a prudência pelos limites evidenciados, de uma eventual relação entre a criminalidade e o linchamento.

O fenómeno de linchamento em Moçambique tem sido preocupação dos órgãos governativos assim como da própria sociedade civil, e tem constituído objeto de debate e discussão em alguns meios de comunicação (e.g., blogues, televisões, jornais, etc.). Para além da atenção que internamente tem suscitado, tem também constituído preocupação para a comunidade internacional. A título de exemplo, citando 14 e 9 casos de linchamentos

ocorridos respetivamente nas cidade da Beira e Chimoio, o Departamento de Estado dos Estados Unidos da América considera o fenómeno de linchamento como um dos problemas que afetam os Direitos Humanos em Moçambique⁶. Por seu turno, as Nações Unidas, através do respetivo Comité dos Direitos Humanos, na sua 102^a sessão decorrida em Genebra em 2011⁷, reconhecendo a relevância do problema, recomendaram que, para o melhoramento do relatório de 2010 sobre Direitos Humanos em Moçambique, fossem clarificadas as informações oficiais sobre o número de linchamentos ocorridos e o tipo de medidas tomadas pelos órgãos competentes com vista à penalização dos autores, e à prevenção do fenómeno.

Apesar de o linchamento em Moçambique ser atualmente um fenómeno de problematização social, a verdade é que o seu conhecimento sistemático é manifestamente insuficiente, carecendo ainda de estudos de carácter científico, designadamente empíricos, capazes de elucidar sobre os seus fatores, processos de desenvolvimento e significações sociais, bem como sobre a sua inscrição nos sistemas de controlo social formal e informal e, em geral, nas estruturas da sociedade moçambicana.

É nessa esteira que emergiu a vontade de, através de um estudo empírico, melhor compreender o linchamento na cidade de Chimoio, os fatores, motivações, perceções e significados que lhe estão associados, designadamente a sua relação com os processos de controlo formal e informal das desordens e da criminalidade urbana e, em particular, a sua relação com o funcionamento das forças policiais e com a atuação dos dispositivos tradicionais de controlo comunitário. As questões iniciais que orientaram este projeto e presidiram ao estabelecimento dos seus objetivos foram as seguintes: i) Quais são as condições de segurança e criminalidade associadas aos atos de linchamentos públicos? ii) Como se explica a legitimação dos linchamentos públicos em detrimento da intervenção das entidades formais e de outros mecanismos de resolução de conflitos criminais? iii) Como é que a polícia e, em geral, o sistema de justiça, faz a gestão dos acontecimentos criminais que motivam linchamentos pelos populares? iv) De que maneira os modelos tradicionais intervêm no controlo e resolução de conflitualidades criminais na comunidade?

A partir dos objetivos gerais e das questões enunciadas, traçamos os objetivos específicos do estudo que basicamente podem ser organizados em torno de dois vetores

⁶ United State, Department of State (2011). 2010 Human Rights Report: Mozambique acedido no dia 15 de março de 2013 em <http://www.state.gov/j/drl/rls/hrrpt/2010/af/154360.htm>

⁷ United Nations (2011) International Covenant on Civil and Political Rights: Human Rights Committee. 102^a Session. Geneva. Acedido em 15 de março de 2013 em <http://www1.umn.edu/humanrts/africa/mozambiq.htm>

fundamentais: por um lado, uma análise das práticas de linchamento que permita a sua caracterização mais sistemática e diferenciada e, por outro lado, tomar o linchamento enquanto analisador das condições e processos de controlo social da criminalidade e da insegurança:

1. Descrever as condições de segurança e vitimação criminal que enquadram o recurso aos linchamentos públicos na cidade de Chimoio.

2. Identificar as perceções, significados e motivações associadas às práticas de linchamento, caracterizando-as a partir das perspetivas de diferentes grupos de atores que de modo direto ou indireto têm contacto com o fenómeno.

3. Perceber o linchamento na sua relação com a forma de intervenção das instâncias formais de justiça criminal e, de forma particular, a polícia no controlo da criminalidade.

4. Compreender o linchamento a partir das perceções e significados atribuídos pelos modelos tradicionais de resolução de conflitos, assim como da sua forma de intervenção no controlo social do crime.

CAPÍTULO 3: METODOLOGIA

3.1 Enquadramento Epistemológico

As questões e os objetivos de pesquisa que estabelecemos anteriormente devem ser satisfeitos fundamentalmente a partir das experiências, representações, opiniões e palavras dos sujeitos do fenómeno. Sendo que, pela sua natureza são dados que, segundo Poupart, Deslauriers, Groulx, Laperriere, Mayer e Pires (2008) resistem à conformação estatística constituem fundamento para que, o estudo privilegiasse uma abordagem basicamente qualitativa.

A investigação qualitativa surgiu e desenvolveu-se, epistemologicamente, como uma verdade metodológica que, para além de contrariar os modelos clássicos hipotético-dedutivos, viria a contribuir significativamente para o estudo dos problemas sociais. Procura reconhecer perceções sobre suas causas e processos, e sugerir propostas de soluções, através da renovação do olhar sobre estes, e adoção de métodos abertos para responder a complexidade do objeto, como integrante do dia-a-dia das pessoas (Bartunek, 2002; Poupart et al., 2008).

Argumentando, Flick (2002) considera que a investigação qualitativa é um processo de estudo que parte dos significados individual e socialmente atribuídos aos objetos, e evidencia as diversas perspetivas sobre ele, tendo em conta as práticas e os conhecimentos dos envolvidos no estudo.

É uma abordagem influenciada, dentre tantas, pelas teorias do interacionismo simbólico, teorias através das quais, a investigação busca os fundamentos do trabalho empírico assente nos significados que as pessoas atribuem às determinadas práticas, experiências e aos determinados objetos e acontecimentos (Coutinho, 2011). Na ideia deste autor, a preferência pelos significados e construção indutivista do conhecimento visa permitir-nos descobrir várias opções valorativas e explicativas do problema estudado conforme situações concretas.

3.2 População e Amostragem

Como decorre dos objetivos referidos, o presente trabalho consubstancia-se na pesquisa de um fenómeno perpetrado por populares, num contexto em que existem e funcionam dois grandes sistemas de controlo social: o formal, representado por instituições do Estado (e.g., a polícia, tribunais, e outras) e o informal, representado por modelos tradicionais de resolução de conflitos (e.g., tribunais comunitários, líderes comunitários e de pequenas

associações ao nível dos bairros). Assim, a população alvo do nosso estudo foi constituída pelos residentes na cidade de Chimoio, contexto espaço-temporal e social onde situamos a abordagem do objeto em estudo.

Os residentes desta cidade constituíram o que Poupart et al., (2008) designaram por universo de análise, sobre o qual caberia a generalização empírica dos resultados. A partir deste universo, procedemos à seleção e extração de uma amostra operacional, que segundo Coutinho (2011) constituiu o subconjunto da população disponível, e cujos traços procuram de certo modo representar a população geral.

3.2.1 Estratégias de Seleção e Caraterização da Amostra

Partimos de um pressuposto unanimemente defendido por Bauer e Gaskell (2000) e Mogalakwe (2006), segundo os quais a investigação basicamente qualitativa não adota a significância numérica como critério de generalização dos resultados, mas sim o alcance teórico dos dados e, em última instância, a capacidade de gerarem uma teoria sobre o fenómeno estudado, como defendem (Glasser & Strauss, 1967).

Significa isto que, seguindo a linha de Albarello, Digneffe, Hiernaux, Maroy, Ruquoy e Saint-Georges (1995) e Glasser e Strauss (1967) neste trabalho, a determinação da amostra dependeu do seu grau de adequação aos objetivos da investigação, e teve como base dois princípios essenciais:

(i) Em primeiro lugar, a construção de uma abordagem o mais próximo possível dos contextos sociais de ocorrência do fenómeno em estudo. Não sendo possível, por razões que se prendem com os limites da investigação, desde logo de tempo para a realização da recolha de dados e um estudo de carácter etnográfico, procurou-se ainda assim uma abordagem que permitisse apreender o fenómeno de modo situado, quer em termos espaciais quer sociais. Nesse sentido, impunha-se seleccionar, na cidade de Chimoio, contextos territoriais e sociais específicos cujo conhecimento, em termos de características e condições, nos permitissem melhor compreender as dimensões e as questões que presidiram ao estudo.

(ii) Em segundo lugar, que a escolha dos sujeitos possibilitasse uma diversidade de pontos de vista sobre as dimensões do estudo, o que necessariamente implicou o estabelecimento de uma seleção assente na relevância do seu estatuto e posição social face a essas dimensões que pretendíamos esclarecer.

Recorremos ao que Poupart et al. (2008) chamaram de amostragem do meio geográfico. Nesse sentido tivemos como ponto de partida as informações policiais sobre a

distribuição da ocorrência de atos de linchamentos em Chimoio no período temporal de 2007 a 2011. Com base no maior grau com que o fenómeno se regista, selecionamos dois bairros, nos quais foram escolhidos os respondentes para efeitos de construção do *corpus* empírico.

Face a esta orientação, a estratégia de amostragem adotada, quer na escolha dos territórios sociais quer dos sujeitos dependeu do seu “sentido exemplar”, isto é, a relevância que podem revestir face aos objetivos da pesquisa, correspondendo à lógica de amostragem teórica sustentada por (Glasser & Strauss, 1967 e Silverman, 2000).

Relativamente aos sujeitos a entrevistar, a seleção foi orientada pelos seguintes critérios: i) assegurar a representação dos diferentes grupos sociais pertinentes tendo em consideração os objetivos delineados; ii) capacidades de os sujeitos da amostra gerarem informações relevantes sobre o fenómeno; iii) por último, a sua disponibilidade e acessibilidade. Neste sentido, procuramos desde logo, incidir nos que contactaram com essas experiências. Esta escolha dirigida contribuiu também para a racionalização de tempo e recursos para a operacionalização do estudo (Polkinghorne, 2005; Patton, 1990; Poupart et al., 2008).

Assim, seguindo a orientação de Abrams (2010), tivemos que fazer um exercício de identificação de indivíduos que pelo seu estatuto e posição face às dimensões em estudo, fossem suscetíveis de nos possibilitarem o acesso a informações, perspetivas e experiências relevantes e diversas sobre o objeto de estudo.

Esta estratégia orientada para o cruzamento de perceções, sistema de valores e representações de indivíduos que ocupam e desempenham diversos papéis na estrutura social, correspondeu, de algum modo, ao que Poupart et al. (2008) chamaram de amostragem por casos múltiplos orientada pelo princípio da diversificação externa (Fraser & Godin, 2004; Polkinghorne, 2005).

Neste trabalho, a diversificação das categorias consideradas estratégicas para encontrar diversos pontos de vista foi, pois, usada como critério principal de constituição do grupo amostral. Este critério permitiu-nos que, no processo de análise das entrevistas, para além do sentido dos depoimentos de cada entrevistado, a partir das perceções que cada classe dos entrevistados emite sobre determinada dimensão, possamos proceder a complementaridade e contraposição de opiniões, controlar o seu grau de relevância, nível de inter-relacionamento, assim como verificar a existência ou não de perspetivas explicativas emergentes (Bazeley, 2009; Glasser & Strauss, 1967).

Para efeitos de compreensão do fenómeno em estudo, na estrutura organizacional e funcional da comunidade em estudo identificamos os seguintes segmentos a integrar na amostra de entrevistados:

- (i) *Magistrados judiciais e oficiais da polícia* em representação das instituições formais de controlo social;
- (ii) *Líderes comunitários, juízes de tribunais comunitários, chefes dos bairros, representantes de organizações juvenis de âmbito político e social, e membros dos conselhos comunitários de segurança*, em representação das instâncias informais de controlo social. Para efeitos de seleção para participar na amostra, tivemos em conta o grau com que os indivíduos se envolvem e se identificam com estes segmentos sociais.

Embora admitindo que a partir da pré-análise das primeiras entrevistas, pudéssemos decidir pela incorporação de novos elementos que pudessem contribuir para o enriquecimento dos dados e para a exploração de determinados elementos, seguindo a lógica da amostragem gradual, as condições de tempo em que foi realizado o trabalho empírico não permitiram que tal acontecesse. Estas entrevistas iniciais contribuíram, no entanto, para introduzirmos ajustamentos ao guião e à própria estratégia de condução das entrevistas subsequentes.

Pela natureza do estudo desenvolvido, o tamanho e limite da amostra dependeu da procura de um compromisso entre os limites temporais que enquadraram a recolha de dados e do princípio da saturação empírica (Glasser & Strauss, 1967; Poupart et al., 2008), como momento operacional em que as entrevistas e debates já não nos traziam elementos e pontos de vistas novos que possam justificar a continuidade da aplicação do instrumento de observação empírica (Patton, 1990).

Nesta ordem de ideias importa-nos salientar que, seguindo o princípio de saturação empírica, realizamos **18** entrevistas sendo 4 magistrados do ministério público e judiciais, 4 oficiais da polícia, 2 líderes comunitários, 2 juízes comunitários, 2 chefes de conselhos de segurança comunitária, 2 representantes de associações políticas nos bairros, 1 chefe de quarteirão e 1 chefe de zona de 10 casas.

3.3 Métodos de Recolha de Dados

Com o presente trabalho pretendíamos estudar o fenómeno de linchamentos públicos nas circunstâncias particulares de tempo, contexto, lugar e formas de manifestação, tendo como base os significados e perceções que os sujeitos atribuem ao fenómeno. Desta forma,

para efeitos de coleta de dados privilegiamos (i) *entrevistas semiestruturadas*, complementando-se com (ii) *análise documental* e (iii) *focus group*. A fundamentação e modos de operacionalização destes métodos encontram-se descritos nas secções seguintes.

A aplicação cruzada destes métodos tem sido utilizada em vários estudos de âmbito sociológico e criminológico. A título de exemplo, Sasson (1995) utilizou a análise documental e debates em grupos focais para perceber a construção social da criminalidade pelos cidadãos nos Estados Unidos. Por seu turno, Benevides (1982); Brundage (1993) Martins (1995) e Sinhoretto (2009) usaram a análise documental (edições de jornais e processos de investigação de linchamentos) como fonte privilegiada de informação para o estudo de linchamentos no Brasil e Estados Unidos e, finalmente, Serra (2008, 2009), para além de análise de documentos como jornais e outros, usou entrevistas semiestruturadas no estudo de linchamentos por acusação de crime e de feitiçaria em Moçambique.

Os estudos a que fizemos referência inspiraram-nos, a admitir a operacionalização do nosso estudo através do cruzamento das abordagens metodológicas anteriormente enunciadas. Para além disso, uma abordagem qualitativa que se baseie na triangulação de técnicas pode permitir ultrapassar as limitações de cada uma (e.g. Abrams, 2010 e Mason, 2006). Oferece-nos também um maior potencial para a produção de novas formas de compreensão dos problemas em estudo, conforme a complexidade do contexto social. Permite ainda evidenciar informações adicionais suscetíveis de aumentar a amplitude e profundidade dos resultados, contribuindo deste modo para a validade do estudo.

3.3.1 Entrevista Semiestruturada

Bauer e Gaskell (2000) consideram que para a perceção do mundo da vida de grupos sociais e comunitários, a entrevista, constitui uma ferramenta fundamental (Boni & Quaresma, 2005; Kvale, 1996; Patton, 1990). Na ideia geral destes autores, a entrevista tem-se mostrado instrumento capaz de providenciar dados empíricos suscetíveis de testar e desenvolver hipóteses numa perspetiva teórica. Por outro lado, permite que durante esta “interação situada” com o entrevistado, e a partir do discurso produzido sobre o seu conhecimento, perceções, atitudes, juízos e experiências, se aprofundem as informações capazes de explicitar aspetos específicos do fenómeno relevantes para a sua abordagem analítica e interpretativa.

Para efeitos de operacionalização, utilizamos um guião de entrevista semiestruturado, contendo tópicos e questões-chave para a orientação do processo de entrevista. A preferência

pela entrevista semiestruturada deveu-se, como postulam Boni e Quaresma (2005), à possibilidade de acesso direto ao discurso dos entrevistados e que, gozando do caráter semiaberto das questões, pudessem debruçar-se profundamente sobre os tópicos da entrevista. Mais ainda, através de questões de compreensão, na interação com o pesquisador, pudessem proceder à correção de possíveis falhas que possam ocorrer na prestação dos seus depoimentos.

Por seu turno, Flick (2002) considera que a entrevista semiestruturada radica no reconhecimento de que os entrevistados se encontram dotados de um complexo acervo de conhecimento sobre o assunto, como uma teoria implícita, suscetível de ser reconstituída através de informações colhidas mediante entrevista semiestruturada.

Conforme os diferentes segmentos e atores sociais descritos como constituintes da amostra, as entrevistas semiestruturadas foram dirigidas, como antes se referiu, para os magistrados judiciais, oficiais da polícia, líderes comunitários, juízes de tribunais comunitários e outras autoridades dos bairros.

Como se pode conferir no **anexo 2**, procuramos construir um guião que comporta as dimensões teóricas que, na sua primeira parte, procuram fazer a descrição das condições de segurança, criminalidade e vitimação no local do estudo, e o processo funcional das estruturas sociais na prevenção e reação ao fenómeno criminal. Na sua segunda parte, procura encontrar o mais pormenorizado possível, os processos, as explicações e os efeitos que o linchamento possa produzir na segurança e criminalidade futura, assim como a maneira específica de reação aos atos de linchamento. Não nos esquecermos dos pontos de vistas para a sua mitigação.

Seguindo a experiência de Kvale (1996), para efeitos de procedimentos, antes de iniciarmos, os entrevistados eram suficientemente esclarecidos sobre o propósito da entrevista, assim como explicados sobre até que ponto as suas qualidades e características particulares são importantes para responder às questões e aos objetivos do estudo.

3.3.2 Debate em Focus Group

O recurso a esta técnica deveu-se essencialmente à procura de complementar e consolidar as informações colhidas através das entrevistas individuais. Aliamo-nos à percepção de Morgan (1996), segundo o qual a coleta de dados qualitativos através de grupos focais tem sido especificamente usada para complementar com o método de entrevista em profundidade, visando reduzir as limitações da entrevista.

Na conceção de Gibbs (1997) e Kress e Shaffner (2007), este método, devido à combinação sinérgica das ideias dos membros do grupo, permite-nos aceder aos sentimentos, atitudes, crenças e experiências sobre o fenómeno em estudo, que seriam inacessíveis em entrevistas individuais, (i.e., os resultados aparecem como expressão do processo de interação, discussão e consenso grupal em torno de determinados tópicos). Por outro lado, os argumentos e contra-argumentos que se produzem ao longo do debate ajudam-nos a ampliar a compreensão do fenómeno numa perspetiva transversal (Fraser & Godin, 2004).

Assim, como a aplicação deste método visa essencialmente a complementaridade das entrevistas semiestruturadas, os grupos focais foram orientados para a discussão de tópicos que, pelo seu carácter nuclear, mereciam maior aprofundamento, designadamente: pontos de vista sobre o papel dos modelos tradicionais na resolução de conflitos criminais e perceções sobre a prática de linchamento, (ver o **anexo 3**).

O nosso propósito inicial era que os grupos de discussão fossem constituídos por jovens ativistas de programas de conselhos comunitários de segurança e de outras organizações sociais e políticas residentes nos bairros selecionados. Contudo, a experiência inicial revelou-se difícil resultando numa abordagem muito superficial e estereotipada que nada acrescentava aos dados já recolhidos e, relativamente a estes, revelava-se bastante pobre. A estas dificuldades não terão sido alheias a falta de experiência na aplicação do método e também as características dos próprios participantes ao nível das suas competências discursivas e de capacidade de se centrar na atividade proposta. Procurando seguir o espírito de *focus groups* proposto por Gibbs (1997); Morgan e Spanish (1984) recorreremos aos estudantes de Direito preferencialmente do curso noturno e constituímos 2 grupos de 8 pessoas cada, em instituições diferentes cujas perceções foram gravadas e posteriormente transcritas em forma de texto. A escolha de estudantes noturnos deveu-se à necessidade de aproveitamento de possíveis experiências de vitimação em período noturno, para além de que, à partida, possuiriam um grau de maturidade mais conforme às exigências da atividade proposta. Estas opções de seleção conduziram a que os grupos formados fossem constituídos por elementos com experiências diversas e por posições no tecido comunitário que se revelaram uma mais-valia na discussão das questões relevantes. Refira-se, a título de exemplo, a participação de 2 deputados da assembleia da república, para além de alguns dirigentes de instituições públicas e privadas ao nível da cidade de Chimoio.

Seguindo ainda a orientação de Morgan e Spanish (1984), os debates duraram, em média, cerca de uma hora e meia. Procurámos conduzi-los de maneira que, para além de os

participantes exporem os seus pontos de vista sobre determinado tópico, pudessem lançar um olhar crítico às perspectivas apresentadas pelos outros, evidenciando as diferenças e os aspetos partilhados.

Para efeitos de desencadeamento da dinâmica grupal e para uma mais fácil centralização no tema, e socorrendo-nos da experiência de Bauer e Gaskell (2000), os debates foram introduzidos pela apresentação de fotografias e de extratos de jornal que ilustram cenários de linchamento público ocorrido e reportado na área de estudo. Isto permitiu não só a concentração dos participantes, como também, conforme Coutinho (2011), suscitar uma análise dos fatores e condições subjacentes aos casos concretos.

3.3.3 Análise Documental

O uso da análise documental no presente estudo teve em vista a necessidade de acrescentar a dimensão da compreensão do fenómeno no período temporal a que os nossos dados refletem, tendo em conta as informações fatuais, comentários e descrições efetuadas sobre o tema.

Para assegurarmos o mínimo do que Mogalakwe (2006) e Poupart et al. (2008) chamaram de “autenticidade, credibilidade e confiabilidade das informações contidas nos documentos”, só recolhemos notícias de jornais dos órgãos de comunicação social públicos e privados de maior circulação no país, designadamente os jornais “Notícias”, “Savana” e “Zambeze”, processo-crime que emana dos órgãos formais de justiça e estatísticas da polícia de investigação criminal, ambos da cidade de Chimoio. Nesta linha de orientação procedemos à recolha e análise de **18** publicações de notícias de jornais. Do total, 9 reportam factos e acontecimentos de linchamentos e os outros 9 que, para além de acontecimentos, destacam-se textos de comentários e opiniões de análise sobre o fenómeno. Analisamos também **05** sínteses e estatísticas de criminalidade que mais nos serviram na caracterização e contextualização dos índices e tendências criminais no local e período a que o estudo diz respeito. Finalmente analisamos **01** processo julgado por acusação de atos que se consubstanciam em linchamento.

A preferência por jornais, processos e estatísticas parte do pressuposto de que estes documentos, conforme referido por Martins (1995), para além de proporcionarem informação sobre as tendências e condições de ocorrência do problema, nos oferecem dados relevantes para a análise criminológica de algumas das questões de investigação. Podemos considerar que nos ajudou, adicionalmente, a superar as falhas de memória dos nossos entrevistados e a

contextualizar a abordagem das situações designadamente, em concreto, dos linchamentos ocorridos no espaço temporal de 2007 a 2011.

3.4 Tratamento e Análise de Dados

Para o tratamento e análise do material recolhido ao longo do trabalho de campo privilegiamos a análise de conteúdo. Pretendíamos buscar o que cada discurso ou documento exprime em termos concretos, já que Bauer e Gaskell (2000) consideram que a *análise de conteúdo* é uma técnica de proceder à inferência objetiva, a partir de um texto, do seu sentido e contexto social de produção. A sua validade é julgada conforme a congruência com a teoria e os objetivos estabelecidos na pesquisa.

Para a sua concretização, para além dos documentos, procedeu-se à transcrição das gravações das entrevistas realizadas.

Para a operacionalização da análise das entrevistas recorremos a utilização de um programa informático, o Nvivo, que essencialmente permitiu a superação de algumas dificuldades de manuseamento do material produzido pelas entrevistas (Azeen & Salfi, 2012; Flick, 2002). Seguindo as instruções do manual de utilização de Nvivo, após a criação do projeto de análise, procedemos à importação das transcrições de entrevistas por grupos de entrevistados. O processo de codificação das unidades de análise seguiu uma lógica mista, combinando o estabelecimento de categorias previamente definidas, correspondentes às dimensões estruturantes do guião, e o estabelecimento indutivo de novas categorias a partir dos dados recolhidos. O processo de codificação e agrupamento das referências numa estrutura de *nodes* e *sub nodes* facilitou-nos a exploração das tendências, arrumação das informações conforme as categorias de análise, seu estatuto teórico, descoberta de padrões de ideias e construção das sinopses de análise de acordo com os grupos dos entrevistados (polícias, magistrados e autoridades dos bairros).

Após a realização de sinopses relativas aos documentos em análise e após a sua codificação, procedeu-se por fases sucessivas à sua análise, interpretação e integração. Procuramos localizar o verdadeiro sentido das palavras e declarações, já que Coutinho (2011) considera que, um mesmo sentido pode ser expresso em diversas formas de palavras e apresentação textual. Esta atividade permitiu-nos proceder a estruturação das perceções e construção de indicadores de opiniões, dos sentimentos e estereótipos atribuídos ao fenómeno estudado (Bauer & Gaskell, 2000). Através da frequência das palavras e citações procuramos verificar as regularidades, diferenças e complementaridade. Numa primeira fase a análise

procurou interpretar e integrar os documentos relativos a cada um dos métodos utilizados (e.g. entrevistas, grupos focais, documentos da imprensa). Seguindo a experiência de Poupart et al. (2008) o processo de comparação não se restringiu apenas nos sentidos dos discursos contidos nas entrevistas, procuramos também comparar e evidenciar a complementaridade entre as fontes de informação. Procedeu-se para isso à combinação da análise vertical e horizontal dos documentos, numa estratégia que essencialmente obedeceu a um processo de comparação constante (Glasser & Strauss, 1967). Relativamente às entrevistas esta estratégia de análise horizontal estendeu-se ao exercício de comparação entre os diversos grupos de entrevistados, (ver **anexos 4 e 5**).

Em cada uma das fases seguimos uma estratégia inicial essencialmente descritiva e próxima do discurso dos entrevistados, evitando saltos interpretativos não sustentados na evidência empírica, procedendo posteriormente a uma abordagem de carácter mais interpretativo e teórico.

CAPÍTULO 4: RESULTADOS

A exposição dos resultados do estudo procura seguir as dimensões estruturais consideradas no guião de entrevista e que serviram para a definição de categorias básicas de análise e codificação dos materiais provenientes das entrevistas. Apresentaremos, primeiro, a dimensão atinente às perceções sobre condições gerais de segurança, criminalidade e vitimação na cidade de Chimoio. No segundo momento serão interpretações e significados que os nossos sujeitos atribuem ao fenómeno de linchamento. Em todo o processo teremos em conta as continuidades e descontinuidades verificadas entre os grupos considerados (magistrados, oficiais da polícia e autoridades comunitárias), assim como os dados da análise documental e dos grupos focais.

Na construção do texto procuramos mantermo-nos o mais próximos possível aos discursos dos entrevistados, no sentido de melhor captar a sua experiência e os significados que lhe atribuem. Procuramos ainda elucidar tais representações através da transcrição fiel de extratos dos depoimentos apresentados em volta de cada tópico em análise. Isto pressupõe sumariamente que a análise das entrevistas, nossa fonte fundamental de dados, foi um processo contínuo de busca de sentido.

Nesta ordem de ideias, as constatações da pesquisa são estruturalmente apresentadas seguindo uma orientação em que procedeu-se à descrição das perceções com base no grau de evidências e predominância com que certas ideias e pontos de vista, sobre uma questão de entrevista, tópico ou assunto, são percecionados pelos entrevistados. Contudo, procuramos atribuir uma atenção especial a certas ideias discordantes, isoladas ou referenciadas de forma díspar e pouco partilhadas relativamente às perceções da maioria dos entrevistados. Nelas fizemos o aproveitamento das perspetivas profundas e complementares de análise, observando sempre a sua validade aos objetivos da pesquisa e para a compreensão do fenómeno em estudo.

4.1 Segurança, Criminalidade e Vitimação

4.1.1 Principais Problemas

O ponto de partida das nossas entrevistas foi a recolha das perceções sobre os principais problemas que os residentes dos bairros da cidade de Chimoio enfrentam. Respondendo a esta questão geral, os entrevistados foram unânimes em considerar que a “insegurança pelas ações criminosas” constitui o problema fundamental. Detalhando, a

maioria dos entrevistados é concordante na afirmação de que os principais problemas de segurança se prendem especificamente com a ocorrência de crimes, especialmente contra a propriedade, designadamente “arrombamentos, furtos, roubos e assaltos a residências”, cometidos por grupos vulgarmente conhecidos por “nhamacatanas”.

“A situação não está melhor nos bairros suburbanos, temos registado casos de furtos, arrombamentos e roubos em residências” (oficial da polícia).

“Aqui na cidade de Chimoio, o crime manifesta-se em forma oscilatória...tem havido uma onda de crimes e depois recua, mas depois aparece outra,... e assim sucessivamente” (magistrado).

“A questão da criminalidade é a mais inquietadora, ... as pessoas estão sempre com medo de serem atacadas por criminosos. As populações não dormem bem durante a noite, mesmo nas ruas os nossos filhos sofrem saque de carteiras e celulares, ... a questão de ladrões é mesmo alarmante (autoridade comunitária).

Solicitados a esclarecer o significado da palavra “nhamacatanas”, os entrevistados explicam que esta é a designação atribuída a certos grupos de criminosos, em função da sua forma de atuação:

“São indivíduos que andam em grupo de 6, 8 a 10 membros, portando e utilizando catanas, facas e outros instrumentos cortantes para a consumação dos seus atos. Quando chegam, arrombam as portas da residência, introduzem-se no interior, agridem violentamente o dono da casa e apoderam-se dos bens” (oficial da polícia).

Um dia chegaram numa casa vizinha, e quando o dono saiu disseram-lhe, entra se não...! Eles sempre procuram golpear os donos da casa e, nalgumas vezes, violam mulheres na presença dos maridos. Enquanto uns retiram os bens e violam mulheres, outros estão a fazer guarnição” (autoridade comunitária).

Estas narrativas elucidam que o ambiente de insegurança, comumente descrito como de “medo, alarmante e inquietador” nos bairros residenciais, se deve à conjunção de vários elementos: (i) ao tipo de criminalidade registada, que alia a violência aos atos contra a propriedade (“furtos e roubos concorrendo com ofensas corporais e violações de mulheres”); (ii) sua estrutura e forma de manifestação, caracterizada por “ondas de crime” cujo pico caracteriza a percepção do sentimento de insegurança; e (iii) os atos praticados por grupos com o recurso a “instrumentos cortantes” que intimidam e neutralizam qualquer tipo de resistência da vítima.

Conforme a descrição feita por certos entrevistados, em certas zonas específicas, como o bairro 7 de Setembro, o fenómeno criminal que suscita insegurança nas pessoas tem sido

caraterizado, para além das situações anteriormente descritas, pela frequente prática de venda e consumo ilegal de drogas. “O nosso bairro está mais em cima em termos de fornecimentos de drogas”, disse um dos entrevistados. Ainda que, com menor frequência, alguns entrevistados apontam ainda a ausência da presença policial como um aspeto sentido como preocupante pelos residentes da cidade de Chimoio, contribuindo, neste caso, para o sentimento de insegurança. A título elucidativo, um dos entrevistados respondeu da seguinte maneira: “os índices de criminalidade no interior do bairro são maiores, ...sabem que a polícia não vai chegar porque tem deficiência de meios” (autoridade de bairro).

Os locais e espaços de maior ocorrência dos atos criminais são os bairros “periféricos, suburbanos e do interior”. São nomeados a título de exemplo vários dos bairros de Chimoio, designadamente os bairros da Textáfrica, 7 de Abril, 7 de Setembro, 25 de Junho, Nhamaonha, 3 de Fevereiro, bairros 4 e 5, todos da cidade de Chimoio.

Os bairros da zona cimento não sofrem com muita frequência esses casos de roubos. Em algum momento o nosso bairro de 7 de setembro tem tido índices de criminalidade mais elevados do que os outros. Eles atacam e põe-se em fuga” (autoridade do bairro).

“Nos bairros suburbanos,... é lá onde acontece mais crimes porque a nossa ação como agentes de segurança pública não consegue atingir, nesses locais, a circulação noturna é mais arriscada, ... aí é fácil ser agredido” (oficial da polícia).

Embora, de acordo com as perceções dos respondentes, a criminalidade seja um fenómeno suscetível de transmitir-se de bairro para bairro, e oscilar ao longo do tempo, os bairros periféricos são descritos como assumindo índices de criminalidade maiores relativamente aos outros bairros da cidade.

A maioria dos respondentes refere que, dentro destes bairros, há locais considerados mais vulneráveis, designadamente os que se caracterizam pela abundância de espaços como “casas e talhões abandonados, pequenas matas, valas de riachos” e outros locais ermos, descritos como “esconderijos” de malfeitores.

Estes crimes, particularmente os cometidos pelos “nhamacatanas”, tendem a registar-se, no interior das residências, em muitos casos na presença dos proprietários. Ocorrem também frequentemente na via pública, designadamente em locais de maior aglomeração de pessoas e de desenvolvimento de atividade comercial formal e informal.

As perceções sobre os tempos de ocorrência de criminalidade têm sido comuns na maioria dos entrevistados. Estes consideram que a criminalidade em causa acontece

principalmente no período noturno, com a subsequente intensificação da insegurança subjetiva.

“As pessoas temem mais a noite do que o dia, quando anoitece reduzem os seus movimentos, fecham as portas e outros locais de acesso, ...apelamos sempre as pessoas para evitar andar no período da noite. Se for o caso devem andar sempre em grupo e não de forma isolada” (magistrado).

“Na calada da noite há riscos enormes, ... aí exige muito cuidado, é preciso estudar a zona por onde eu quero passar, É preciso verificar se as condições de segurança favorecem ou não, principalmente nas vias públicas com iluminação deficitária. A maior parte de crimes acontece durante a noite, vitimando viajantes, estudantes e aqueles indivíduos que vêm de convívios noturnos” (oficial da polícia).

Sintetizando, podemos dizer que há uma assinalável concordância entre os entrevistados quanto aos principais problemas de segurança. A criminalidade que, segundo os entrevistados, está no centro da preocupação da população de Chimoio, traduz-se em atos contra a propriedade que assumem contornos violentos, que passa pelo porte e uso de armas brancas e por atos de agressão muitas vezes grave. Os autores são descritos como jovens que estão organizados em grupo e que a população designa por “nhamacatanas”. As zonas da cidade mais vulneráveis são os bairros suburbanos, e nestes, os locais mais desprotegidos e que estão menos sujeitos a vigilância pelas autoridades policiais.

4.1.2 Fatores de Insegurança e de Criminalidade

A explicação da concentração geográfica da criminalidade e da insegurança nos bairros periféricos da cidade centra-se nos seguintes fatores: i) a condição estrutural dos bairros; ii) a existência de bens “atrativos” e, iii) a percepção da ausência ou fragilidade do sistema de segurança para obviar a intenção criminosa.

Relativamente ao primeiro, os problemas de criminalidade são compreendidos como estando relacionados com as condições estruturais dos próprios bairros, caracterizadas por “falta de iluminação pública, desordenamento dos espaços e degradação das vias de acesso”.

Tomando como exemplo a questão da “falta de iluminação pública”, constatamos que a mesma é interpretada pelos diversos sujeitos como sendo condição “facilitadora da atividade criminosa”. Apontam que os locais escuros constituem um risco para a circulação das pessoas, e inclusive um obstáculo ao desenvolvimento de atividades policiais de visibilidade e de prevenção criminal. São aproveitados pelos agentes de crime para praticarem assaltos e fuga.

Paralelamente, as condições de “ordenamento territorial e degradação das vias de acesso” são também percebidas como estando a dificultar a execução de atividades policiais, tais como patrulhas e rondas. Um dos respondentes disse “não há acessos, e os [gatunos] passeiam livremente”. Os “becos” que interligam a maior parte das residências são vistos, por diversos entrevistados, especialmente do grupo dos oficiais da polícia, como estando a vulnerabilizar as populações residentes, e em contrapartida, a beneficiar as operações dos criminosos que, com os seus atos, instalam o medo e insegurança. Ou seja, as condições estruturais dos bairros constituem, na percepção dos entrevistados, fatores de risco porquanto, ao mesmo tempo que inibem ou dificultam as operações policiais de prevenção, são oportunidades racionalmente aproveitadas pelos agentes de crime e fatores de sucesso no desenvolvimento das suas atividades criminosas.

Face à relevância atribuída nos discursos às condições físico-situacionais, constata-se uma referência bastante menos frequente às condições sociais. Contudo, algumas opiniões apontam para problemas sociais que também se concentram nestas áreas periféricas e que influenciariam os índices mais elevados de criminalidade e de insegurança, designadamente: os “níveis de desemprego e o consumo excessivo de bebidas alcoólicas”.

O primeiro destes elementos estaria na base de carências económicas, e o segundo explicaria, conforme os entrevistados que o mencionam seria um fator que explicaria não só a passagem ao ato como ainda uma especial vulnerabilidade conducente à maior probabilidade de vitimação. O segundo fator surge quando pedimos aos entrevistados que falassem das condições que se associam especificamente à vitimação criminal, ou seja, quais os alvos que, nestas condições e nestes locais, consideram ser os privilegiados pelos delinquentes. Foi nos grupos de magistrados e autoridades comunitárias que recolhemos respostas mais detalhadas:

“Os crimes estão associados ao consumo excessivo de bebidas alcoólicas de fabrico tradicional, ... então, as pessoas bebem até altas horas da noite e ao voltarem ou são vitimadas ou são eles que atacam as pessoas durante a noite” (oficial da polícia).

“Segundo as experiências de processos-crime que tenho estado a instruir, as pessoas que praticam os crimes, particularmente de roubo e furto, são na sua maioria desempregadas,... as circunstâncias anteriores ao crime sempre tem tido ligação com contextos de consumo excessivos de bebidas alcoólicas.” (magistrado).

Ainda na esteira da distribuição geográfica do crime, estas narrativas evidenciam o facto de a zona periférica do núcleo da cidade de Chimoio ser constituída, não apenas pelos bairros antigos e degradados, mas também pelos novos, os chamados “bairros de expansão”.

Estes bairros, que obedecem a regras convencionais e razoáveis de urbanização, são normalmente habitados por “indivíduos que demonstram posse”, isto é, que possuem um estatuto socioeconómico mais elevado e que, portanto, são possuidores de bens de maior valor. Este fator é percebido como constituindo um “atrativo para a atividade criminosa” nestes bairros residenciais.

“Nalgumas vezes pode ser que sejam bairros habitados por indivíduos que têm um maior poder económico e que, de certa forma, atrai os malfeitores já para adquiri-los por meios ilícitos, ...acho que é demonstrar ser possuidor de certos bens, ou, ... talvez fragilidade em termos de segurança externa, por exemplo falta de gradeamento das casas” (magistrado).

Percebemos ainda que, segundo a percepção dos entrevistados, esta atividade é normalmente antecedida por um trabalho de “pesquisa de oportunidades”, “de estudo da zona” e de “identificação de potenciais vítimas”. Como afirma um deles, “os criminosos procuram algo que os atrai e que os beneficie”.

“Os criminosos estudam a zona,... não atacam pessoas quaisquer, a não ser uma casa de pobres, mas onde existam mulheres para violar sexualmente. Hoje em dia fala-se de sequestros, as vítimas são selecionados de acordo com a possibilidade de pagamento de altos valores de resgate. O criminoso faz uma avaliação, ...comete o crime ciente do que lá vai encontrar, ... e de que a polícia chegará ao local depois do ato” (autoridades do bairro).

Finalmente, o terceiro fator que surge como explicação para a concentração da criminalidade nos bairros prende-se com o controlo social formal, em especial o que é realizado pelas forças policiais, que, segundo os entrevistados, é insuficiente e ineficaz, proporcionando oportunidades que são aproveitadas pelos delinquentes. A percepção da “ausência ou fragilidade do sistema de segurança” tem sido racionalmente aproveitada para a decisão de cometimento de crime por parte dos delinquentes. No sentido de enquadrar e detalhar melhor este aspeto, passamos a apresentar os dados que recolhemos quanto à percepção dos entrevistados sobre a ação policial na prevenção criminal.

4.1. 3 Polícia e Prevenção Criminal

As percepções sobre a prevenção da criminalidade, mediante a intervenção policial, são desenvolvidas em torno da visibilidade e da presença física policial nos bairros. Podem ser agrupadas em atividades de participação direta na prevenção, que se traduzem em “patrulhas

policiais⁸ e estratégias de setorização⁹, e atividades de participação indireta, que se traduzem no apoio e assessoria aos chamados conselhos comunitários de segurança ou a outras formas de controlo comunitário.

“Duma maneira geral, as formas frequentes são o patrulhamento e giros nos bairros suburbanos” (oficial da polícia).

“Tenho visto polícia a fazer patrulha em algumas ruas daqui do bairro, ... tenho visto a partir das 21 horas” (autoridade do bairro).

“A maneira de prevenir e controlar a atividade criminosa nos bairros e vias públicas tem sido o posicionamento dos homens da polícia em patrulha, ... sei que a partir das 20 horas tem havido polícia a controlar o movimento das pessoas” (magistrado).

Se é generalizada a perceção de que a intervenção policial na prevenção criminal é fundamentalmente realizada através dos patrulhamentos, na sua maioria apeados, já a avaliação da sua eficácia preventiva recolhe opiniões diversas e até opostas. Alguns dos nossos entrevistados explicam diretamente que, na cidade de Chimoio, as patrulhas policiais têm sido “pouco notórias” nos bairros residenciais. Nesta esteira de pensamento, os patrulhamentos apeados são interpretados como sendo de “eficácia limitada” para a prevenção efetiva do crime. Embora as opiniões se dividam, alguns respondentes do grupo dos polícias concordam com esta perceção. A razão radica, segundo os entrevistados, por um lado, na “reorientação” ou do deslocamento por parte dos delinquentes das suas atividades em função das rotinas policiais de patrulhamento”.

“As formas frequentes são o patrulhamento e giros nos bairros suburbanos, só que a prática está a ditar que o patrulhamento não é uma via eficiente para a prevenção do crime, ... os polícias fazem patrulha fardados. ... Os [meliantes] são pessoas que conseguem identificar as intervenções da polícia e isso acaba frustrando as nossas ações” (oficial da polícia).

“O criminoso também desenha estratégia, ... eles se distribuem em grupos, uns para controlar os movimentos da polícia e outros para cometer crimes. É normal a polícia estar dum lado a patrulhar,

⁸ De acordo com a descrição constante no trabalho de Bayley (1998), refere-se ao processo pelo qual um grupo de pessoas fardadas e devidamente treinadas se desloca a pé, montados ou qualquer outro meio com a finalidade de providenciar a visibilidade e presença física policial, vigilância e prevenção de todas as situações de crime e desordem públicas.

⁹ Conforme descreve Phibbs (2010), é uma abordagem policial proativa ou filosofia de policiamento territorial e prevenção criminal em que os órgãos policiais procedem a repartição da sua jurisdição em pequenas áreas geográficas que se atribuem a um oficial da polícia (chefe de setor). Este é que assegura a atuação policial de proximidade relativamente a comunidade. O chefe do setor, normalmente, é conhecido pelas estruturas de bairro e outros membros da comunidade e visa a recolha e encaminhamento de informações e questões de relevância policial.

quando doutro lado estão a cometer crime. Com patrulhamento, os ladrões só mudam de zona, não desistem do crime”. (autoridade do comunitária).

No limite, conforme palavras de um dos nossos entrevistados, “ (são) os criminosos a controlar o movimento policial e não estes a controlar o movimento criminal”. Por outro lado, os entrevistados consideram que as patrulhas policiais “limitam-se a prevenir crimes e outros incidentes que ocorrem nas vias públicas e aglomerados populacionais”, tais como praças, mercados e terminais de transporte, deixando as restantes zonas completamente desprotegidas.

Em contraposição à ideia da ineficácia preventiva das patrulhas policiais, outros entrevistados, dos quais magistrados, polícias e autoridades comunitárias, consideram claramente que, a presença física e visibilidade policiais faz com que o criminoso que estiver motivado para cometer o crime naquele lugar e espaço de tempo desista das suas intenções. Esse efeito de dissuasão é interpretado como estando a concorrer para salvar as vítimas que tiverem sido identificadas:

“Se realmente tivéssemos a presença física dos polícias nesses bairros...os autores teriam algum receio de cometer o crime, pelo menos naquele instante. Por mais corajoso e motivado que o agente de crime esteja, a perceção dos riscos de ser apanhado pela polícia, presente no local, influencia para que adie as suas intenções criminosas” (magistrado).

“Quando há polícia, pelo menos as vitimações diminuem de acontecer na rua, os ladrões fogem para outras esquinas” (autoridade do bairro).

Deste debate podemos perceber que, apesar das fragilidades, a presença física e a visibilidade dos agentes policiais nos bairros residenciais é claramente valorizada, na medida em que “transmite aos cidadãos uma perceção de segurança e proteção” e “faz aumentar, no delinquente, a perceção dos riscos de ser detido e responsabilizado”.

Ainda na esteira da intervenção direta da polícia nas estratégias de prevenção criminal, relativamente à setorização policial, a maioria dos entrevistados, particularmente do grupo dos oficiais e das autoridades comunitárias, partilha a opinião de que, para além de “constituir o elo de ligação entre a polícia e comunidade”, o estabelecimento dos chefes de setor ao nível dos bairros tem sido uma estratégia que “facilita a recolha e o fluxo de informações de relevância criminal”, contribuindo a planificação das abordagens policiais de acordo com situações concretas.

Isto significa que o chefe de setor é percecionado como “olho da polícia” na comunidade. É ele que procede à pesquisa sobre as rotinas, hábitos, locais de concentração de

suspeitos e outros elementos necessários ao trabalho policial. É ainda a pessoa de primeiro contacto nos problemas de relevância criminal no bairro.

Como foi referenciado no início desta secção, a intervenção policial na prevenção criminal, já ao nível indireto, manifesta-se pela sua participação na promoção de reuniões de sensibilização e desenvolvimento de iniciativas comunitárias de segurança. Os chamados conselhos comunitários de segurança são interpretados como formas através das quais as comunidades se envolvem e participam na gestão de sua própria segurança, desenvolvendo diversas atividades, designadamente vigilâncias, controlo dos movimentos e de pessoas estranhas, assim como a denúncia de ocorrências criminais nos bairros residenciais.

A descrição que acabamos de fazer das formas fundamentais de intervenção policial evidenciadas nos discursos, na prevenção do crime, sugeriu-nos que procurássemos saber de que modos os nossos entrevistados avaliam o desempenho policial na gestão dos problemas da criminalidade. A maioria respondeu espontaneamente que o trabalho da polícia na prevenção criminal é “positivo”. Esse desempenho é percebido como estando a fortificar as relações de confiança e a incentivar a participação popular na denúncia de atos criminosos, assim como a sua colaboração em outras atividades de segurança comunitária.

“A polícia está a fazer um bonito trabalho, ... consegue neutralizar os malfeitores, ... a população está satisfeita, colabora com a polícia, até pede mais a presença de forças especializadas” (juiz comunitário).

“... Também não podemos deixar de reconhecer que existe um esforço redobrado para garantir a prevenção. Através dos esforços que a polícia desenvolve, grande parte dos casos consumados têm sido esclarecidos, ... a polícia está a trabalhar bem, embora dentro das dificuldades que tem” (magistrado).

Independentemente destas perceções surgem alguns pontos de vista críticos ou divergentes que são desenvolvidos por diversos entrevistados. Apontam, em termos gerais, que “a atividade policial não é satisfatória para as populações”. Quer dizer que, para além das fragilidades descritas na análise sobre a eficácia preventiva através das patrulhas policiais, de que nos dedicamos na secção anterior, alguns entrevistados consideram resumidamente que:

(i) A polícia não consegue responder prontamente às preocupações das populações;

(ii) Em alguns casos, é percebida como estando a proceder a certos atos à margem dos procedimentos legalmente estabelecidos. Tais são os casos, a título de exemplo, de realização de captura de suspeitos sem mandado judicial, tratamentos desumanos e degradantes de suspeitos;

(iii) Certas opiniões apontam adicionalmente que alguns polícias se aproveitam da sua qualidade de agentes de autoridade pública para satisfazerem interesses pessoais. Estas

percepções são partilhadas por diversos entrevistados. Conforme podemos ver nos excertos apresentados, estas percepções são também partilhadas por alguns oficiais. Na percepção dos diversos entrevistados, estes atos tem sido descritos como “atos de corrupção, extorquir as populações e vontade de encobrir os criminosos”.

“É normal alguém ficar detido por causa de um caso sumário que nos termos da lei não dá direito,...as pessoas temem da polícia, ... é normal ver um polícia a colaborar e proteger criminosos porque dele vai ganhar 50 Meticais (1,30 €). A polícia é corrupta...deixa de fazer a patrulha, o controlo e fiscalização, persegue estudantes e pessoas para extorquir,... é por isso que as pessoas a evitam” (magistrado).

“O trabalho da polícia é proteger as comunidades, ...mas a nossa polícia é deficitária, ... até isso nos irrita, eles abandonam os seus giros de patrulha para [extorquir cidadãos] nos aglomerados populacionais, e isso nos fragiliza. A nossa polícia está a se desviar da sua missão, ...é frequente encontrar o polícia desmazelado e isso deixa-nos agastados” (oficial da polícia).

“Costumo ver nos mercados. A maneira como trabalham é mesmo corrupção, podem libertar malfeitores em troca de algum dinheiro” (autoridade comunitária).

As opiniões sobre atitudes e formas de procedimentos descritos nas narrativas que acabamos de apresentar, resumem claramente que o desvio das obrigações profissionais demonstrada por certos agentes policiais, para além de contradizer os termos legais que comandam a sua missão, tem estado a influenciar negativamente a imagem da polícia e são interpretadas como contribuindo para a construção de um ambiente de desconforto por parte das populações.

No concernente à inoperância policial os diversos entrevistados explicam que a polícia trabalha desprovida de meios materiais e humanos suficientes para responder às necessidades dos cidadãos em matéria de segurança. Ainda que referenciado por poucos entrevistados, à medida que conduzíamos as nossas entrevistas, constatamos que as condições de trabalho eram interpretadas como “pouco motivacionais”, comprometendo a dedicação e o compromisso policial na prevenção criminal.

“Quando se liga para a polícia eles dizem [agora não temos efetivos], ...a polícia não tem condições! Em algumas zonas não faz abordagens policiais porque se sente desprotegida. Não tem transporte enfim... a nossa polícia não tem meios, ... sempre aparece depois”. “Nalgumas vezes a vítima é obrigada a abarcar com as despesas de investigação do caso que lhe interessa. Isso significa vitimar a pessoa pela segunda vez” (autoridade do bairro).

“ A polícia não tem condições para penetrar e fazer trabalho nos locais escuros e de difícil acesso, ... muitas vezes os nossos agentes deslocam-se a pé para responder a solicitações, e como consequência sempre chegamos tarde” (oficial da polícia).

Estas narrativas remetem-nos para o facto de o desempenho dos órgãos de prossecução do interesse coletivo, como é o caso da polícia, poder ser influenciado por condições macroestruturais e pela natureza das decisões políticas e do investimento, designadamente ao nível do Estado, na resposta aos problemas de segurança e ordem pública. A questão da falta de meios humanos e materiais, frequentemente referenciada pelos nossos entrevistados como reduzindo a eficiência e eficácia policial, é interpretada como ausência de sensibilidade do próprio poder político. É percebido como estando acima da dimensão funcional da polícia como órgão responsável pela proteção dos cidadãos dos efeitos do crime.

Uma perspectiva diferente mas de certo modo relacionada com esta última sobre o desempenho policial na prevenção criminal foi várias vezes evidenciada pelos entrevistados do grupo dos oficiais da polícia e autoridades comunitárias. Partem da conceção de que o trabalho policial, e a sua avaliação, devem ser visto como parte do todo que constitui o sistema de administração de justiça, designadamente na sua relação com as outras instituições que agem em torno da mesma causa.

“ A população já se apercebeu que a soltura de criminosos que voltam a atormentar os bairros não constitui obra da polícia, ... ela se queixa dos tribunais e do ministério público” (oficial da polícia)

“As populações diziam que a polícia comunica com bandidos, ... mas nós já percebemos que a polícia não é culpada, quem costuma soltar criminosos são os tribunais e procuradorias. Quando um ladrão que é [neutralizado] e conduzido à polícia, dois ou três dias depois volta a criar pânico no bairro, ...provoca cansaço, desmoraliza e tira confiança pela polícia” (líder comunitário).

“ Nos últimos dias, o discurso popular é de que a polícia prende e o tribunal solta” (magistrado).

As narrativas que acabamos de apresentar clarificam-nos sobre como as atitudes e decisões de certas instituições podem influenciar negativamente a imagem de outras. Referindo-se a dados das estatísticas policíacas, um dos nossos respondentes explicou que “cerca de 60% dos registos a ocorrências criminais diária é cometida por reincidentes que várias vezes foram conduzidos a justiça e que, por motivos indistintos, foram reconduzidos à liberdade”. Nesta perspectiva de análise, a construção da opinião sobre a insatisfação pública pelo trabalho policial é influenciada pelos atos, normalmente descritas como “solturas de gatunos”, alegadamente protagonizadas por órgãos diferentes da polícia, designadamente “tribunais e procuradorias”. Os aspetos criticados na atuação destas instâncias repercutem-se negativamente na avaliação do trabalho policial, tanto mais que a polícia constitui a face mais visível e de primeira linha do combate à criminalidade e insegurança.

4.1.4 Outras Formas de Prevenção Criminal

Para além da intervenção policial, foram desenvolvidas nas entrevistas outras formas de prevenção criminal na cidade de Chimoio. Os diversos entrevistados descrevem duas situações distintas. A primeira aponta para a forma de organização e funcionamento da estrutura de controlo social informal nos bairros, ou seja, as autoridades comunitárias¹⁰. A segunda é a que assenta nos comportamentos adotados pelas pessoas para prevenir a vitimação criminal.

Na esteira da organização estrutural dos bairros¹¹ e funcionamento das autoridades comunitárias, são apontadas as estruturas comunitárias ao nível dos conselhos comunitários de segurança, a que fizemos referencia na secção anterior. Para além destes, os nossos entrevistados espontaneamente referem o desenvolvimento de outras iniciativas de prevenção e segurança comunitária. Essas iniciativas, para além da proteção direta do cidadão, auxiliam a polícia na reorientação das suas medidas preventivas conforme as necessidades dos bairros. É recorrente, por exemplo, por parte dos entrevistados que integram o grupo das autoridades comunitárias, a referência de que a própria dinâmica comunicacional, em situações de vitimação criminal nos bairros, é assegurada por meios locais informais. E estas iniciativas são avaliadas como contribuindo não só para a prevenção, mas também para a consolidação de um espírito de grupo, solidariedade e ajuda mútua entre os residentes.

“Nós é que fazemos as denúncias sobre existência de criminosos, os seus hábitos, locais de concentração e muito mais”. “Temos uma nossa estratégia, ... usamos toques de apitos, batimento de um tambor ou mesmo chapas do teto da casa, como forma de comunicar os outros sobre entrada de [bandidos], ... e pedido de socorro, Temos aconselhado as pessoas que, em caso de vitimação por [gatunos] devem proceder assim” (autoridade comunitária).

Quanto às atitudes individuais, os diversos respondentes descrevem na sua maioria que as pessoas cultivam o espírito de “auto proteção e segurança individual”. Como explicam, em algumas residências têm sido estabelecidas guarnições caninas ou mesmo o gradeamento dos

¹⁰ De acordo com o preconizado no Artigo 1, do Diploma Ministerial nº 80/2004 de 14 de Maio, publicado pelo Boletim da República de Moçambique nº 19, I série, designam-se por autoridades comunitárias as pessoas que exercem uma certa forma de autoridade sobre uma determinada comunidade ou grupo social, tais como, líderes comunitários, chefes tradicionais e outros com um poder de influência e mobilização comunitária legitimados pela própria comunidade.

¹¹ Em conformidade com o estabelecido no Artigo 1, conjugado com o Artigo 5 do Regulamento de funcionamento dos bairros municipais da cidade de Chimoio, um bairro é estruturalmente dirigido por um líder comunitário, chefe de quarteirão, e chefes dos grupos de 10 e 5 casas.

locais de acesso tais como portas e janelas. No âmbito da circulação noturna, conforme descrevem, as pessoas procuram adotar medidas de precaução, como o evitamento de locais escuros, o cuidado de circularem em grupo de duas ou mais pessoas, entre outras.

“Temos que gradear as portas, janelas e outros locais de acesso. As pessoas são obrigadas a construir muros altos porque querem dificultar a atividade criminosa. Algumas pessoas eletrificam as casas, andam com [um instrumento] qualquer para fazer face a situações de eventuais agressões, contratam guardas para proteção física pessoal entre outras” (autoridades comunitária).

“Nós aconselhamos as pessoas a evitar a andar de noite,... evitar que as pessoas fiquem sempre a [vadiar] dum lado para o outro, evitar a exposição dos seus bens e obedecer algumas medidas de segurança em casos de circulação noturna” (oficial da polícia).

Estas narrativas levam-nos a perceber que as medidas individuais de prevenção criminal apelam resumidamente a alterações do estilo de vida e de rotina das pessoas, implicando ainda a alteração das condições ambientais que possam ser favoráveis à vitimação criminal.

4.1.5 O Papel dos Modelos Tradicionais na Resolução de Conflitos Criminais

A exposição dos pontos de vistas sobre outras formas de prevenção criminal levou-nos a abordar, especificamente, o modo como os modelos tradicionais intervêm na resolução de problemas criminais ao nível dos bairros da cidade de Chimoio.

O enquadramento destes modelos nos problemas da criminalidade é feito a partir de duas conceções. A primeira é a de que “o próprio sistema de controlo é caracterizado pela coexistência dos poderes formal e informal” que por consequência, implica a existência de várias formas de controlar os desvios nas regras de convivência. O outro, conforme alguns respondentes, assenta na ideia de que, “o criminoso nasce e vive no bairro onde o crime acontece”. Ambas constituem razões que justificam que a prevenção e o tratamento da delinquência comecem ao nível da base e, em termos lógicos, com a participação dos modelos tradicionais de resolução de conflitos.

Nesta linha de pensamento, embora algumas opiniões enfatizem sobretudo o papel dos modelos tradicionais na resolução de conflitos de terra e conjugais, a maioria reconhece a sua participação na gestão de conflitos de natureza criminal. Quanto ao último aspeto, de acordo com os seus pontos de vista, o papel dos modelos tradicionais resume-se a dois aspetos fundamentais: a “seleção e orientação das vítimas de crime ao nível do bairro” e a “resolução

de pequenos conflitos criminais”. O processo de seleção e orientação das vítimas ao nível do bairro é enaltecido pelos seguintes depoimentos.

“... Pode imaginar o que seriam as nossas estatísticas sem participação destes modelos? ... os crimes que chamamos de [casos negros] são na sua maioria resolvidos por estes modelos,... e isso dá-nos a perceção de que conseguem satisfazer as partes” (oficial da polícia).

“Quando há denúncia contra filho do fulano, eu chamo para termos um diálogo e sensibilizar a pessoa, ... há situações que podemos resolver aqui mesmo no bairro, mas as mais relevantes encaminhamos para a polícia” (juiz comunitário).

Estas narrativas traduzem claramente que, ao nível do bairro, as estruturas e autoridades comunitárias procedem a uma seleção dos casos, encaminhando-os às autoridades formais ou procurando resolvê-los localmente. Subentende-se que a intervenção dos modelos tradicionais na resolução de conflitos criminais contribui para o fenómeno da mortalidade de casos, particularmente, que não chegam ao limiar das estatísticas policiais, descritas como “casos negros” ou “cifras negras”. Ainda na mesma perspetiva, é frequente nos nossos entrevistados, a consideração de que estes modelos ajudam na “orientação das vítimas”. Mais ainda, contribuem para a “mobilização das populações, sobre cuidados e medidas básicas de segurança e de controlo da ação dos malfeitores nos bairros”.

O outro elemento que caracteriza o papel dos modelos tradicionais na resolução de conflitos criminais respeita à sua intervenção na resolução de crimes de menor dignidade penal¹², tais como furtos, roubos e ofensas corporais simples” resultantes de relacionamento entre familiares, vizinhos e outras pessoas facilmente identificáveis no bairro. Conforme descrevem, particularmente os sujeitos do grupo das autoridades comunitárias e de bairro, o processo é encabeçado pelos juizes comunitários. Estes, por sua vez, trabalham em colaboração com os líderes comunitários, chefes de zonas, de quarteirões e de grupos de 10 ou 5 casas. Participam também os membros do conselho comunitário de segurança, entre outras figuras influentes no bairro.

“Quando os crimes são cometidos por miúdos da zona, temos sido chamado para resolver o problema, aí chama-se o chefe da zona, de quarteirão até o líder. Aconselhamos a pagar as coisas que desaparecem” (membro do conselho comunitário de segurança).

“A nossa participação resulta da lei 4/92 que institui os tribunais comunitários. Em situações dessas temos obrigado os acusados a compensar as vítimas, através de dinheiro, ou restituição do bem furtado

¹² Seguindo o espírito do estabelecido no Artigo 3 da Lei 4/92 de 6 de Maio, crimes de menor dignidade penal refere-se aos pequenos crimes cuja responsabilização penal não é passível a aplicação de penas de privação de liberdade.

ou roubado. Mas também sensibilizamos, ...noutros casos termina com o pedido de desculpas e... tem sido suficiente para restaurar as relações” (juiz comunitário).

Estes depoimentos deixam-nos perceber que a intervenção direta dos modelos tradicionais na resolução de conflitos criminais, designadamente através de soluções de reparação, não visa apenas pôr fim à contenda, mas também o restabelecimento dos laços e a procura de reintegração do ofensor, designadamente através da “sensibilização” e do aconselhamento.

Um dos aspetos positivos que é mais salientado pelos entrevistados prende-se com o seu carácter permanentemente “disponível e aberto” para atender as preocupações das populações. Esta disponibilidade deve-se ao facto de os respetivos titulares serem indivíduos de “origem, residência e convivência comum com as populações”.

Existe uma perceção da proximidade, celeridade, confiança e abertura das entidades na solução dos problemas. Estes fatores são concretizados através de diversos elementos. Por exemplo, alguns dos nossos entrevistados, com destaque para os magistrados e oficiais da polícia, falam das vantagens destes modelos a partir da conceção de que “a nossa população, na sua maioria é analfabeta, menos percebe e fala a língua oficial (português)”. Usam esta referência para dizer que, além da sua disponibilidade imediata, o uso da língua local na discussão dos casos constitui uma mais-valia para que as partes em conflito “exponham, discutam e participem” livremente na busca de solução do problema, compensando, assim, o distanciamento entre a justiça formal e os cidadãos.

“Na justiça formal, só a presença e as vestes do juiz e procurador são constrangedores, ... o uso da língua portuguesa é uma complicação. Aqui no tribunal falamos uma linguagem técnica que as populações não entendem, o cidadão no tribunal judicial só espera ouvir dizer que fica preso ou não. Estamos a falar de uma população pobre, ...quando sabe que nos tribunais é preciso pagar taxas judiciais, ... tudo torna-se complicado” (magistrado).

“Somos líderes reconhecidos pelas populações. As populações vêm porque nós ouvimos o caso e com base nos usos e costumes, nas tradições da nossa comunidade, procuramos sensibilizar e reconciliar as pessoas” (líder comunitário).

Para além da proximidade relativamente à comunidade, abertura e à facilidade de acesso, a gratuidade de serviços prestados pelos modelos tradicionais constitui vantagem para que, na maioria dos casos, os residentes se dirijam rápido e preferencialmente para estes modelos do que para as autoridades formais.

Numa outra perspetiva, o lado positivo destes modelos é descrito por muitos

entrevistados como estando na base dos princípios que orientam o processo de tomada de decisão num conflito. Em princípio baseiam-se na “busca do equilíbrio” entre as partes. Considera-se adicionalmente que “reparação, compensação, restituição, pedido de perdão e prestação de atividades a favor da comunidade” são formas de responsabilização que ajudam na manutenção de um bom ambiente de relações entre os envolvidos, assim como na reabilitação do comportamento criminoso.

“O bem destes modelos resulta da sua vontade pela restauração da paz social e um bom ambiente de relacionamento entre as pessoas em conflito. Tomam decisões que constituam uma solução rápida do problema, ... em casos de dano procuram encontrar formas de ressarcimento da vítima através da reposição do bem e pedido de perdão entre as partes” (magistrado).

“Não nos limitamos apenas nas compensações e reposição do bem, ...fazemos um trabalho de sensibilização para encontrar a reconciliação entre as pessoas em conflito, ... temos poder de educar as pessoas da comunidade, ... se o criminoso não for um cadastrado, depois das sanções aplicadas arrepende-se” (autoridade comunitária).

Estas narrativas sugerem-nos, de forma clara, a maior dimensão dissuasora que as medidas sancionatórias aplicadas produzem para as futuras violações, principalmente, conforme as percepções dos respondentes, para os delinquentes primários. Para além de resolver um conflito concreto, a sua intervenção é interpretada como uma ocasião em que se procede à revitalização das regras e das formas de relacionamento entre as pessoas e ao restabelecimento dos laços sociais.

Apesar desta avaliação positiva, designadamente, a resolução rápida dos problemas e a reconstituição das relações sociais entre as partes em conflito, grandemente partilhada por diversos entrevistados, alguns entrevistados do grupo de instâncias formais, apontam certas fragilidades. Explicam, por exemplo, que os modelos tradicionais estão a perder o seu poder de influência. As constantes transformações na organização, estruturação e funcionamento da sociedade têm estado a concorrer para o desmoronamento dos princípios e valores tradicionais que orientam a atuação destes modelos. Um dos nossos entrevistados explica, por exemplo, que a “convergência de pessoas com hábitos e culturas diferentes que atualmente se assiste nos centros urbanos”, tem estado a contribuir para a perda de legitimidade das autoridades comunitárias.

“Hoje em dia desrespeitamos, não atribuímos o devido respeito às nossas autoridades locais, já não estamos a seguir os valores conforme nos tempos dos nossos pais, ... as pessoas já não respeitam as

regras nem sanções tradicionais, ... sabem por exemplo que algumas delas entram em choque com as leis do estado” (Oficial da polícia).

“Quando o criminoso for perigoso, ... não vale a pena, não vê aquilo como nada [medidas tradicionais]. Até começa a desprezar! E são esses que depois são linchados. Aconteceu aqui mesmo, alguém que sempre cometia os mesmos atos criminais,... a população linchou” (líder comunitário).

Depreende-se que, em grande medida, a eficácia destas intervenções assenta no “respeito” e no reconhecimento da autoridade de que tradicionalmente são investidos pelas comunidades. Este fator, numa sociedade em mutação cultural, em que a diversidade dos valores e das normas, por vezes conflituantes entre si, perde o seu poder de eficácia, sobretudo na ausência de um poder coercivo capaz de impor as suas decisões. Esta fragilidade é apontada como muito relevante na eficácia da execução das medidas. São sumariamente descritas como “não tendo um poder coercivo” capaz de fazer cumprir as suas decisões no âmbito de resolução de conflitos criminais. É partilhado por muitos entrevistados, a perceção de que, estas “só têm eficácia nos criminosos iniciais e não reincidentes”.

Para além disso, alguns pontos de vista consideram que atualmente, estas entidades têm sido dominadas pelo fenómeno de corrupção. Em certas circunstâncias, as suas decisões têm sido atentatórias aos valores inerentes à dignidade da pessoa humana, como por exemplo nas situações em que se determina a “expulsão do criminoso da sua zona de residência”.

Todos estes fatores contribuem para a perceção geral de que a eficácia da atuação das autoridades comunitárias é, atualmente, bastante limitada, apesar de persistir a opinião geral de que, os modelos tradicionais exercem um papel fundamental na gestão dos problemas de criminalidade nos bairros da cidade de Chimoio, sendo destacada que a maior potencialidade reside no seu caráter “aberto, uso de linguagem local, busca de paz e harmonia entre as partes”.

Verificamos relativamente a esta dimensão um consenso entre as perceções saídas das entrevistas e as dos debates em grupos focais. No entanto, o debate de grupo focal que desenvolvemos com estudantes de uma das instituições de ensino superior na cidade de Chimoio trouxe-nos pontos de vistas e opiniões mais alargadas sobre este ponto. Solicitados a discutir sobre a intervenção dos modelos tradicionais na resolução de conflitos criminais, alguns participantes colocaram seus pontos de vistas nos seguintes termos.

“Eu penso que evoluímos muito, perdemos confiança com as nossas estruturas, não sei porquê! Antigamente o trabalho do líder era mesmo atender as preocupações das populações, procurava se informar do que acontece no bairro. Mas hoje em dia o que está a acontecer não é nada disso, o líder que

temos exige sempre dinheiro, ... as pessoas que lincham, estão cansadas de reportar certos casos nos líderes. Devemos reestruturar estes modelos para contexto do nível de vida atual” (R. 1).

“Na vertente tradicional, são pessoas cuja palavra acatamos, respeitamos e cumprimos. ..., aí sim servem porque têm legitimidade e idoneidade reconhecida na comunidade. Atualmente as coisas não estão assim, ... existe uma outra dinâmica, o filho deste bairro rouba noutro, onde o poder do primeiro não funciona, ... hoje em dia não são realmente nossos filhos que roubam no nosso bairro. Vezes têm sido causadores de certos problemas e até instigadores de atitudes negativas às populações, ... e aí precisamos de reformar os nossos líderes” (R. 2).

Uma breve análise e interpretação das intervenções do debate deixa-nos perceber que, acima das constatações obtidas nas entrevistas, as condições sociais de vida, descritas como de “luta pela sobrevivência e auto sustento” em que as estruturas tradicionais funcionam, em certos casos, tem feito com que os respetivos titulares protagonizem atos de cobranças ilícitas. Estas atitudes têm sido interpretadas, como espécie de desvio ao sentido tradicionalmente original que subjaz a estes modelos e, conseqüentemente, retiram a confiança e o sentido de gratuidade dos serviços prestados a favor da comunidade.

Alguns participantes consideram que, pelo menos em parte, estes problemas poderiam ser ultrapassados ou pelo menos reduzidos se existissem instrumentos legais clarificadores e orientadores da atuação destes modelos na resolução, particularmente, de conflitos criminais.

“Hoje em dia, os líderes priorizam atividades de rendimento para o seu auto sustento do que ao serviço da comunidade. Acho que o governo devia introduzir alguns incentivos para evitar que sejam cobradores de valores no processo de resolução de conflitos” (R. 3).

“O que deve existir é uma clarificação séria sobre que tipo de problemas deve merecer intervenção dos modelos tradicionais e que medidas sancionatórias podem aplicar. Portanto, deve haver uma seleção sobre que tipo de situações deve merecer intervenção dos modelos tradicionais” (R. 4).

Para além destes aspetos, à medida que íamos desenvolvendo o nosso debate foi recorrente a referência de que a fragilidade destes modelos resulta da atual dinâmica e mobilidade do fenómeno criminal. Partindo da concessão de que “o poder e legitimidade das estruturas tradicionais é notório na sua zona de influência”, consideram que estes modelos não conseguem controlar os efeitos da mobilidade dos delinquentes, já que, “a criminalidade não é apenas cometida por delinquentes locais, mas sim provenientes de outras zonas”. Esta perceção remete-nos novamente à noção de uma eficácia limitada à criminalidade primária e local da zona de influência dos modelos tradicionais.

4.1.6 Modos de Reação ao Crime Consumado

Questionados sobre como os residentes da cidade de Chimoio costumam reagir a casos de vitimação criminal, os entrevistados consideram numa maneira geral que as populações denunciam ou apresentam queixas à polícia, à procuradoria ou às autoridades comunitárias. Explicam, por exemplo, que as pessoas agem espontaneamente de acordo com o tipo e gravidade da ofensa criminal. Dirigem-se às diversas entidades, tendo em conta as expectativas que têm de encontrar uma solução do problema, em princípio descritas como “recuperação dos bens” em caso de furto ou roubo.

Para testemunhar as percepções anteriores, um dos respondentes que narrava uma experiência pessoal de vitimação disse-nos: “...porque o suspeito restituiu-me os bens, acabei desistindo da queixa”. Esta declaração constitui evidência de que um dos fundamentos da reação ao crime por parte das populações é a obtenção de reparação do bem posto em causa.

A par desta posição, é perceptível nas entrevistas uma reação que é descrita como de “fúria” pelo prejuízo do crime, associada à “falta de satisfação” em experiências anteriores de vitimação. Nesses casos, as vítimas preferem por vezes realizar a justiça por si e fora do domínio das instituições competentes.

“O criminoso deve ser encaminhado às autoridades para devidos procedimentos legais, ... Quando for encontrado tem que ser encaminhado à polícia. Eu como estrutura do bairro sei que devo encaminhar à polícia ...mas as populações trabalham com ele [torturar] e depois levam-no para a polícia ou autoridades do bairro, ... mas o problema é que, quando o ladrão vai a justiça, a população fica surpresa por o ver novamente a circular no bairro! Se a esquadra não toma as medidas drásticas, temos recorrido a uma outra maneira...” (autoridade comunitária).

Estas narrativas esclarecem-nos que, embora haja uma percepção de que, em geral, os populares se queixam às instâncias estatais ou às autoridades do bairro, onde inclusivamente conduzem, há sempre situações em que acontece o recurso a “justiça privada”. Os entrevistados consideram que isso se deve à “percepção de que a justiça formal não funciona” ou não trata os criminosos como “devia ser”, e de que “mesmo queixando-se, a solução do problema não vem”.

Alguns entrevistados referem ainda certas situações em que as vítimas optam pelo silêncio. São referidos particularmente os casos em que os crimes são cometidos por desconhecidos. Um dos entrevistados explicou da seguinte maneira “Eu já sofri roubo de um televisor... mas não meti queixa porque achei que seria uma perda de tempo, já que a polícia

não consegue esclarecer os casos”.

4.1.7 Percepções sobre as Sanções Criminais Formais

Solicitados a apresentar os seus pontos de vistas sobre as sanções penais, a maior parte dos respondentes do grupo dos magistrados desenvolveu suas opiniões salientando que “a responsabilização pela prática de crime começa com a verificação suficiente de elementos incriminatórios ao suspeito”. Complementando esta percepção, os diversos entrevistados foram consensuais em que a responsabilização formal pelo ato criminoso se tem traduzido, geralmente, na “aplicação da pena de prisão em cadeia ou na sua conversão em multa”.

No desenvolvimento das nossas entrevistas foi recorrente por parte de alguns entrevistados, a referência à figura de “caução¹³”. Referem que tem sido uma das medidas de garantia de realização da justiça adotada durante a investigação, aplicada em muitos casos, por exemplo, nos crimes contra a propriedade. Conforme explicações de alguns magistrados, estas medidas são, normalmente, determinadas de acordo com o tipo de crime cometido e tendo em conta as situações atenuantes ou agravantes que estiverem ligadas à personalidade do arguido.

Ao longo das entrevistas foi possível encontrar percepções significativamente críticas e contraditórias, mais particularmente contra a conversão da pena de prisão em multa e, nalgumas vezes a aplicação da caução para a substituição da prisão preventiva. Um dos nossos entrevistados explicou-nos que “a questão da conversão de penas em multas, resulta da própria lei que estabelece que [as penas de prisão não superiores a 6 meses poderão ser convertidas em multas]”. Estes procedimentos têm sido interpretados como sendo imperativo da própria política criminal, que tem como uma das suas finalidades “dar vazão a superlotação das cadeias”.

As medidas que acabamos de apresentar são interpretadas, particularmente pelos magistrados, como sendo necessárias e suficientes para fazer face ao fenómeno criminal. Para enaltecer esta percepção, um dos nossos entrevistados explicou: “temos que acreditar que o legislador fez as leis, e as fez muito bem”.

Em forma de crítica e contraposição a estas percepções e interpretações, mais particularmente nos sujeitos do grupo das autoridades comunitárias, esta forma de

¹³ Na explicação dada por Sousa (1985), podemos tirar o entendimento de que a caução é uma das medidas de liberdade provisória ou substitutiva de prisão preventiva aplicáveis, para determinados crimes e personalidade do arguido, no âmbito do controlo judiciário, cuja prestação constitui uma garantia pecuniária de comparência do arguido nos atos processuais em que seja necessário ou de pagamento de multas, impostos judiciais e indemnizações em que possa vir a ser condenado.

procedimento (a admissibilidade de caução e a conversão da pena de prisão em multa) para a recondução dos arguidos à liberdade “provoca choques e insatisfação dos cidadãos” relativamente ao sistema de justiça criminal formal.

“É doloroso, depois de alguém confessar que cometeu este e aquele crime contra a vítima, ... ser visto a circular fora porque pagou caução? É insuportável” isso é que provoca [fúria], ... o indivíduo volta a roubar de novo! É por isso que as populações lincham. As pessoas que arrombam as portas e agridem pessoas com catanas, não merecem caução nem pena de multa, deviam ter outro tipo de tratamento. Essa via para mim não ajuda em nada (líder comunitário).

A conversão de penas de prisão em multa é interpretada como beneficiando o arguido que readquire a sua liberdade, em detrimento da proteção devida à vítima. Alguns entrevistados procuram enaltecer as suas representações explicando que a recondução de um arguido à liberdade não protege o cidadão do risco de vitimação nem repara o prejuízo que o crime causa à vítima. Antes pelo contrário, é interpretado como oportunidade para o criminoso voltar a cometer crimes de forma violenta e semear sentimento de medo e insegurança nos bairros.

Por seu lado, o grupo dos magistrados interpreta as expectativas que estão na base da insatisfação popular relativamente às decisões judiciais como consequência da “falta da cultura jurídica” no seio das populações.

“Somos mais pelo direito costumeiro, ...nossa população é menos escolarizada, e para fazer compreender que no estado de direito, a regra é a liberdade, e a prisão é exceção, é muito difícil, ... é mais difícil ainda fazer compreender que alguém que rouba milho no valor de 200 Meticais (correspondente a 5 €) não pode ficar preso, é um grande desafio” (magistrado).

“Uma pessoa que vive no bairro ou na aldeia atribui a uma [galinha] ou qualquer outro bem, um valor significativo maior ao que a lei penal confere. E o seu desaparecimento é sempre encarado com muita dor” (oficial da polícia).

Aprofundando a análise, constatamos que um dos fatores que estará na base desta insatisfação e, ao mesmo tempo, da discrepância entre os juízos emitidos pelos representantes da justiça formal e os dos restantes entrevistados, é uma espécie de conflito de valoração de bens juridicamente tutelados, designadamente nas situações de “roubos concorrendo com agressões, lesões corporais e violações de mulheres”. Por outras palavras, assiste-se a um desajustamento dos objetivos e condições de valoração jurídica de certos bens, relativamente ao contexto social, económico e cultural atualmente vivido pelas comunidades. Esta crise, por sua vez, apela para a redefinição de determinados valores e certos bens jurídicos, ou mesmo

para uma reforma da legislação penal.

As interpretações divergentes e particularmente as que olham para as políticas e estratégias de execução de penas de modo crítico sugeriram-nos que procurássemos junto dos nossos entrevistados os seus pontos de vista sobre quais as medidas que seriam alternativamente necessárias para complementar as políticas atuais. As opiniões sobre esta questão desenvolveram-se de acordo com dois pressupostos. O primeiro pressuposto já foi referido atrás e decorre do que é visto como necessidade de reparação à vítima do prejuízo causado pelo crime.

“Muitas vezes, quando as pessoas se queixam contra um criminoso, não estão a pedir a pena de prisão mas sim o ressarcimento do prejuízo. Mas parece-me que o nosso sistema judicial está a esquecer o interesse da vítima no processo, ...apenas dialoga com o acusado, e a vítima fica sem maior expressão. O valor da vítima no processo é pouco notório” (magistrado).

“Para além de cumprir pena de prisão, o arguido deve ser obrigado a pagar os danos causados pela sua conduta criminal a favor da vítima, ... o que infelizmente não acontece! O que chateia as nossas populações é estarem a perder os seus bens e os ladrões não são obrigados a pagar. A preocupação do cidadão é encontrar o seu bem, mas no tribunal não há essa possibilidade. Aquelas medidas [prisão ou multa] nunca conseguem reparar o prejuízo que o crime provoca na vítima, ... os populares querem mais a recuperação das coisas ou bens roubados” (autoridade comunitária).

“As nossas leis protegem o arguido dos excessos, mas as vítimas, em termos de reparação do prejuízo do crime, estão completamente esquecidas” (oficial da polícia).

Do ponto de vista dos cidadãos, requer-se uma mudança de tratamento. Para além de “desenvolvimento de atividades produtivas”, o mecanismo da realização da justiça penal, particularmente para os crimes que atentam contra a propriedade do particular, deve ser complementado pela “reposição a favor da vítima”. Significa nesta ordem de ideias que o processo de realização de justiça criminal em Moçambique pouco valoriza a pessoa da vítima e muito menos o ressarcimento do prejuízo causado pelo crime.

O segundo é o de que “o encarceramento de criminosos acarreta custos e dispêndio de recursos que seriam aplicados noutras áreas de interesse público”. Nesta esteira de interpretação, o entendimento tem sido comum aos diversos entrevistados. Consideram por exemplo que, respeitando a natureza do delinquente e o tipo de infração cometida, para além do encarceramento em cadeias, os arguidos devem prestar serviços úteis à comunidade, designadamente a “abertura de ruas, realização de limpezas nos locais públicos da comunidade ou mesmo atividades produtivas”.

“Quando os criminosos estão nas celas é um momento de férias para eles, ... comem bem à custa dos nossos impostos. Eles devem produzir para si, e até para melhorar a receita pública” (oficial da polícia). “Porque não inverter as penas em atividades de produção? Eu penso até que dessas atividades conseguiriam pagar a pessoa lesada pelo crime. Devem produzir comida, do que ficar só sentados, ...há ladrões que dizem... na cadeia sinto-me mais à vontade do que fora. No tempo colonial, por exemplo, quando alguém cometesse crimes graves era levado para São Tomé e Príncipe, e as pessoas já tinham medo de cometer mais” (autoridade comunitária).

Alguns dos sujeitos que responderam a esta questão procuram fundamentar suas percepções, invocando o que, nos tempos de Samora, primeiro presidente de Moçambique independente, se chamou por “operação produção”¹⁴. No âmbito desta estratégia, muitas pessoas de condutas duvidosas eram transferidas para os campos de produção das províncias da região norte de Moçambique, designadamente, Niassa e Cabo Delgado, com o fim de desenvolverem atividades de produção.

Depois desta síntese dos dados recolhidos sobre as questões relativas à criminalidade e segurança assim como sobre a prevenção e realização de justiça criminal, passamos a abordar o núcleo do nosso objeto de pesquisa (os linchamentos). À medida que formos apresentando as percepções, interpretações e explicações dos nossos entrevistados sobre este fenómeno, procuraremos destacar os pontos de conexão entre a prática de linchamentos e as constatações sobre as dimensões que acabamos de abordar.

4.2. Os Linchamentos

4.2.1 Elementos de Definição e Contextos Espaço-temporais

Os elementos centrais das descrições dos linchamentos recolhidas são consensuais e referem-se aos autores, ao tipo de atos, aos contextos em que ocorrem e aos acontecimentos que os motivam. Sintetizando esses elementos, podemos dizer que invariavelmente o linchamento é definido como uma sequência de atos praticados por uma “multidão de populares residentes numa determinada zona ou bairro”, contra um ou mais suspeitos de prática de crime e que resultam na sua morte. Os atos são descritos como de “tortura”, de “brutalidade” e de “violência popular” contra criminosos, que se concretizam através das

¹⁴ “Operação produção” foi um programa introduzido nos meados de 1983, como estratégia de reabilitação e reintegração de “improdutivos e delinquentes” que se encontravam nas cidades, a garantir o seu autossustento por vias de atividades ilícitas (http://www.mozambiquehistory.net/op_producao.html acedido no dia 03 de fevereiro de 2013).

ações de “espancar” e de “queimar”. Estes atos são realizados com recurso a “instrumentos contundentes” para bater e ferir, assim como “fogo” para queimar até à morte.

O ato de linchamento é descrito como um ato coletivo, perpetrado por “uma multidão de populares” e tem como contexto privilegiado a “rua” ou “vias públicas”. Esta realização pública permite-nos perceber que, para além dos executores, o ato de linchamento pode ter uma assistência pública, que excede e eventualmente se confunde com os executores.

Através da análise documental da imprensa tinha já sido evidente a associação entre estes eventos e certos bairros residenciais de Chimoio. Aliás, nas notícias de jornais analisadas, o Bairro 25 de Junho, onde realizamos algumas das entrevistas, chegou a ser designado como sendo o “covil dos malfeitores”. Contudo, para além deste, é recorrente a indicação dos bairros 7 de Setembro, 7 de Abril, 3 de Fevereiro, Nhamaonha como bairros periféricos de maior ocorrência dos linchamentos.

Embora no decurso das entrevistas tenha sido referenciado que, em termos de espaços, o linchamento pode acontecer em “qualquer lugar”, podendo até ser na “casa da vítima”, a maioria dos nossos entrevistados, como atrás referimos, descreve que os linchamentos ocorrem com maior frequência nas “vias públicas, praças, campos de futebol e outros locais abertos:

“Temos história da chamada Maria Sete. Acusada de proteger criminosos, os populares lincharam em pleno dia, na sua própria casa, ... nessa mesma data foram incendiadas 7 casas de pessoas consideradas criminosas nos bairros. Estes [gatunos] eram protegidos por essa senhora” (autoridade comunitária).

“Não tenho nenhuma experiência de que o linchamento aconteceu numa residência,...eles afastam-se para que ao queimar, as chamas não possam prejudicar as casas e outros patrimónios próprios”. (Magistrado). “Neutralizam a pessoa, puxam e deixam na estrada ou uma praça qualquer, ... em princípio sabem que é crime, e na casa de alguém podem deixar vestígios e pistas para a investigação criminal”. (Oficial da polícia).

Os estratos de discursos que acabamos de apresentar sugerem-nos de forma clara que, para além de obviar prejuízos indesejáveis, a escolha de espaços abertos é significativamente usada como uma estratégia para garantir o “despiste” das investigações e assegurar a “impunidade” dos linchadores.

Ainda na esteira dos locais de ocorrência de linchamentos, da análise documental constatamos que, em casos extremos, os linchamentos podem ser praticados em espaços de “maior aglomeração populacional”. Um acontecimento ilustrativo foi reportado pelo jornal Notícias, edição de 07 de março de 2008, em que, num mercado informal, acusado de estar a

roubar produtos dos vendedores e revendê-los a preços relativamente baixos, um jovem teria escapado de ser linchado graças à pronta intervenção da polícia.

No que respeita à reconstituição dos linchamentos em termos de tempo, embora certas informações apontem a existência de casos ocorridos no “período diurno”, a maioria dos casos registados aconteceu no “período da noite”, mais especificamente “durante a madrugada”.

4.2.2 Atos, Processos e Atores de Linchamentos

Uma das questões da investigação incide sobre o processo de linchamento. Nesse sentido, quando solicitámos no decurso da entrevista que nos relatassem um episódio de linchamento, a maioria dos respondentes refere nunca ter presenciado de forma integral um linchamento. No entanto, são concordantes na consideração de que o processo de linchar é precedido por um “grito” que pode ser proferido pela vítima, como, por exemplo, “ladrão!”.

Esse grito ou qualquer outro sinal é interpretado como “forma de pedido de socorro”. Em resposta a esse pedido de socorro, munidos de instrumentos diversos, os vizinhos acorrem ao local para socorrer a vítima do crime e “neutralizar” o suspeito. Dois membros das autoridades do bairro descrevem:

Estamos organizados, compramos apitos e distribuímos por todas as casas, quando alguém é invadido ou atacado por criminosos, toca o apito, bate as chapas do teto da casa ou mesmo um tambor, e aí toda a gente sai para ajudar”. (chefe do quarteirão). “Se o criminoso for [neutralizado] ..., e se for um daqueles que já esteve detido por 4 a 5 vezes, basta que alguém diga [vamos linchar] prontos aí vai assumir...” (membro do conselho comunitário de segurança).

“Quando se trata de reação a um mal como o crime, as populações são [coesas e unidas], [preparam-se], [comunicam-se] com antecedência para em pouco tempo intervir em caso de grito de pedido de socorro ou qualquer outro sinal ” (magistrado).

Estas narrativas sugerem-nos que o linchamento é precedido e motivado por uma tentativa ou consumação de crime, que faz com que a vítima solicite a presença popular no local. A este apelo, que pode assumir várias formas (grito, apito, toque de tambor ou do teto da casa) não se segue, ao contrário do que algumas descrições fazem crer, necessariamente uma mobilização absolutamente espontânea. Na verdade, como resulta de alguns relatos, a resposta ao sinal desencadeador resulta de uma “organização” prévia. “... a cena começa quando o suspeito é surpreendido a arrombar uma residência, ou mesmo a praticar os crimes

de furto ou roubo...em muitos casos ocorreu desta maneira, principalmente no Bairro 7 de Setembro” (oficial da polícia).

As condições precipitadoras do ato de linchar são bem elucidadas pelas informações constantes em alguns dos documentos que analisámos. Excetuando casos de linchamentos de “inocentes”, isto é, de pessoas que foram linchadas por “serem confundidas com ladrões”, a maioria dos linchamentos registados na cidade de Chimoio, no período de 2007 a 2011, aponta que o elemento que precipita o linchamento tem sido “flagrar o ladrão a roubar ou mesmo na posse de bens provenientes do roubo”.

A análise das entrevistas e dos documentos da imprensa que reportam situações e acontecimentos de linchamentos não nos revela, a existência de grupos específicos e exclusivamente dedicados aos linchamentos, pressupondo que os supostos criminosos são normalmente linchados pelos residentes da zona onde se supõe terem sido flagrados a cometer o crime. Contudo, encontramos acontecimentos em que o nível de organização é mais visível.

Uma dessas situações, ocorrida em 2008, é reportada por algumas edições de jornais. Estas apontam que, devido ao “cansaço” por ondas de criminalidade na cidade de Chimoio, populares de bairros vizinhos tomaram medidas proativas. Organizaram-se e fizeram uma “mega operação” para capturar criminosos. Nesta operação foram “neutralizados e linchados” cerca de seis supostos criminosos que se encontravam a cometer crimes naqueles bairros. Outros doze escaparam por terem sido encarcerados pela polícia.

Em textos de opinião pública, alguns pontos de vistas, como o de Victor Machirica no Jornal Notícias, edição de 13 de março de 2008, apontam que, em certas circunstâncias, os linchamentos podem ser protagonizados pelos próprios criminosos. “Fazem-se passar por populares, aproveitam-se da situação criminal para linchar inocentes como forma de ajuste de contas e retaliação de denúncias e queixas que os populares fazem contra eles”. São algumas destas situações em que pode ocorrer o linchamento de inocentes.

Depois de o suspeito estar em poder dos populares, constrói-se muito rapidamente um estereótipo de “reincidência criminal”. Este é frequentemente descrito como pressuposto básico para que “um indivíduo qualquer” possa pronunciar palavras de tipo “estamos cansados com estes” ou “este merece ser linchado”. Estas são, entre outras, expressões descritas como sendo “palavras de ordem” para o ato de linchar começar.

Em conformidade com a descrição feita pelos respondentes, a consumação do ato de linchamento obedece a dois momentos distintos. Numa primeira fase, depois de “neutralizado”, o suspeito é “violentamente agredido e batido”. Quase todos os nossos

entrevistados explicaram espontaneamente que os populares se socorrem de “instrumentos contundentes” como “paus, ferros, pedras e outros” para “agredir e espancar” o suspeito até este perder as forças.

Na segunda fase, os linchadores “amarram pneu no pescoço ou por cima do corpo” do suspeito já debilitado, despeja-se sobre ele uma quantidade de combustíveis (“petróleo de iluminação, gasóleo, gasolina ou mesmo palhas e capim seco”) e depois, com recurso a “fósforo, alguém acende para o suspeito queimar até morrer”.

Contando algumas experiências de linchamentos ocorridos no Bairro 7 de Setembro, um dos que acolheu o nosso trabalho de campo narrou: “Eu assisti a isso, é difícil reparar. Pegam no suspeito, amarram, batem e levam pneus ou botijas plásticas e amarram na pessoa e depois põem combustível e acendem, a pessoa queima e grita até perder a vida” (chefe da zona do Bairro 7 de Setembro). Dando mais detalhes sobre episódios de linchamento, alguns entrevistados do grupo das autoridades comunitárias apontam que quando se “ateia o fogo” para queimar o suspeito, todos os “protagonistas desaparecem e ficam apenas os assistentes”.

Quem são os intervenientes? No que concerne aos praticantes de linchamentos, tem sido concordante, nos demais entrevistados e documentos analisados, a designação de que os linchamentos são geralmente praticados pelos “populares residentes dos bairros”.

Os linchadores são caracterizados com base em dois elementos fundamentais, designadamente, o papel que desempenham no processo de linchar, e sob ponto de vista do seu estado psicológico emocional.

Na esteira do primeiro elemento caracterizador, alguns dos respondentes indicam que os que têm protagonizado e participado ativamente no ato de linchar são “jovens” sem distinção de género ou de qualquer outro elemento distintivo, sob a assistência de “crianças”. No decurso das nossas entrevistas, foi possível colher informações de que há sempre “instigação” ou mesmo a intervenção dos adultos para se dar início aos atos de linchamento. Descrevendo uma experiência própria de intervenção em linchamentos, um dos oficiais da polícia disse: “Há sempre adultos que iniciam e depois desaparecem, “... das vezes que fomos aos locais só encontramos crianças de 8, 10 a 12 anos de idade a assistir às chamas de linchamento.

Esta descrição sugere-nos que nos praticantes de linchamentos é notória a presença de três grupos sociais: i) adultos que servem de instigadores; ii) jovens que executam os atos e iii) e crianças que assistem e animam a cena com gritos. Como foi objeto de referência na secção anterior, “após a consumação do ato de linchar, os instigadores e executantes

desaparecem do local”. E esta é uma das atitudes específicas que caracterizam os linchadores e que os distinguem de meros assistentes.

No que concerne ao estado psicológico e emocional que conduz o comportamento das pessoas, a maioria dos nossos entrevistados descreve que os indivíduos que lincham atuam de forma “espontânea” e sob forma de “imitação e influência mútua”. Agem sob um estado emocional de “fúria”. Conforme a percepção de um dos respondentes, esse estado de fúria é consequência do “cansaço” provocado por uma onda de crimes que acontece num dado período de tempo. A “fúria” constitui uma condição que prepararia psicologicamente os indivíduos para o ato, de tal modo que, quando o suspeito aparece naquela zona, possa ser linchado. Para além da fúria provocada pelo crime, os linchadores atuam imbuídos de um espírito de grupo que orienta os seus atos em torno de um determinado resultado (a morte do suspeito). Em suma, consta-nos que a verificação sucessiva da criminalidade provoca fúria e zanga nas pessoas. Estes elementos, por sua vez, que consolidam a coesão e espírito de grupo constituem componentes emocionais que ligam as atitudes individuais às da multidão. Em algumas circunstâncias, os gritos de tipo “bate, pisa, queima” que se fazem ouvir durante o processo provocam de certa maneira uma certa orientação comportamental dos linchadores.

Este trajeto descritivo entrelaça-se com percepções de alguns dos nossos entrevistados, segundo os quais, o grau de “agitação” e “afluência” de pessoas no desenrolar do processo dificulta a identificação dos “cabecilhas”, ou dos orientadores dos atos e atitudes das pessoas.

No entanto, e apesar da “multidão” aparecer claramente como a protagonista destes acontecimentos, encontramos ao mesmo tempo referências ao papel individual nos atos:

“Não existe uma orientação concreta de alguém, quando o linchamento começa, cada participante é líder de si mesmo, pratica atos que achar necessários e suficientes para atingir um resultado” (oficial da polícia).

“Quando se trata de reação a um mal como o crime, as populações são [coesas e unidas], [preparam-se], [comunicam-se] com antecedência para em pouco tempo intervir em caso de grito de pedido de socorro ou qualquer outro sinal ” (magistrado).

É como se a multidão “coesa e unida” fosse um só executante e, ao mesmo tempo, como se cada um dos indivíduos que a constitui contribua autonomamente, portanto, de forma responsável, para essa vontade coletiva.

Quanto ao perfil das vítimas, é recorrente a referência de que os linchados são geralmente jovens, normalmente de sexo masculino com idade compreendida entre 20 a 25 anos de idade. Um dos elementos fundamentais e mais partilhado pelos nossos entrevistados

na caracterização das vítimas de linchamento é o facto de serem conhecidos como pertencendo a grupos de criminosos, vulgarmente chamados por “nhamacatanas”. Estes grupos são conhecidos como “protagonizadores” de roubos e furtos nos bairros.

“São jovens, geralmente de sexo masculino, com idade abaixo dos 30 anos, ... eles são normalmente conhecidos nos meandros do crime, ... aqueles que quando estão na cadeia há sossego e quando estão fora vive-se terror”. (oficial da polícia).

“Com a ajuda da polícia, fui socorrer alguém que estava a ser linchado, ... devido aos ferimentos, este viria a salvar a vida no hospital. Mas nisto há uma coisa engraçada,... meses depois, tornou a tentar roubar na mesma casa onde foi surpreendido na primeira situação. É esse tipo de pessoas que quando é encontrado pela comunidade não salva” (membro do conselho comunitário de segurança).

Embora admitam situações de linchamentos de inocentes, os diferentes entrevistados apontam de forma espontânea que, na maioria das situações, os linchados tem sido indivíduos sobre quem se constrói o rótulo de criminoso, e cujo histórico criminal é do domínio público.

Ainda na linha de caracterização das vítimas de linchamentos, casos excepcionais reportados por algumas edições de jornais como, por exemplo, o Savana (edição de 29 de fevereiro de 2008) apontam que no mesmo ano foram linchadas 3 mulheres por “envolvimento em atos criminais” na cidade de Chimoio. Destaca-se o caso da chamada Maria Sete, de cerca de 40 anos de idade, que residia no Bairro 25 de Junho, linchada por ser a principal indiciada de estar a “dar abrigo e alimentação” aos supostos malfeitores, de cujo “grupo fazia parte um dos seus irmãos”.

4.2.3 Percepções e Explicações dos Linchamentos

Os fatores e causas dos linchamentos referidos podem ser organizados em imediatos ou precipitadores do ato, e mediatos, designadamente as condições ambientais e de convivência social e os processos de controlo social adjacentes às práticas de linchamentos.

No que concerne às imediatas, informações constantes nas entrevistas são concordantes na consideração de que para um linchamento acontecer há sempre uma situação que provoca o ato. Esta perspetiva de análise remete-nos para as condições que anteriormente foram descritas como pretexto para o ato de linchar começar.

Embora os depoimentos da maioria dos entrevistados estejam em harmonia com os documentos, aqui pudemos encontrar algumas clarificações. Toma-se por relevante a “tentativa” ou “consumação” do ato criminal, designadamente, assalto ou arrombamento de uma residência para retirar certos bens como “aparelhagens de som e televisão, celulares e

entre outros”. A seleção da vítima está associada à construção de um “rótulo” de criminoso, como a “atribuição de qualidade furtiva”, ou o “dúbio de surgir e circular no bairro no período noturno”, ter “características vitimárias que indicam certas anomalias” (Savana, edição de 7 de julho de 2008). O referido rótulo é interpretado como suficiente para que qualquer tentativa de crime seja o bastante para o suspeito ser linchado, independentemente da gravidade do ato criminal. Um acontecimento concreto retrata o caso de um jovem que encontrou a morte por pancadas em virtude de ter sido encontrado a roubar milho numa das machambas dos residentes (jornal Notícias, edição de 28 de fevereiro de 2008).

Indo concretamente aos fatores mediatos invocados, é central a explicação segundo a qual o recurso ao linchamento constitui uma reação ao “cansaço que as populações sentem pelo crime”. Acima de tudo, uma “falta de confiança pela forma de atuação das autoridades de justiça criminal formal”, designadamente da “polícia, tribunais e procuradorias”. Portanto, estas perceções espelham-nos a existência da “fragilidade e incapacidade de resposta” ao fenómeno criminal demonstrada pelas autoridades de justiça criminal formal que já havíamos antes referido e que agora aparecem como fatores invocados para o recurso ao linchamento.

As explicações dos linchamentos que surgem nos discursos dos entrevistados podem ser estruturadas em dois eixos, designadamente o que aponta para o “modo de atuação e tratamentos dos problemas de criminalidade pelos órgãos formais de justiça criminal, destacando-se a polícia e os tribunais”, e o que aponta para “o modo de cometimento de crime por parte dos delinquentes”.

Quanto ao primeiro, efetivamente, uma das ideias centrais que encontramos na análise dos jornais é de que a evolução da criminalidade tem sido acompanhado por um olhar “apático”, “inoperante” e “impotente” por parte das autoridades policiais. As populações consideram, resumidamente, que “a polícia não mexe a palha”, uma expressão usada para dizer que a polícia não reage ao crime (Jornal Notícias, edição de 12 de Março de 2008). No seu entender, esta forma de funcionamento dos órgãos policiais traduz-se em proteção e facilitação da vida dos criminosos. “A polícia protege mais os criminosos do risco de ser linchado, do que os cidadãos do risco de ser assaltados”.

Esta forma de encarar e interpretar os problemas da criminalidade e segurança pública concorreu para que, em 2008, momento em que se registou o pico dos linchamentos públicos na cidade de Chimoio, eclodisse uma manifestação que opunha a polícia, alegadamente acusada de proteger os criminosos, e as populações que pretendiam linchar os ladrões.

“Entreguem-nos os criminosos que nós próprios capturamos. Vocês não faziam nada (a polícia). Passamos noites sem dormir, capturamos, hoje querem protegê-los? Queremos linchá-los na vossa cara. Deixem-nos trabalhar, deixem-nos fazer justiça à nossa maneira. Fomos nós que descobrimos os criminosos, se esperássemos pela polícia esse crime não teria sido esclarecido. Tirem os bandidos das celas para vos mostrarmos como é que se faz a justiça”. (declarações dos populares, no jornal Savana, edição de 29 de Fevereiro de 2008).

As narrativas que acabamos de apresentar encontram-se ligadas a uma situação excecional, anteriormente descrita, em que os populares desencadearam uma operação de captura de delinquentes e que colocava a fragilidade das estratégias policiais na gestão da criminalidade como base da explicação dos linchamentos.

Uma outra ideia fortemente partilhada pelos nossos entrevistados, sejam do grupo dos magistrados, oficiais da polícia, assim como das autoridades comunitárias dos bairros, é de que o que provoca a “insatisfação popular é, particularmente, o “mecanismo de execução das medidas de responsabilização penal” aplicáveis aos criminosos.

“ As populações não acreditam nas instituições da administração da justiça... não ficam satisfeitas com as medidas que a justiça formal aplica contra os criminosos... Reclamam que conduzem criminosos à justiça formal, e os tribunais [soltam]. Se no dia seguinte pegarem a mesma pessoa a cometer os mesmos atos, eles lincham” (magistrado). “...Quando alguém que conhecemos como criminoso encontrar-se preso, nós vivemos um sossego no bairro... se com a sua recondução à liberdade o crime recomeçar, é melhor eliminarmos do que levar para dois a três dias depois, o tribunal [soltar] e voltar a cometer os mesmos atos” (oficial da polícia, referindo-se à opinião pública).

“Como podemos conviver com um [gatuno] que, quando volta da justiça continua a cometer mesmas atitudes? Os populares estão saturados de ver criminosos que entram na cadeia, são [soltos] e tornam a cometer os mesmos crimes, ... o problema começa com a libertação de criminosos que continuam a cometer crimes. Alguns malfeitores dizem [eu não fico na cadeia, podem-me prender mas depois hei de voltar]. Por isso a população lincha” (líder comunitário).

Estas narrativas sugerem-nos uma perceção de que as populações não contestam simplesmente a soltura de arguidos pelos tribunais, mas sim daqueles criminosos que “voltam a atormentar o bairro”. Significa que existe um olhar de “crítica e reprovação” das “formas de aplicação e execução das medidas penais” por um lado. Por outro lado, o processo de “soltura de arguidos” é, nalgumas situações, interpretado como sendo fruto de “atos ilegais e de corrupção”, muitas vezes justificado pela “capa de ausência de prova” para incriminação.

Nesta esteira de explicações, para além de procurar o “sossego” ou a paz e ordem públicas, o linchamento é funcionalmente tido como resposta a um tipo de medidas e políticas

de justiça criminal que “não satisfaz as expectativas da população” relativamente à prevenção da reincidência criminal.

Por outro lado, para além de ser visto como uma maneira de responsabilização criminal significativamente merecida e adequada ao criminoso, o linchamento é adicionalmente interpretado como “forma pela qual as populações pressionam” para que as instituições de justiça criminal “mudem de atitude e forma de tratamento” dos problemas da criminalidade.

O segundo eixo explicativo dos linchamentos tem sido mais referenciado nos respondentes do grupo das autoridades comunitárias e de bairros. A sua perceção é de que os populares lincham porque estão a reagir a um conjunto de comportamentos descritos como “brutais” e “cruéis” praticados pelos criminosos.

“O que motiva a prática de linchamentos aqui no nosso bairro é o crime, especificamente os roubos com recurso a catanas. Imaginas que, em vez de te tirar os bens, eles cortam-te a cabeça e até podem violar a mulher na sua presença. Isso provoca fúria dos populares. Conheço um casal de polícias que foi vítima. O marido foi catanado e até ficou de baixa. Agora se encontrar a pessoa que fez isso vai deixar? Não!” (juiz do tribunal comunitário).

As narrativas que acabamos de apresentar conduzem-nos ao entendimento de que o recurso ao linchamento constitui o exercício e aplicação de medidas retributivas. Essa retribuição recai para as atitudes “brutais” e “cruéis” de perpetração criminosa, tais como o “uso de instrumentos contundentes” para agredir e “criar lesões corporais graves à vítima do crime”, “violações sexuais de mulheres na presença de parentes” e outros atos descritos como “imorais” praticados pelos criminosos antes de se apoderarem dos bens patrimoniais. Sintetizando, o linchamento afigura-se como uma resposta violenta à especial violência de certos atos criminosos.

À medida que íamos desenvolvendo as nossas entrevistas, foi recorrente em alguns entrevistados, particularmente no grupo dos magistrados, a referência à noção de “falta de cultura jurídica” dos residentes da cidade de Chimoio. Quer dizer que, do seu ponto de vista, os linchamentos são consequência da “falta de conhecimento sobre as regras de funcionamento de um estado de direito”, de modo geral, e particularmente, das “condições e regras de aplicação e execução das penas” por parte das populações. Esta perceção foi mais aprofundada num dos grupos focais. Apresentado o tópico sobre como é que se explicam as práticas de linchamentos de supostos criminosos pelos residentes da cidade de Chimoio, os participantes discutiram a questão nos seguintes termos:

“Somos um país que, há pouco tempo, saiu da colonização e guerra civil em que o respeito pelos direitos humanos era inexistente. A cadeia era tida como lugar de sofrimento e morte. Nessa altura o criminoso tinha um conceito diferente daquilo que a vida num estado de direito recomenda. As pessoas não percebem que a cadeia é onde a pessoa procura encontrar-se consigo mesmo por ter-se contrariado a lei. Para mim, os linchamentos têm a ver com a falta de conhecimento. Os populares não conhecem os princípios que orientam um estado de direito. Por outro lado, há um passado histórico sobre o tratamento do criminoso que não conseguimos nos desligar dele. (R.1)

“O linchamento é uma exigência de novas formas de atuação dos guardiões da justiça e, se calhar, uma chamada de atenção sobre até que ponto as nossas normas se encontram ajustadas ou desajustadas com realidade atualmente vivida pelas comunidades” (R.5).

“Eu acho que a prática de linchamentos deve-se ao desconhecimento daquilo que deve ser o procedimento legal a tomar em caso de crime, ... Isso significa que não existe a divulgação sobre a legislação penal” (R.2)

Estas narrativas fazem uma análise aos linchamentos sob o ponto de vista de uma sociedade em transição pós-colonização e guerra civil em que as questões do (des) respeito pelos direitos humanos, e também o relativo (des) conhecimento do sistema de justiça por parte das populações, dos valores e normas que os estruturam num Estado de Direito democrático constituem ainda um desafio.

Sintetizando estas perceções explicativas dos linchamentos, podemos dizer que a atitude e decisão de linchar um suspeito constitui ainda uma manifestação de sequelas de um passado histórico e modo de vida em que, fora do mínimo respeito pela dignidade da pessoa humana, o tratamento do criminoso era mais pela retribuição do que pela reabilitação, por um lado. Por outro lado, resume-se como falta e dificuldade de assimilação dos princípios de funcionamento do Estado moderno. Estes grupos de sujeitos consideram que as populações não compreendem as “garantias constitucionais” que culminam, por exemplo, com a recondução dos arguidos à liberdade, seja qual for a modalidade da medida (“caução, termo de identidade e residência ou pagamento de multa que resulta da conversão de penas de prisão”).

O debate anteriormente exposto é enaltecido por comentários extraídos dos documentos que foram objeto de nossa análise. Apontam sumariamente que, acima da falta de assimilação dos princípios estruturantes de um Estado de direito, no processo de exercício da justiça, não existe um “diálogo” entre as populações e os órgãos de justiça criminal formal. “As instituições de justiça estão a funcionar sozinhas. As populações julgam por si porque não sabem como um processo-crime inicia e encerra, e muito menos os fundamentos legais

das medidas aplicadas”, (diretor de investigação criminal no Jornal Notícias, edição de 10 de março de 2008).

Uma curta reflexão à abordagem explicativa dos linchamentos leva-nos a perceber que se assistiu no decurso das entrevistas e da sua análise a uma espécie de evolução das perceções e significados atribuídos às práticas de linchamentos. Primeiro, exclusivamente atribuídas à “inoperância policial”, depois às “fragilidades do sistema de justiça no tratamento e responsabilização penal” em concurso com a questão da “falta do conhecimento e cultura do direito por parte das populações” e, paralelamente, como forma de reagir às “crueldades praticadas pelos criminosos no processo de cometimento de crime”.

4.2.4 Avaliação e Perceções sobre os Efeitos Sociais dos Linchamentos

Uma das nossas preocupações era conhecer os juízos das pessoas entrevistadas sobre o linchamento. Numa primeira abordagem, podemos afirmar como dominante na maioria dos nossos entrevistados a consideração de que a prática de linchamentos é “uma atitude errada”, “repudiável” e “incorreta”. Socorrendo-se de um excerto do Artigo 40, nº 2 da Constituição da República de Moçambique que diz “Na República de Moçambique não há pena de morte”, a percepção da negatividade dos linchamentos é testemunhada da seguinte maneira:

“Os argumentos de que as pessoas não confiam no sistema de justiça formal não podem ser suficientes para justificar atos cruéis em que a pessoa é morta em público, a ser aplaudida e sem o direito de defesa” (magistrado). Não existe situação de crime que possa justificar a retirada da vida de alguém, independentemente de que grau de delinquência for” (oficial da polícia). “Matar alguém nessas condições [do linchamento] não pode acontecer, eu acho que é muito errado. Ninguém está acima da lei, ... ninguém deve fazer a justiça com as próprias mãos, isso é condenável nos termos da lei” (líder comunitário).

Estas narrativas traduzem claramente a percepção de que numa sociedade como Moçambique, cujo direito de punir é exclusivo do Estado, “ninguém deve arrogar-se do mesmo”. Esta linha de pensamento faz com que os linchamentos sejam interpretados como “violação” flagrante dos “direitos inalienáveis” da pessoa humana, designadamente a “vida e a integridade física”. É adicionalmente percebido como “incitamento” a um estado de anarquia em que cada um pode conduzir as suas ações sem limites legais e conforme as vontades próprias.

Apesar desta similitude de percepção, à medida que íamos desenvolvendo as nossas entrevistas foi notória a emergência de perceções contraditórias. Alguns dos sujeitos,

particularmente do grupo das autoridades do bairro consideram que, tirando o lado negativo acima exposto, o linchamento é funcionalmente usado nos bairros residenciais como “defesa dos riscos e formas violentas de cometimento do crime”. Consideram adicionalmente que atenua a “dor e sofrimento” que o crime causa na sociedade.

E este último aspeto leva-nos a examinar o que nos discursos é dito sobre os efeitos sociais das práticas de linchamento. As percepções sobre os efeitos que os linchamentos produzem nos bairros de ocorrência podem ser estruturadas em três vetores; efeitos na criminalidade crime e no sentimento de segurança, na aprendizagem social e nas relações entre as pessoas.

No que respeita ao efeito dos linchamentos na criminalidade e segurança no bairro, as percepções dos nossos entrevistados são algo contraditórias. A maior parte considera que depois de um linchamento acontecer numa determinada zona, “observa-se um tempo de recessão de ocorrências criminais” naquela zona. Esta é uma análise que se relaciona com a percepção do “efeito positivo” do linchamento que acabamos de descrever na secção anterior. Nesta ordem de ideias, o linchamento contribui para a “redução do crime, sentimento de medo e restauração da segurança”.

“Para os praticantes está tudo bem, ...a justiça foi feita porque todos viram o criminoso a queimar, e por causa disso, o crime diminuiu. Os linchados são indivíduos criminalmente conhecidos na zona, a sua eliminação provoca o sentimento de segurança e fim da intranquilidade” (magistrados).

“Quando as populações prometem linchar, regista-se uma ligeira redução da criminalidade naquele bairro. Há um recuo nas ações criminosas, ... as pessoas passam a usufruir um estado de segurança diferente, ... depois daquele ato, é difícil que o criminoso vá lá imediatamente” (líder comunitário).

“Quando acontece um linchamento, ficamos cerca de 2 meses sem registar crimes naquela zona,... os outros criminosos ficam com medo, e as pessoas saúdam-se, cantam vitória, dizem que estão seguras porque eliminaram o mal” (oficial da polícia).

Embora esta avaliação seja partilhada pela maioria dos nossos entrevistados, alguns deles, com destaque para o grupo dos oficiais da polícia e alguns líderes dos bairros, consideram que ela decorre de um “mal-entendido”, o linchamento não produz alguma variação negativa do crime e insegurança. Partindo da constatação de que “os linchamentos têm acontecido de forma sucessiva” numa determinada zona, tomam isso como indicador de que, quando se lincha um, os outros não param. Antes pelo contrário, consideram que “a morte de um provoca revolta e vingança por parte dos outros criminosos”. Alguns oficiais salientam estas ideias explicando que a paragem que se verifica é apenas um momento em que

“os criminosos estudam novas estratégias de atuação” para reduzir os riscos de ser linchados “... passado um tempo, volta a acontecer uma nova onda de crimes violentos na cidade” (oficial da polícia).

Sintetizando: há uma percepção de que a ocorrência de um linchamento é sucedida por um momento de calma que pode ser tomado como resultado do restabelecimento de segurança e ordem públicas. Contudo, opõem outros a perspectiva de uma espiral de violência. Segundo esta última, tendo em conta que os criminosos trabalham em grupos, os outros procuram novas formas de se “vingar e revoltarem-se” pela morte do colega. Voltam a cometer crimes violentos que, para além de fazerem aumentar os índices criminais, reinstalam o sentimento de medo e insegurança nos bairros.

Uma segunda perspectiva de análise circunscreve-se ao processo de aprendizagem social que as práticas de linchamentos transmitem às pessoas, designadamente às crianças e jovens que assistem aos atos. Embora segundo alguns, linchar um suspeito de crime seja uma forma de mostrar as consequências que um indivíduo pode ser sujeito pelo comportamento criminoso, e por isso, dissuadir comportamentos criminosos futuros, a maioria dos respondentes entende que linchar transmite um “ensinamento do negativo”.

As práticas de linchamentos de supostos criminosos são interpretadas como podendo ser uma escola a partir da qual certas camadas sociais constroem e consolidam a “consciência de violência, agressividade” e “falta de consideração e respeito pela vida” da pessoa humana.

“A camada jovem cresce pervertida, ... nos meus tempos não era permitido, ... as crianças assistem a tudo e poderão crescer com mentalidade de que matar é normal e que a pessoa não tem valor” (oficial da polícia).

“Isso é ensinar que os criminosos devem ser tratados daquela maneira, ... é ensinar que a vida não tem valor, e a pessoa pode ser morta de qualquer maneira. Temos crianças, nossos filhos que assistem àquilo, ... passam a ganhar um estilo de vida que não respeita os valores morais na comunidade” (líder comunitário).

Resumidamente considera-se que o linchamento de suspeitos de crime transmite o hábito de recorrer às formas privadas de fazer a justiça. Mais do que uma forma de combater o crime, é entendido como contribuindo para a formação dos criminosos do futuro e para a construção de um modo de vida descrito como “encontrou, linchou”.

Relativamente ao impacto dos linchamentos nas relações sociais, é comum, por parte dos nossos sujeitos, mais particularmente nas autoridades comunitárias, a consideração de que podem “desestabilizar as relações de vida em comunidade”.

“Há um jovem que acabou abandonando a sua casa porque os familiares da vítima suspeitavam de facto de este ter participado no linchamento do seu filho, ...ele sentia-se ameaçado, por isso abandonou. Até as estruturas do bairro ficam com sentimento de culpa, e os órgãos superiores consideram que as estruturas do bairro não funcionam” (chefe do quarteirão).

A base de explicação é a de que, devido aos vínculos familiares, os parentes e amigos das vítimas de linchamento procuram sempre construir um “sentimento de inocência” a favor do linchado e de “culpa para os linchadores”. Isso é significativamente percebido como podendo contribuir para “provocar situações de revolta e hostilidades” entre os residentes do bairro, por um lado. Por outro lado, as próprias autoridades comunitárias sentem que as práticas de linchamentos estão a contribuir para a sua própria “perda de legitimidade e capacidade de controlo” das relações de convivência social.

A percepção sobre o efeito dos linchamentos na aprendizagem social é corroborada pelos dados da análise documental. Segundo opiniões constantes do Jornal Notícias, edição de 13 de fevereiro de 2008, a prática reiterada de linchamentos públicos concorre para a “generalização” da desordem a todos os bairros da cidade de Chimoio, e outros centros urbanos.

Já no concernente às relações sociais, são descritos os efeitos que o linchamento pode ter na emergência de outros conflitos e tensões que afetam designadamente as relações entre populares direta ou indiretamente envolvidos e os familiares das vítimas (declarações de populares, no Jornal Zambeze, edição de 14 de fevereiro de 2008).

“Se um filho rouba ou mata é porque os pais ou familiares se compactuam com os atos. Se nós lincharmos os pais e familiares poderemos fazer com que adotem medidas educativas rigorosas, assim como evitar que, usufruam de bem provenientes da [bandidagem] dos filhos”.

Estas declarações levam-nos a perceber que, para além de instalar um ambiente de mútua perseguição entre os atores sociais, em última instância, o linchamento pode vir a ser praticado não apenas contra os potenciais suspeitos e considerados culpados pelo crime, mas também contra os parentes, desde que se presume serem beneficiários do produto do crime. Terá sido esta lógica que levou ao linchamento, como já nos referimos anteriormente, da chamada Maria 7, suspeita de dar abrigo aos criminosos. Num texto de opinião sobre os linchamentos, Carlos Serra, no jornal Savana, edição de 15 de julho de 2008, explica, por seu turno, que o linchamento, no futuro, pode vir a contribuir para a formação de “grupos estruturados”, dedicados à perseguição e prática de justiça privada, fora do controlo do

aparelho de justiça formal.

4.2.5 Controle e Percepções sobre a Prevenção dos Linchamentos

Um dos nossos interesses ao longo das entrevistas foi de colher as percepções dos sujeitos a respeito do modo de reação das instituições sociais às ocorrências de linchamentos. Em torno deste tópico, quase todos os respondentes foram concordantes na percepção de que quando o linchamento acontece, tem sido notável a “intervenção das autoridades do bairro ou formais” com vista ao “salvamento da vítima”, “dispersão da coletividade” ou mesmo na adoção de “medidas investigativas” tendentes à identificação de presumíveis autores ou “cabecilhas”. Estas percepções foram mais vincadas pela maioria dos oficiais da polícia e magistrados que responderam às nossas entrevistas. O pressuposto comumente formulado é que as práticas de linchamentos consubstanciam-se em “crimes de natureza pública”.

Esta linha de pensamento sugere-nos que uma das maiores preocupações das autoridades públicas, na sua intervenção, é a identificação dos prováveis autores para efeitos de responsabilização criminal. Contudo, esta vontade esbarra em certos constrangimentos.

“Temos notificado as vítimas do crime pelo qual o linchado é acusado...estes só dizem, [eu só pedi socorro e os populares lincharam]. E nós! Vamos escrever homicídio contra quem? Contra a comunidade toda? Isso não é possível.” (oficial da polícia).

“Normalmente a polícia aparece depois de o linchamento se consumir. Tenta investigar mas não consegue encontrar os autores [só dizem são os populares...]. Neste bairro não conheço alguém que respondeu em tribunal por isso, ... se fosse uma ou duas pessoas seria possível (chefe de quarteirão).

“As pessoas se escondem, se protegem e destroem todas as possibilidades de encontrar os responsáveis. Já tentamos perseguir um caso, mas não conseguimos produzir prova suficiente que possa fundamentar uma acusação formal” (magistrado).

A análise a estas narrativas encontrou a sua conceção básica na entrevista com alguns oficiais da polícia. Consideram que o linchamento em si é visto como “benéfico e útil” para os praticantes, o que faz que, quando as autoridades públicas intervêm no caso, se deparem sempre com o “silêncio dos residentes”. É esta convergência e partilha de vontades entre populares que se interpreta como contribuindo para dificultar a responsabilização criminal dos linchadores.

As explicações avançadas pela maioria dos nossos entrevistados sobre os constrangimentos legal-processuais podem ser estruturadas em duas dimensões:

A primeira diz respeito aos locais frequentemente usados para a prática de linchamento. Conforme já referenciado na secção dos espaços e tempos de ocorrência, os linchamentos acontecem nas “vias públicas, pequenas praças e outros locais abertos” no bairro. Nesta linha de pensamento, os diversos sujeitos que responderam à nossa entrevista consideram que a preferência por estes locais é uma escolha racional que visa “despistar e assegurar a impunidade” das pessoas envolvidas na prática de linchamento.

A segunda dimensão tem a ver com o enquadramento do modo de execução dos atos no sistema de normas de direito processual e penais vigentes. Conforme explicações dadas por um dos nossos entrevistados, o sistema de normas penais em Moçambique rege-se pelos princípios da “individualidade e pessoalidade” do autor. Significa isto que o agente de crime deve ser uma pessoa devidamente identificável. Tendo em conta que nas condições descritas sobre os protagonistas, os linchamentos são frequentemente praticados por uma pluralidade de indivíduos, normalmente designados por populares, torna-se difícil identificar os responsáveis, suscetíveis de imputação por estes atos. Daí que se considere que os linchamentos são “crimes de difícil investigação”. Para realçar este ponto de vista, um dos respondentes explicou dizendo que “ num ato de linchamento é difícil reunir provas incriminatórias ao verdadeiro responsável, ...como julgador neste tribunal não me recordo ter condenado alguém por prática de linchamento”. Acrescenta ainda que estes constrangimentos têm sido aproveitados para que os populares continuem a linchar supostos criminosos. Para atestar estas explicações, podemos dizer que, em cerca de cinco dezenas de linchamentos registados no período a que o nosso estudo diz respeito, apenas conseguimos encontrar um processo-crime julgado. No referido processo, o Ministério Público deduziu as notas de acusação contra 6 arguidos, por prática de linchamento de um suposto criminoso. Não havendo legislação específica, este tipificou os atos como homicídio qualificado que, nos termos previstos no Artigo 351 do Código Penal moçambicano, é punível com uma moldura penal de 20 a 24 anos de prisão maior. Contudo, a ausência de elementos incriminatórios e de provas suficientes da autoria material, nexo de causalidade entre os atos declarados como praticados e a morte da vítima, o tribunal viria a condenar os réus por prática de ofensas corporais graves, com aplicação de pena de 2 anos de prisão e multa.

Foi nossa preocupação colher junto dos entrevistados, os seus pontos de vista acerca das formas de redução de práticas de linchamentos. As perceções em torno desta questão foram comuns e partilhadas pelos diversos sujeitos que responderam à nossa entrevista.

As suas análises resumem-se na noção vaga de “mudança de atitude”. Esta

necessidade tem sido focalizada nos atores sociais fundamentais no fenómeno, designadamente, os cidadãos descritos como protagonistas dos linchamentos e as instituições do Estado encarregues da gestão de problemas de segurança pública e justiça criminal.

Atinente aos primeiros, tem sido comum a percepção de que a ferramenta fundamental para a mudança de mentalidade e convicções que incentivam o recurso a linchamentos de supostos criminosos é a “educação cívica e a sensibilização comunitária”.

“Temos que sensibilizar e ensinar as nossas populações sobre os princípios fundamentais de vida e funcionamento das sociedades modernas, ...temos que respeitar os poderes constituídos” (magistrados).

“Temos que envolver todas as instituições sociais... lideranças, igrejas e famílias ... para mobilizar e fazer uma educação comunitária sobre os efeitos negativos da prática dos linchamentos. Temos que incentivar o recurso pela justiça formal” (oficial da polícia).

“É preciso intensificar as palestras, ... ensinar como é que as populações devem lidar com criminosos, mostrar quais devem ser os procedimentos a tomar em casos de vitimação” (chefe de zona, bairro 7 de setembro).

As narrativas que acabamos de apresentar interligam-se claramente com as percepções que têm como base de explicação do linchamento a “falta da cultura jurídica” por parte das populações residentes dos bairros da cidade de Chimoio. Seguindo esta linha de pensamento pudemos constatar que a “mudança de atitude” como forma de conter o hábito e cultura de linchar requer, de algum modo, o “desenvolvimento de estratégias e programas de intervenção” que afetam a forma como as pessoas, individualmente, devem conduzir as suas atitudes e vida em sociedade.

A segunda perspetiva, a de natureza institucional, é a que assenta na concessão de que “as populações lincham porque a justiça formal funciona erradamente”. A redução das práticas de linchamentos requer, mais fundamentalmente, “mudanças” ao nível da macro estrutura social, designadamente, na “forma de atuação das instituições formais” de controlo social do crime.

Questionados sobre o que, do seu ponto de vista, se deve fazer, ao nível por exemplo do governo e outras entidades do Estado, para parar com os linchamentos de supostos criminosos, diversos entrevistados responderam como a seguir se apresenta:

“Temos que sair do gabinete, ... temos que realizar certos julgamentos e condenações nos bairros e, sob assistência dos residentes. Temos que apresentar publicamente os pressupostos legais que fundamentam as nossas decisões judiciais...falo do tipo e duração das penas impostas ...temos que promover a participação popular na realização de justiça” (magistrado).

“Acho que se deve mudar a forma de tratamento dos criminosos, ...temos que ser sérios, não podemos admitir situações de corrupção na administração de justiça” (oficial da polícia).

“A justiça tem que ter uma nova política de reclusão, por outro lado é preciso potenciar as instituições de administração da justiça, falo do caso da polícia. A polícia não tem meios eficientes para as suas intervenções” (autoridade do bairro).

Uma breve interpretação do significado dos pontos de vista apresentados remete-nos para a ideia de que o processo da pacificação social depende, de algum modo, do grau de responsabilidade com que os poderes públicos lidam com os problemas dos cidadãos.

Num certo sentido pretende-se com isto dizer-se que a atuação das entidades do Estado na prossecução e satisfação das necessidades das populações, como são os casos de problemas de criminalidade e segurança pública, deve despir-se de atitudes corruptivas e de outras que descredibilizam particularmente o sistema de justiça criminal. Sugere-nos ainda que deveria ser preocupação do Estado a criação de padrões de vida que sejam atrativos e que incentivem, por exemplo, o interesse e envolvimento positivo dos cidadãos nos mecanismos de exercício da justiça criminal. Este objetivo, como alguns salientam, exige que as instâncias formais estejam mais próximas das populações e permitam a participação dos cidadãos na construção da justiça, ou seja, que se constituam enquanto agentes de mudança das mentalidades. Exige adicionalmente o desenvolvimento de formas de atuação que, para além de incidirem sobre os fatores de risco que se associam aos linchamentos, se edifique a confiança de que as instituições de justiça criminal estão a agir de forma correta e justa, por um lado. Por outro lado, e de acordo com as perceções da maioria de diversos sujeitos que responderam as nossas entrevistas, é fundamental o empoderamento das autoridades públicas. Neste ponto de vista, especial destaque tem sido dado ao reforço e adoção de meios e condições de funcionamento da polícia, suscetíveis de conferir maior mobilidade, eficácia e legitimidade nas suas atuações.

CAPÍTULO 5: DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1 Discussão dos Resultados

O objetivo central que presidiu a este estudo foi a análise das práticas de linchamento na cidade de Chimoio, no quadro mais global do funcionamento dos sistemas de controlo social formal e informal, da segurança e da criminalidade, partindo da ideia de que o linchamento constituiria um elemento analisador dos problemas e dos mecanismos que se colocam em funcionamento para a eles reagir.

Da análise dos dados que apresentamos podemos efetivamente estabelecer uma simetria entre o que nos foi dado a conhecer sobre o quadro geral da segurança e da criminalidade a partir das perceções e experiências dos residentes que ouvimos e o conhecimento que colhemos sobre a construção e interpretação social das práticas de linchamento. Esta relação é, à partida, óbvia porque os linchamentos são unanimemente percebidos como uma resposta ao crime e, contudo, a sua prática consubstancia-se simultaneamente em crime. Aliás, embora as descrições feitas sobre os linchamentos na cidade de Chimoio integrem características de diversas tipologias desenvolvidas por Benevides (1982) e Brundage (1993), dada a sua maior consistência e ênfase nas questões de criminalidade, apelam-nos efetivamente a assumir que os linchamentos que foram objeto de nosso estudo enquadram-se no tipo fundamental de “linchamentos por acusação de crime” desenvolvido por Serra (2008). Aliás, a este respeito, os resultados que encontramos corroboram de forma genérica as constatações de outros investigadores que estudaram o fenómeno em contextos semelhantes e, em certa medida, diferentes dos que o presente estudo foi desenvolvido.

O desenvolvimento da nossa discussão procurará, na sua primeira parte, evidenciar os elementos centrais de simetria e, à medida que formos aprofundando, apresentaremos as discontinuidades entre os discursos sobre a insegurança e os discursos sobre os linchamentos, que acentuam determinadas dimensões que nas primeiras apareciam como secundárias.

O discurso sobre os problemas de insegurança e a criminalidade revela-nos uma conjugação de fatores que caracterizam este ambiente, designadamente, a criminalidade violenta e a sua estrutura de manifestação, descrita como “ondas de crime”. Simultaneamente existe uma imputação dos atos mais problematizados, a grupos específicos de criminosos que, na linguagem local, se designam por grupos “nhamacatanas” cujos elementos, na sua maioria,

são jovens que praticam os seus atos criminosos com recurso a instrumentos cortantes tais como “ferros, facas e catanas para arrombar as portas e acessos das residências, golpear e criar lesões graves às vítimas do crime. A participação coletiva e o uso destes instrumentos no cometimento de crime é preferencialmente tida como forma de impedir qualquer tipo de resistência no processo de vitimação.

Ora, são também estes os atores que nos discursos dos nossos entrevistados apresentam como vítimas preferenciais de linchamentos. Efetivamente, em circunstâncias normais, não se lincha qualquer pessoa. Tirando exceções de linchamentos de pessoas tidas como “inocentes” ou com participação indireta em atos criminais, as maiores vítimas são pessoas jovens de sexo masculino, a quem se conhece como pertencendo aos ditos grupos “nhamacatanas” e por possuir um rótulo de criminoso reincidente.

Por outro lado, encontramos também uma simetria entre alguns elementos da atuação destes grupos delinquentes e os atos de linchamento, designadamente os instrumentos usados pelos populares para agredir fisicamente, para além de adicionalmente queimarem a vítima de linchamento, em muitos casos levando-o até a morte sob assistência pública.

Uma análise das descrições de linchamentos deixa perceber que para o ato acontecer toma-se por relevante a constituição de um estado de eminência de consumação do ato criminal, designadamente “arrombamento, assalto, furto ou roubo de bens patrimoniais” ou mesmo a “posse de bens de produto de roubo”. É efetivamente no âmbito das situações de eminente vitimação ou flagrante delito que entre outros sinais a vítima profere um grito como forma de pedido de socorro. Em resposta, os populares (vizinhos) nos quais se destacam jovens como intervenientes ativos, aparecem portando instrumentos como “pedras, paus, ferros e outros” para neutralizar, agredir e espancar o suspeito, queimando-o depois usando materiais inflamáveis tais como “petróleo gasolina, gásóleo, pneu e capim seco”.

A utilização dos instrumentos, os processos e escolha dos espaços anteriormente apontados constituem um breve retrato sobre atos e procedimentos de linchar que vão ao encontro das descrições feitas por Bertelsen (2009), Granjo (2009) e Serra (2008) que desenvolveram seus estudos sobre linchamentos em Moçambique. O linchamento por suspeita de crime, a prática de torturas físicas e uso de fogo para queimar corroboram não só estudos desenvolvidos em Moçambique, como também casos de linchamentos ocorridos nos Estados Unidos de América (Brundage, 1993; Garland, 2005; Tolinay e Beck, 1995). A ter em conta os intervenientes ativos e as vítimas de linchamentos na cidade de Chimoio, podemos dizer que se trata também, de algum modo, de um conflito de “jovens contra jovens”, ao que, no

contexto latino-americano, Vilas (2005) chamou de violência de “pobres contra pobres”, devido à indistinção económica e social entre os linchadores e os linchados, por um lado.

Este retrato de problemas de criminalidade e segurança pública que simultaneamente, conforme os discursos dos nossos entrevistados constitui o quadro contextual em que se desenvolvem os linchamentos entra em consonância com a noção de “vazio securitário” que segundo Recasens (2007) provoca, cada vez mais, uma crescente procura de segurança por parte dos cidadãos. Nestes termos, a segurança e proteção pelos atos criminosos aparecem como um bem precioso e escasso na vida quotidiana dos residentes da cidade de Chimoio.

A natureza da criminalidade que provoca um maior sentimento de medo e insegurança por parte dos residentes, tendencialmente descrita como sendo contra a propriedade, desenvolve-se mais nos chamados bairros periférico, mais especificamente nas residências, vias públicas e locais de aglomeração populacional, tais como mercados, terminais de transporte, sendo preferencialmente executado no período noturno. Encontramos também estes elementos contextuais nas práticas de linchamentos. Tal como se descreve, os linchamentos também acontecem, geralmente, nas vias públicas, praças, campos de futebol e outros locais abertos ao nível dos bairros da periferia relativamente ao centro da cidade.

Uma breve apreciação sobre a seleção dos espaços abertos para linchar leva-nos a concluir que, à semelhança de linchamentos ocorridos em contextos diferentes de Moçambique, esta constitui uma estratégia de despistar, dificultar a investigação e garantir a impunidade dos linchadores (Martins, 1995; Sousa, 1999). Estes procedimentos, assim como a participação coletiva, de que falaremos adiante, têm constituído pressupostos para que a reação e tentativas de responsabilização criminal pela prática de linchamento enfrente limitação e os linchadores saiam impunes, já que, quando se questiona, a resposta é “foram os populares que lincharam”.

Relativamente às “explicações” que encontramos quer para os problemas de insegurança quer para o desencadeamento de atos de linchamentos, as percepções fundamentais encontradas reconduzem-nos a uma análise tridimensional que destaca: as condições estruturais dos bairros, a existência de elementos atrativos e a percepção da ausência ou fragilidade de um sistema de segurança. No que concerne às condições estruturais dos bairros, o desenvolvimento da criminalidade é percebido como estando relacionado com a falta de um plano de ordenamento territorial urbano condigno, existência de vias de acesso estruturalmente degradadas e ausência de iluminação pública. Estes aspetos, não favoráveis à implementação de estratégias de prevenção criminal, são intelectualmente aproveitados pelos

agentes de crime para o cometimento de ações criminosas contra as populações, neste caso, tidas como vulneráveis.

As interpretações sobre os fatores de crime e vitimação criminal alargam-se quando se refere que, na cidade de Chimoio, a criminalidade não acontece exclusivamente nas zonas degradadas, mas também nas zonas de melhores condições estruturais e urbanísticas. Estas condições, que justificam a concentração de grupos sociais economicamente elevados e com condições de vida consideravelmente razoáveis, são consideradas atrativas para a atividade criminosa. Esta descrição vai ao encontro das conceções teóricas de Felson (1983) sobre as condições de vida das pessoas, que neste caso concreto se traduz na concentração de bens patrimoniais notórios e atraentes, aumentando as oportunidades delinquentes e determinam a perceção do sucesso do infrator.

A abordagem sobre estes elementos permite-nos definitivamente concordar que a construção do crime não depende apenas da perceção da existência de condições estruturais e ambientais favoráveis ao criminoso. Depende também conforme Cornish & Clarke (2003); Leclerc (2007) e Scott (2000) da existência de elementos atrativos e motivadores para a opção criminosa, já que, segundo a perspetiva geral, se torna evidente que a criminalidade violenta é antecedida por uma atividade de “estudo e identificação de oportunidades e alvos” capazes de oferecer os benefícios desejados pelo infrator.

Paralelamente, no que se refere ao linchamento, constata-se que embora tenha sido fortemente vinculada a manifestação de alguns elementos fundamentais na sua caracterização, como a “espontaneidade dos atos”, “influência e imitação” comportamental entre os praticantes, “espírito de grupo” e o “estado de fúria” causado pelo crime, é também de notar a coexistência da ideia de uma espécie de “preparação psicológica e material” que antecede o desencadeamento do ato.

A análise às condições de cometimento de crime faz-nos refletir que mesmo a questão da vitimação feminina, designadamente a “violação de mulheres na presença de parentes”, acontece como demonstração do poder de dominação dos agentes de crime relativamente às suas vítimas, e mais ainda do aproveitamento das condições de acesso às vítimas que se mostram favoráveis. Mostram-se suficientes para que o agressor possa encontrar a satisfação das suas necessidades sem, contudo, empreender maiores esforços, já que, conforme descrito anteriormente, a criminalidade violenta ocorre nas residências e no período noturno em que, na sua maioria, as vítimas, são encontradas a dormir.

As violações sexuais na presença de parentes, assim como a prática de agressões físicas que provocam lesões graves às vítimas de crime têm constituído um dos vetores estritamente situacionais que explica as práticas de linchamentos. Nos discursos dos nossos sujeitos, particularmente das autoridades tradicionais e de bairro, aparece de forma consistente que as populações lincham porque estão a reagir a um conjunto de atitudes descritas como “cruéis, imorais e de brutalidade” praticados pelos criminosos aquando do cometimento do crime. Portanto, o linchamento aparece, de forma clara, como uma espécie de justiça retributiva praticada pelos populares e, de aplicação de medidas adequadas às condutas e formas violentas de manifestação do crime. Esta constatação sugere-nos perceber que o ânimo de o agente de crime selecionar os seus alvos e praticar atos como a “violação de mulheres na presença de parentes, infligir golpes e catanadas”, como pressupostos para despossuir-lhes dos bens é o elemento situacional que mais provoca a vontade popular de imputação e responsabilização violenta e vingativa contra o suspeito. O linchamento vem a ser uma reafirmação do poder de punir. Um poder que se julga “adequado” a certas condutas criminais que já demonstraram a sua impossibilidade de reabilitação pelo sistema formal e muito menos a sua readaptação às normas de convivência social. Concordando com Binford (1999) podemos dizer que todo o conjunto de atos violentamente praticados contra a vítima do linchamento constitui resposta a uma outra violência primariamente revelada pelas formas de manifestação da criminalidade.

Esta análise aos linchamentos, que evoca simultaneamente os fatores de crime e vitimação criminal, orienta-nos a entender o desenvolvimento da criminalidade e insegurança pública não apenas sob ponto de vista do comportamento do agente de crime, mas sim das condições estruturais e de ambiente que favorecem a decisão, designadamente as condições degradadas de vida urbana em alguns bairros, e noutros, pela existência de condições patrimoniais atraentes que vulnerabilizam os residentes (alvos), todos racionalmente aproveitadas pelos delinquentes, dada a ausência ou insuficiência de sistemas de segurança capazes de prevenir tais condutas (guardião). Esta é uma perspetiva de análise que de certo modo se associa com as disposições teóricas desenvolvidas por entre outros autores, tais como Cohen e Felson (1979); Cornish e Clarke (2003) e Felson (1983).

Encontramos aqui um quadro da racionalidade criminal que se relaciona com a racionalidade coletiva na prática de linchamentos, desde a identificação da vítima a partir da construção de rótulo de delinquente reincidente e pertencente aos grupos “nhamacatanas”, decisão de linchar, uso de certos instrumentos, até a escolha do local para linchar. Revela uma

carga de racionalidade entre os atos e os objetivos dos intervenientes que, em princípio, são tidos como benéficos para a coletividade. Por estes motivos e, concordando com Verma (2007), neste estudo, não podemos interpretar os atos de linchar como expressão de uma certa degradação das qualidades intelectuais dos linchadores.

O enquadramento situacional de criminalidade e segurança pública que contextualiza a prática de linchamentos de supostos criminosos é também visível quando se enumeram as medidas de auto-protecção que as pessoas adotam. Aliás encontramos dentro dos discursos dos entrevistados que as pessoas privilegiam, por exemplo, a “protecção física pessoal, guarnições caninas, gradeamento dos locais de acesso, evitamento dos locais de risco e vulneráveis”, entre outras medidas de prevenção. Estas medidas e atitudes traduzem uma prevenção criminal através do obstáculo, endurecimento das medidas de protecção e, da mudança de rotinas e estilos de vida das pessoas. Há aqui o sentido de que, de forma particular, os residentes enfatizam a alteração das condições pré criminais para reduzirem os riscos de vitimação e, por conseguinte, desmotivar os delinquentes. Estas atitudes corroboram, de certa forma, os resultados de estudos de avaliação de programas de prevenção situacional desenvolvidos por Polvi et al. (1991); Teedon et al. (2010) e Welsh e Farrington (2010). Estes estudos revelam resumidamente que as estratégias de prevenção através do desenho estrutural das residências e respetivos locais de acesso (portões, portas e janelas), melhoramento da iluminação nas vias públicas e outras condições de vida no bairro contribuem fortemente para a redução da vulnerabilidade das pessoas e protecção dos seus bens patrimoniais. Concorrem adicionalmente para a redução dos crimes contra a propriedade que, na realidade estudada, são apontados como estando na relação do sentimento de insegurança e, por sinal, a prática de linchamentos aos supostos autores desses crimes.

Numa dimensão menos individualista, o mesmo contexto apela também o desenvolvimento de iniciativas comunitárias de prevenção e intervenção nos problemas da criminalidade. Foi persistente, nos nossos sujeitos, a referência de que o próprio mecanismo de comunicação e reação popular a eventuais situações de vitimação criminal é assegurado por meios locais tais como “o toque de apito, batimento de um tambor” e, entre outras estratégias, cuja implementação consolida o espírito de grupo, solidariedade e ajuda mútua entre os residentes. A estas intensões referiram-se também Welsh e Farrington (2010) ao defender que as iniciativas comunitárias de prevenção reforçam a coesão e o controlo sociais, ou de modo mais complexo, a eficácia coletiva. Como foi objeto de análise anteriormente este espírito de grupo, solidariedade e ajuda mútua, nalgumas circunstâncias, é que funciona como

elemento mobilizador espontâneo das coletividades e vizinhanças a afluírem com rapidez para socorrer a eventual vítima, o que, nos casos mais extremos culmina com o linchamento do suposto autor do crime. Além do mais, a recente explicação elucida-nos que o grito de pedido de socorro que se aponta como desencadeador do ato de linchar é materialmente substituído pelo “tom” emitido pelos instrumentos de comunicação ora mencionados.

A referência aos processos situacionais de intervenção e controlo de criminalidade enquadra também o papel dos modelos tradicionais de resolução de conflitos. Os titulares destes modelos são indivíduos que, em princípio, nasceram e vivem na comunidade onde o criminoso também vive e comete os seus atos. Estes constituem motivos suficientes para que a intervenção nos problemas da delinquência comece na base e sob tutela destes modelos. Além do mais, a consagração constitucional das autoridades tradicionais é tida como forma organizada de assegurar a participação dos cidadãos nos problemas da comunidade e aprofundar o reconhecimento da diversidade étnica e cultural da sociedade moçambicana (Araújo, 2008; Meneses, 2005).

Resultados deste estudo mostram que a possibilidade de resolução de um problema criminal ao nível do bairro concorre para a redução de situações criminais que seriam conhecidas pela justiça criminal formal e, acima de tudo, reduzir os efeitos estigmatizadores que as condições de realização da justiça criminal formal causariam no ofensor. A sua participação não visa apenas pôr termo à contenda, mas também a reconstrução da conduta e personalidade do ofensor. Esta interpretação entra em concordância com as perceções dadas por Aertsen et al. (2008); Chistie (1977) e Omale (2000), segundo os quais o aconselhamento e a possibilidade de vigilância comunitária enriquecem as regras, usos e costumes que comandam as relações sociais de cada comunidade, incluindo as implicações posteriores ao conflito criminal.

Uma breve avaliação ao papel destes modelos na resolução de conflitos criminais conduziu-nos a constatações logicamente positivas e algumas negativas. Quanto às positivas, os discursos dos nossos entrevistados salientam o seu carácter permanentemente aberto e disponível para atender as preocupações dos cidadãos. Há ainda uma perceção de proximidade, celeridade e gratuidade dos serviços dos modelos tradicionais. O uso de linguagem local na resolução de conflitos criminais incentiva a participação da vítima, ofendido e outros membros da comunidade no problema. Estas perceções primeiro corroboram as formulações de Meneses (2005) e Santos (2006) e exprimem de forma clara os fundamentos do exercício da justiça restaurativa que, na conceção de Braithwaite (2007),

McCold & Wachtel (2003) e Priban (2009), nasceu para fazer face às limitações, formalidades e inadequações da justiça criminal formal.

Significa que, mais do que assegurar a participação popular, com a intervenção destes modelos procura-se superar as limitações nalgumas circunstâncias demonstradas pela justiça formal. A preferência dos cidadãos por estes modelos reflete a perceção de que a justiça formal é difícil, lenta, distante, para além de que a solução de um conflito pela justiça formal é muitas vezes tomada como propriedade exclusiva dos intérpretes da lei formal. Esta realidade constatou Aertsen et al. (2008) ao defender que, em termos mais abrangentes, o poder de regulação nas sociedades africanas é assegurado pelos modelos tradicionais.

As formas de responsabilização criminal, pelos modelos tradicionais, descritas como de “reparação, compensação, restituição, pedido de perdão e realização de atividades a favor da comunidade, facilitam o restabelecimento dos laços e ambiente de paz entre as pessoas. O sentido desta constatação encontra-se nas explicações de Schafer (1960) ao ter referido que a restituição nos crimes contra a propriedade encoraja a vítima a denunciar o crime, assim como alivia o ofensor do sentimento de culpa pelo seu ato.

As representações contrárias às vantagens que acabamos de analisar têm na sua base as constantes mudanças, reestruturações e formas de funcionamento que as sociedades assistem. Foi objeto de destaque a consideração, por exemplo, de que a promiscuidade étnica e cultural nas zonas urbanas, o predomínio dos princípios estruturantes e de funcionamento do Estado de Direito, têm estado a concorrer para o desmoronamento da legitimidade e poder de influência dos modelos tradicionais. Consequentemente assiste-se a uma desarticulação dos estilos tradicionais de vida nas comunidades. É neste contexto que a eventual demonstração da falta de partilha dos valores e princípios de convivência no bairro pode dar lugar à construção de estereótipo de desviado ou do “estranho” e, em casos de criminalidade na zona, ser objeto de suspeita, rotulação e, consequentemente de linchamento.

Isto deixa-nos entender que os modelos tradicionais de resolução de conflitos estão cada vez mais destituindo-se das faculdades de controlar designadamente a delinquência e a mobilidade criminal, assim como do poder de aplicação das suas decisões e medidas sancionatórias. É aqui onde assenta a consideração de que a sua eficácia só é notória na criminalidade primária e não reincidente. Esta análise condiz, por exemplo, sob ponto de vista de certos modelos de justiça restaurativa, com as disposições de Richards (2009) que defendeu que se trata de uma técnica “terapêutica” adequada para casos de criminalidade cometida na fase inicial.

Também foi recorrente a referência ao fato de que a ausência de um regulamento que pudesse orientar a sua intervenção na resolução de conflitos criminais faz com que os seus procedimentos variem conforme a influência cultural de cada comunidade e, em algumas circunstâncias, dificultar a determinação de sanções e reparações justas e adequadas às condutas criminosas praticadas. Isto, por seu turno, dá lugar à manifestação de atitudes contrárias às leis dominantes e à finalidade tradicional destes modelos. Tais são os casos de decisões de “expulsão do acusado da zona de residência e cobranças ilícitas”. Portanto, esta análise revela uma manifesta tensão entre os mecanismos tradicionais de realização da justiça e os valores de uma sociedade em constante mutação que já não se mostram capazes de assegurar uma coesão social em torno de um núcleo ético e normativo partilhado por todos os cidadãos.

Em suma, podemos dizer que existe uma evidente simetria entre os elementos que caracterizam o discurso sobre a criminalidade e a segurança e os que acabamos de evidenciar relativamente aos linchamentos. Para além disso, é notória a presença, nos discursos analisados de uma grelha explicativa de natureza situacional quer relativa à criminalidade em geral quer quanto aos linchamentos. Efetivamente podemos dizer que os espaços e tempos de ocorrência do fenómeno, atos e atores de cometimento, assim como processos de intervenção e controlo constituem elementos que, de forma mais saliente, revelam uma abordagem dos problemas da criminalidade e da insegurança essencialmente de ordem situacional.

Acontece, contudo, que a análise dos nossos resultados, em certa altura, coloca o linchamento como elemento de aprofundamento da análise das questões de segurança que não se mostram visivelmente recobertos na dimensão situacional. Efetivamente, ao compararmos os discursos sobre a insegurança em geral e o linchamento, vemos emergirem categorias de análise que nos remetem para dimensões de carácter social estrutural e macrosocial.

Ora, nos discursos apresentados sobre as formas de intervenção nos problemas de criminalidade e segurança pública que enquadram os linchamentos, para além da ação dos singulares, iniciativas comunitárias com destaque particular para os modelos tradicionais de resolução de conflitos encontramos a intervenção policial. As representações fundamentais quanto a este nível de intervenção foram mais desenvolvidas em torno das atividades de visibilidade e presença física policial com particular destaque para o patrulhamento nos bairros residenciais onde a criminalidade e as práticas de linchamento se desenvolvem.

Um breve olhar sobre as patrulhas policiais gera divergências de opiniões face à sua eficácia preventiva, dado que, na realidade estudada, são interpretadas como sendo de abrangência e eficácia reduzidas. O foco da crítica é o de que a prevenção criminal através de patrulhas policiais permite que os delinquentes procedam à reorientação dos seus atos em função das rotinas policiais de patrulhamento. Significa que as patrulhas policiais se limitam apenas a prevenir crimes nos locais onde permanentemente se assiste à circulação policial, tais como “mercados, feiras, terminais de transportes e vias públicas de acessibilidade razoável”. Nas circunstâncias descritas torna-se claro que as patrulhas policiais sejam estratégias de intervenção que previnem crimes específicos que ocorrem também em circunstâncias específicas. As críticas que aqui se colocam condizem com as disposições teóricas anunciadas por Clarke (1997), Skogan (1996) e Welsh & Farrington (2010) no âmbito das limitações da prevenção situacional do crime. Concordando que o crime seja um produto intelectualmente escolhido, a eventual diminuição de ocorrências criminais através da visibilidade policial em patrulhas pode não significar a diminuição do crime, mas sim um deslocamento, já que, antes se disse que, na cidade de Chimoio “os delinquentes reorientam seus atos em função das rotinas policiais de patrulhamento”.

A descrição anterior é resumidamente tida como verdadeira “inoperância policial”. Nesta linha de pensamento, o linchamento explica-se a partir de uma percepção generalizada do recrudescimento do crime que na interpretação dos populares ocorre sob um “olhar apático” dos órgãos policiais, uma atitude descrita como “vontade de facilitar a vida dos criminosos”. Os linchamentos são praticados como forma expressiva de criticar a lentidão e ineficácia policial no controlo das ações dos criminosos. Por outras palavras, podemos dizer que a incapacidade policial na captura dos delinquentes é um dos fatores que mais contribui para a manifestação de comportamentos populares violentos e linchamentos de criminosos. Estes orientam-se pela conceção dada por Salazar & Roque (2007), segundo o qual os delinquentes executam livremente os seus atos criminosos porque dificilmente serão levados ao castigo, já que as estratégias de intervenção policial revelam-se inadequadas para a estrutura e formas de manifestação da criminalidade. Até aqui, os linchamentos assim como as estratégias de intervenção policial no controlo de crime revestem-se ainda de um sentido situacional.

Podemos afirmar a asserção anterior porque fazendo uma breve análise às críticas anteriormente apresentadas, e tendo em conta a estrutura de criminalidade que provoca insegurança nos bairros e, consequentemente, o recurso a linchamento de supostos criminosos

permite-nos apresentar algumas proposições. Conhece-se a prevalência e tipos de crimes que provocam a insegurança nos bairros da cidade de Chimoio, suas definições e formas específicas de manifestação, inclusive as particularidades dos grupos criminosos, no entanto o que nos falta é o empenhamento na pesquisa e exploração de alternativas específicas, adequadas e adaptadas às características situacionais da já referida criminalidade, neste caso concreto tida como de manifestação violenta. Surge, por exemplo, a necessidade de combinação do efeito das estratégias de visibilidade policial com programas de policiamento orientado ao problema, programas de desenvolvimento social e entre outros, conforme os problemas identificados, visando afetar as condições especificamente favoráveis, benefícios e recompensas percebidos pelos delinquentes para o desenvolvimento de certo tipo de criminalidade (Clarke, 1997; Tillyer & Kenned, 2008 e Welsh & Farrington, 2010).

Embora algumas percepções apontem que o trabalho policial é positivo e, incentiva a participação comunitária na gestão de segurança pública, as explicações do linchamento na sua relação com a intervenção policial na prevenção criminal remetem-nos para uma análise do desempenho e operatividade policiais tidos como negativos. É a partir daqui onde a análise aos linchamentos opera uma descontinuidade face à esfera estritamente situacional para uma dimensão estrutural.

Conforme os resultados deste trabalho apontam, a fragilidade da polícia pode estar associada à insuficiência de meios materiais e humanos aos níveis da exigência dos problemas de criminalidade. Contudo, interessa-nos salientar que a solução das dificuldades operacionais da polícia não emana exclusivamente dela como entidade de maior visibilidade pública, mas de acordo com os entrevistados, ela deve ser situada enquanto responsabilidade da macroestrutura governativa no empoderamento não só da polícia como também das comunidades e outros modelos e agências de controlo social do crime. Por outro lado, o empoderamento da comunidade e outras agências de controlo social traduziria claramente as disposições de Hughes e Edward (2002) e Mastrofski et al. (2010) ao terem defendido que os atuais discursos e desafios de gestão dos problemas de criminalidade e segurança das pessoas e bens não podem constituir monopólio da polícia. Quer-se com isto dizer que o envolvimento da comunidade, de particulares e de organizações da sociedade civil na busca de soluções devem ser incentivados e, por isso, passar a constituir a tábua central da intervenção do Estado nos problemas de segurança pública.

Um outro aspeto que, dentro dos problemas de criminalidade, ordem e segurança pública se salienta com a análise dos linchamentos é o que aponta para o mecanismo da

execução de medidas de responsabilização criminal. A nossa análise concentra-se, a título de exemplo, nas criticadas “decisões de soltura e recondução de arguidos à liberdade” que segundo a perspectiva dominante estariam na base de novos atos de criminalidade. Além do mais, esses atos são entendidos como de corrupção, protagonizada pelos órgãos de justiça formal, sob capa de “ausência de matéria para incriminação”. Nesta ordem de ideias, tanto ou mais do que punir o delinquente, os linchamentos expressam uma reprovação e consequente reação popular a certas políticas criminais, procedimentos e decisões judiciais que não se mostram adequados ao sentido de justiça porque seriam de molde a facilitar a reincidência, a reforçar a vitimação e a desproteger potenciais vítimas. Parece-nos que os populares lincham para punir não apenas a violação da lei em si, mas também de certos valores sociais que as medidas legais não satisfazem. O linchamento funciona como um auxiliar ou complementar de uma dimensão punitiva que o sistema formal de justiça criminal não atinge. É forma de compensar a “tolerância” demonstrada no tratamento de casos criminais que ameaçam a segurança das pessoas nos bairros.

Esta análise corrobora as disposições explicativas de Godoy (2004), segundo a qual o linchamento constitui forma de pressionar e exigir a mudança de atitudes por parte dos órgãos de justiça criminal, isto é, maneira de exigir um tratamento sério dos delinquentes e problemas da criminalidade que afligem os cidadãos.

À semelhança de explicações apresentadas por Beck (2011), o linchamento adquire claramente um sentido funcional. É um elemento de pressão, eventual negociação e reconfiguração das relações, não apenas entre delinquentes e populares, mas sobretudo entre estes e o sistema de justiça criminal formal. Este entendimento evidencia a sua função comunicacional e de reestruturação da sociedade, já que, até a morte do linchado, é visto pelos linchadores como elemento de transmissão de uma mensagem para toda a estrutura social. Esta consideração é corroborada pela análise de vários autores (e.g, Godoy, 2002; Granjo, 2009; Tolinay & Beck, 1995), segundo os quais as torturas físicas no processo de linchar visam, constituir um instrumento dissuasivo e intimidatório para os potenciais criminosos e, acima de tudo, reforçar o tecido social. Constituem resposta ao que é sentido como uma espécie de anomia, num ambiente de fragilidade demonstrada pelos órgãos formalmente constituídos.

Em face disto, podemos dizer em suma que os atos de linchar não acontecem somente como resposta a uma delinquência específica. Encontram-se dotados de um forte elemento de espontaneidade e emoção, profundamente ligados à percepção da insegurança e vulnerabilidade

social das pessoas. A decisão de linchar é uma espécie de ativação de uma “zanga” acumulada ao longo do tempo e de um distanciamento da sociedade face à justiça. Poderíamos dizer que, nestes termos, a quantidade do castigo aplicado na vítima pouco tem a ver com a ofensa que o precipitou (Santillán, 2008). Significa que não se coloca por relevante a proporcionalidade dos atos à ofensa precipitadora, mas sim a uma série de ofensas anteriores a esta e a uma frustração de expectativas face ao papel dos modelos formais na solução dos problemas que são agora deslocados e imputados à vítima de linchamento.

A explicação do linchamento como forma de contestar o mecanismo de realização da justiça criminal abre um debate, no qual certas camadas sociais, designadamente juristas e outros escolarizados, a consideram como radicando num manifesto desconhecimento das disposições penais e das garantias constitucionais que fundamentam as decisões judiciais ou, simplesmente na “falta da cultura jurídica” por parte das populações. Nesta linha de análise, os linchamentos são interpretados como manifestação da resistência à mudança e persistência de um passado histórico em que a justiça criminal se centrava mais na retribuição do que na reabilitação do ofensor, ou em que, na conceção de Foucault (1987), o corpo do suspeito é que era o alvo da pena.

No caso deste estudo toma-se por referência o processo de transição pós-colonial e de regime político, em que as palmatórias públicas, horrores, torturas e fuzilamentos, estes últimos, praticados, por exemplo, aquando da guerra civil, o encarceramento excessivo, e outros tratamentos pesados e degradantes contra os arguidos constituíam o senso da justiça. Os linchamentos afiguram-se como práticas inspiradas nos momentos em que à vida e integridade humanas se atribuía um valor insignificante e cujo respeito, proteção e promoção dos Direitos Humanos eram quase impensáveis.

Podemos traçar um paralelismo, ainda que mitigado, entre estas perceções explicativas, assentes nas transformações político-sociais verificadas num recente passado histórico do povo moçambicano, e as interpretações observadas noutros estudos e que radicam na “inspiração do passado”. Autores como Krupa, (2009); Santillán, (2008) e Vilas, (2005) que desenvolveram suas pesquisas sobre linchamentos em contextos de extrema multiculturalidade (que não é o caso de Chimoio) explicam que as práticas linchatórias constituem interpretação e persistência de categorias indígenas e pré-modernas de tratamento da delinquência em alguns países da América Latina.

Sintetizando, podemos dizer que está aqui evidente a insatisfação popular com as autoridades formais. Apesar de também aqui ser evidente a insatisfação com a atuação da

polícia, ela surge mitigada pela percepção de que a polícia depende de decisões políticas estando, portanto, condicionada pelo investimento que se faz em recursos capazes de a tornar mais eficaz na proteção dos cidadãos e na prevenção criminal. Essa insatisfação é particularmente vincada nos discursos sobre os linchamentos, sobretudo relativamente às instâncias judiciais que não punem de modo a assegurar a prevenção especial e geral. E aqui encontramos uma bipolarização entre os que consideram que a justiça é demasiada branda deixando desprotegidos os cidadãos e não satisfazendo as necessidades das vítimas e os que interpretam essas críticas como falta de cultura jurídica ou como resultado da nostalgia de um tempo em que não se respeitavam os direitos humanos.

Esta perspectiva surge aquando do desenvolvimento das percepções sobre a reação à vitimação criminal, mais especificamente através da justiça formal. Os resultados do nosso estudo mostram que é notável o conhecimento por parte dos residentes sobre onde recorrer em casos de vitimação. A preferência entre as autoridades tradicionais e de justiça formal parece depender das expectativas de encontrar uma solução adequada à natureza do problema. À exceção de algumas situações em que a percepção de que “mesmo queixando-se, a solução do problema não vem” acaba incentivando o recurso a formas de realizar a justiça fora do domínio dos mecanismos legítimos.

A responsabilização penal, como é óbvio, começa com a suficiente verificação de elementos incriminatórios ao suspeito, podendo culminar, comumente, com o cumprimento efetivo da “pena de prisão” ou sua “conversão em multa”. Estas medidas, incluindo a figura de “caução”, são, como decorre dos discursos dos entrevistados, aplicadas dentro do espírito da política de execução de medidas penais vigente. É fundamentalmente aqui onde se desencadeia o debate. O mecanismo de execução de medidas penais é interpretado como mais beneficiando o arguido e o sistema formal do que à vítima. Não protege a vítima dos riscos de vitimação repetida e muito menos a reparação do prejuízo causado.

Há então a ideia de que as medidas legalmente estabelecidas não satisfazem o desejo das vítimas, pressupondo que até a decisão de tomar o direito de punir por si é uma forma de garantir a justiça e satisfação do sentimento e espírito de vingança, já que a reparação não existe. Acontece, em contrapartida, que as medidas de reparação são já adotadas ao nível do sistema de justiça formal, verificando-se mesmo um crescimento em termos de sua aplicação. Aliás, isso deu lugar para que se passasse a defender a existência de sistema de justiça criminal mais pautada pela restituição do que pela retribuição (Chistie, 1977 e Barnett, 1977). Clarificando, pretende dizer-se que, se o Estado assegurasse a restituição e reparação do

prejuízo na vítima, isso constituiria uma forma simbólica de curar as feridas causadas pelo crime e eventualmente contribuiria para reduzir, as consequências psicológicas da vitimação, o medo e a raiva pela vitimação. Contribuiria também para aumentar as possibilidades de reintegração e de responsabilização do ofensor e até de reconciliação social (Braithwite, 2007 e Priban, 2009).

Esta abordagem permite-nos a concluir que a legislação penal e as condições de execução de medidas penais clamam por uma reforma, alargamento das possibilidades de soluções dos problemas de criminalidade assim como a sua adequação à realidade atual. A presente análise justifica, por um lado, a necessidade de complementaridade das medidas penais através do desenvolvimento de serviços rentáveis e úteis à comunidade por parte dos arguidos. Por outro lado, a formalização da reparação do dano a favor da vítima, particularmente nos crimes contra a propriedade. Estas referências introduzem a ideia de que o infrator deve ser punido por ter lesado um interesse tutelado pelo Estado e, mais ainda, por ter lesado o direito e a autonomia pessoal da vítima sobre o seu bem, neste caso, através da reposição ou compensação. Pressupõe que o interesse da vítima pode ser bem servido não só pelo encarceramento do ofensor, mas também pela reparação do prejuízo. Esta asserção encontra-se no pensamento de Darley & Pittman (2003) ao mostrarem que a compensação para complementar a pena de prisão alcança maior significado nos crimes dolosos¹⁵ como, no caso em análise, são os crimes cometidos pelos “nhamacatanas”.

A abordagem sobre perceções a respeito das medidas penais e ênfase na reparação do prejuízo causado na vítima remete-nos para a lógica de funcionamento e participação dos modelos tradicionais na resolução de conflitos criminais. Traduz-se sumariamente na necessidade de avocar, modernizar e submeter os mecanismos tradicionais de responsabilização penal, ao regime do exercício do poder judicial, já que, os seus princípios são suscetíveis de aplicação também na justiça formal sob um paradigma que nas experiências europeias se designa por “mediação penal” e outras formas de justiça restaurativa (Roach, 2000; Sani, 2011).

¹⁵ De acordo com a descrição constante na noção dada por Correia (1997), crimes dolosos seriam aqueles que, mesmo havendo um conhecimento material e das circunstâncias de facto que pertencem ao tipo legal, o agente do crime revela uma sobreposição consciente da vontade ao facto. Portanto, independentemente de a violação de um direito protegido pela lei ser prevista como consequência direta, necessária ou possível, o agente se mantém firme no direcionamento da sua intenção.

Resumidamente, o que os discursos sobre o linchamento nos revelam de modo mais evidente são as tensões que se situam a um nível estrutural, social político e cultural e que nos discursos sobre a segurança e sobre a criminalidade ficam recobertas pelos elementos situacionais. Podemos dizer que o linchamento convoca uma análise que transcende os contextos específicos em que ocorre e se projeta para abarcar dimensões mais amplas e que se relacionam com toda a estrutura macrossocial e política.

O linchamento é de algum modo o produto de uma sociedade que se sente vulnerável e desprotegida e que reage violentamente não apenas à violência da criminalidade de que é alvo mas aos que, podendo evitá-la, não o fazem suficientemente. E nesse sentido pode considerar-se que tem uma dimensão política. Não se limita a ser uma reação ao ato que sofre mas às condições que estruturalmente permitem que esse ato aconteça. Nesse sentido, traduzi-lo a uma expressão impensada e meramente emocional de “fúria” é demasiadamente redutor. Exprime não só uma vontade de castigar e de repor a ordem como ainda uma forma de responder a todo o conjunto de transformações de natureza política, económica e social que caracterizam uma sociedade em processo de transição. É uma forma de responder ao próprio sistema de justiça criminal que para além de se mostrar cada vez mais incapaz de controlar o crime e suas implicações, situa-se distante e funciona de modo incompreensível a quem se destina servir. Aparece também como tentativa de reestruturação e restabelecimento da coesão e relações de vida em sociedade.

Embora para alguns possa contribuir para a redução de crime, tal consubstancia-se num dilema interpretativo, uma vez que mais do que o próprio processo de linchar também ser crime, isto é, “combater o crime pela prática de crime”, afigura-se como estando a colocar em causa todo um conjunto de princípios estruturais, designadamente os que visam a proteção da dignidade da pessoa humana.

5.2 Considerações Finais e Elementos de Futuros Estudos

Os linchamentos públicos de supostos criminosos ocorrem num contexto de (in) segurança caracterizado pela manifestação da criminalidade especificamente violenta. As condições estruturais dos bairros mostram-se como estando a interagir favoravelmente para o desenvolvimento dos comportamentos criminosos que agudizam os problemas de segurança, crime e vitimação criminal no local de estudo. Nesses territórios a segurança constitui, em primeira mão, um dos valores escassos e de maior procura por parte dos cidadãos.

Ainda que reconhecidas as potencialidades das estratégias policiais e outros intervenientes como são os casos dos modelos tradicionais de resolução de conflitos, as condições situacionais, a falta de recursos e as formas de manifestação da criminalidade reduzem significativamente a sua capacidade de controlo. Isso suporta a necessidade de exploração de alternativas específicas e adequadas às características da criminalidade, com vista ao desenvolvimento de modelos e técnicas de intervenção, não apenas como responsabilidade dos órgãos policiais, mas sim de todas autoridades responsáveis pelo desenvolvimento e melhoramento das condições de vida urbana, sociedade civil, assim como por toda a macro estrutura governativa do Estado.

O retrato sobre a segurança e criminalidade que contextualizam a ocorrência de linchamentos, a descrição dos atos, contextos, processos e percepções sobre linchamentos de supostos criminosos conferiram-nos uma compreensão do fenómeno como problema de ordem e segurança pública mais especificamente ligado à criminalidade, formas específicas de cometimento do crime pelos delinquentes, assim como à fragilidade das estratégias formais de intervenção e tratamento dos problemas criminais. Isto constitui prova de que o linchamento não tem apenas uma e única causa, consubstanciando uma confluência e interligação de fatores e de problemas. Este reconhecimento implica que qualquer intervenção que se queira preventiva e eficaz tenha de ser pensada de modo complexo e sistémico.

Temos a noção de que este estudo não conseguiu abranger e aprofundar convenientemente todos os elementos que seriam relevantes para a compreensão desta complexidade temática. As limitações de tempo, lugar e recursos em que o trabalho empírico foi realizado não permitiram que fossem explorados entre outros temas e perspetivas de análise que nos trariam a compreensão mais ampla do que os resultados desta pesquisa espelham.

Foi nossa preocupação compreender o fenómeno de linchamento por referência aos modelos tradicionais de resolução de conflitos criminais. Contudo, a abordagem desenvolvida não evidenciou o seu enraizamento em práticas seculares das comunidades. Como dissemos, se os mecanismos comunitários estão ainda vivos e são percecionados como um instrumento importante de organização e controlo social, não há o estabelecimento de associações entre estas formas atuais de justiça e a “justiça popular” do linchamento. Mais: vimos que as formas de justiça tradicional que subsistem são valorizadas essencialmente pelo apaziguamento dos conflitos e mesmo pela ação positiva na reintegração do delinquente. Temos, portanto, à partida, uma dicotomia entre justiça popular “boa” e justiça popular “má” que é evidente

particularmente no discurso das autoridades tradicionais. Esta linha de separação por vezes esbate-se, em particular quando se lamenta as limitações que a “justiça boa” enfrenta, a sua perda de influência e de eficácia numa sociedade cada vez mais diversa e em transformação.

A capacidade de mobilização popular que é manifesta nos linchamentos escapa aos controlos comunitários e, de algum modo estes denunciam a ambivalência entre o seu valor positivo de manifestação de uma coesão social cada vez mais difícil e a sua impotência face aos resultados violentos da “justiça popular”. Nesse sentido, consideramos que desenvolvimento de estudos na perspetiva histórico-antropológica examinando, para o efeito, elementos de continuidade e descontinuidade entre a tradição e as práticas de “atos visivelmente tidos como maus” e que, atualmente procuram encontrar expressão nas práticas de linchamentos, pudesse ajudar-nos a aprofundar a perceção desta relação dialética.

A demais, o linchamento não se trata apenas de um reagir a um ato criminal, mas sim de um conjunto de problemas sociais interligados entre si e que encontram o ato criminoso como ponto de erupção. Significa que, as condições de ocorrência dos linchamentos, particularmente na cidade de Chimoio e Moçambique em geral requerem mais investigações com vista a identificação dos pressupostos básicas que concorrem para o enfraquecimento das instituições de controlo social, assim como da reprodução diária e crescente da criminalidade que é respondida pelos linchamentos.

Se as populações lincham para contestar uma certa dimensão punitiva cujas políticas, estratégias e procedimentos de realização da justiça criminal não conseguem atingir, desenhos de investigação, metodologicamente diversificados precisam de ser desenvolvidos para, entre outras se compreender, quais os verdadeiros reflexos das atuais condições da realização de justiça criminal? Que dimensão punitiva se reclama? Quais os pressupostos e implicações de sua aplicação?

O linchamento de suspeitos de crimes em Moçambique manifesta-se de forma expressiva em determinados centros urbanos e, em outras, quase que nunca se fala de tais práticas. Tal sugere-nos que um levantamento exaustivo dos contextos e condições estruturais do desenvolvimento da criminalidade, dos processos de controlo social e até de localização geográfica para um estudo comparativo, nos ajudaria a descobrir determinados elementos e especificidades que, para além da melhor explicação, constituiria teste de determinadas perceções e explicações saídas deste e de outros estudos realizados em Moçambique sobre o fenómeno de linchamento. Neste tipo de estudos, acima da que conduziu as nossas análises,

precisaria de uma maior diversificação dos entrevistados para se atingir a mais profunda saturação teórica e reforçar a sua validade interna e externa.

Um outro aspeto a desenvolver prende-se com os processos coletivos que sustentam e desencadeiam o ato de linchamento e que, apesar de termos procurado sistematizar neste estudo carecem de maior conhecimento. Se os populares lincham como forma de reagir a crueldade, brutalidade e violência com que, grupos específicos de criminosos cometem os atos criminais, futuras investigações precisam descobrir e compreender o tipo de manifestações psicológicas e interações sociais que se desenvolvem nas pessoas, designadamente a relação entre a “racionalidade e a emoção”, assim como a “determinação individual e contágio coletivo”. Na mesma linha de pensamento subjaz ainda, o aprofundamento do estudo da rede de relações entre diferentes grupos criminosos e a sua inscrição nos contextos comunitários.

Consideramos para finalizar que, resultados destes e outros estudos similares, não só alargariam o campo de análise e compreensão detalhada dos fatores e problemas associados aos linchamentos de supostos criminosos, como também serviriam de fontes de consulta e orientação para a conceção e implementação de políticas de prevenção e realização de justiça criminal à altura das necessidades e especificidades da vida das comunidades.

Referências

- Abrams**, Laura (2010) *Sampling “Hard to Search” Population in Qualitative research*. (pp. 536-550) V. 9. Sage publication UK
- Aertsen**, Ivo; **Arsovska**, Jana; **Rohne**, Holger; **Valinas**, Marta & **Vanspauwen**, Kris (2008) *Restoring Justice after large-scale violent conflicts: Kosovo, DR Congo and the Israeli-Palestinian case*. Canada. Willan Publshing
- Albarello**, Luc; **Digneffe**, Françoise; **Hiernaux**, Jean-Pierre; **Maroy**, Christian **Ruquoy**, Daielle & **Saint-Georges**, Pierre de (1995). *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais*. Tradução de Luísa Baptista. Gradiva Publicações SA. Lisboa
- Araujo**, Sara (2008) *Pluralismo jurídico em Moçambique: Uma realidade em movimento* acedido no dia 05 de 03 2012, em <http://www.sociologiajuridica.net.br/numero->
- Artur**, Domingos do Rosário (1999). *Cidade de Chimoio: Ensaio histórico-sociológico – 1*. Coleção Embondeiro, 14. Chimoio
- Azeen**, Muhammad & **Salfi**, Naseer (2012). *Usage of NVivo software for qualitative data analysis*. Academic Research international V2 nº 1 acedido no dia 30 de 06 de 2012, em www.journalssavap.org.pk
- Barnett**, Randy E (1977). *Restitution: A new paradigm of criminal justice*. (pp. 490-497) University of Chicago Press
- Bartunek**, Jean M (2002). *Qualitative research can add new meanings to quantitative research*. (pp. 237-242) .Journal of organizational behavior, Boston College USA
- Bayley**, David H. (1998). *What works in policing?* New York Oxford
- Bauer**, Martin W. & **Kaskell**, George (2000). *Qualitative researching with text, image and sound: A practical handbook*. Sage London
- Bazeley**, Pat (2009) *Analyzing qualitative data: More than identifying themes*. (pp 6-22). Malaysian journal of qualitative research
- Beauregard**, Eric & **Leclerc**, Benoit (2007). *An application of the rational choice approach to the offending process of sex offenders: A closer look at the decision-making*. (pp. 115-133) Sage Publications Sexual abuse: a journal of research and treatment
- Beck**, Teresa K (2011) *The Eye of the beholder: Violence as a social process*. (pp. 346-356) V. 5 nº 2. International journal of conflict and violence
- Benevides**, Maria Victoria (1982). Linchamentos: Violência e “justice” popular. In **Da Matta**, Roberto (1982). *A violência brasileira*. (pp 93-117). São Paulo. Editora brasiliense
- Bertelsen**, Bjorn E (2009). *Multiple sovereignties and summary justice in Mozambique: Social analysis*, Berghahn Journals Volume 53 acedido no dia 05 03.2012 em <http://www.ingentaconnect.com/>

- Binford**, Leigh (1999). *A failure of normalization: Transnational migration, crime and popular justice in the contemporary neoliberal Mexican social formation*. (pp. 123-144). Social justice. Pro Quest Criminal Justice
- Boni**, Valdete & **Quaresma**, Silvi J (2005) *Aprendendo a entrevistar: Como fazer entrevista em ciências sociais*. (pp. 68-80) V2 n° 3 www.enetese.ufsc.br
- Bowers**, Kate; **Johnson**, Shame & **Hirschfied**, Alex (2004). *Closing off opportunities for crime. An evaluation of alley-gating*. (pp. 285-308). European journal on criminal policy research
- Braithwaite**, John (2007). *Encourage restorative justice*. (pp. 689-696) V. 6. N° 4
- Braga**, Anthony A. (2002). *Problem oriented policing and crime prevention* C.J. Press New York disponível em <http://www.popcenter.org/library/reading.pdf> acessado no dia 20.05.12
- Brundage**, W Fitzhugh (1993). *Lynching in the new South Georgia and Virginia 1880-1930*. Illinois Press
- Butler**, Paul (2010) *One hundred years of race and crime*. (pp. 1043-1060) V. 100 n° 3 USA in journal of criminal law and criminology. Pro Quest Criminal Justice
- Christie**, Nil (1977). *Conflicts as property*. (pp. 1-15) V.17 n° 1. The British journal of criminology
- Clarke**, Ronald V. & **Felson**, Marcus (1993). *Routine activity and rational choice: Advances in criminological theory*. Transaction Publishers. New Brunswick and London
- Clarke**, Ronald V. (1997). *Situational crime prevention: Successful case studies*. (pp. 2-43) New York (2nd ed.) Harrow and Heston Publisher
- Cohen**, L.E. & **Felson**, Marcus (1979) *Social change and crime rate trends: a routine activity approach*. (pp. 588-608) V. 44 .American Sociological Review
- Conteh-Morgan** , Earl (2006) *Globalization, state failure, and collective violence: the case of Sierra Leone*, acessado no dia 05 de 03 2012vem <http://www.gmu.edu/programs/icar>
- Cordner**, Gary W (1995) *Community Policing: Elements and Effects* (pp. 1-16) V. n° 3 in Police publication news. Alpha Enterprises Publications,
- Cordner**, Gary & **Biebel**, Elizabeth P. (2005). *Problem oriented policing in practice* (pp. 155-180) V. 4 n° 2
- Cornish**, Derek B & **Clarke**, Ronald V. (2003). *Opportunities, precipitators and criminal decisions: a reply to wortley's critique of situational crime prevention*. (pp. 41-96) V. 16 Crime Prevention Studies
- Correia**, Eduardo (1997). *Direito Criminal I*. Almedina. Coimbra

- Coutinho**, Clara P. (2011). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: Teoria e prática*. Almedina SA Coimbra
- Cusson**, Maurice (2011). *Criminologia*. (Castro, Josefina trad.) 3ª ed. Casa das Letras (obra original publicada em (2002).
- Darley**, John M. & **Pittman**, Thane S (2003). *The psychology of compensatory and retributive justice*. (pp 324-336) V. 7 nº 4.
- Downing**, Steven (2011). *Street justice: a theoretical paradigm*. (pp 125-147). V. 14 nº 2. Contemporary justice review.
- Durkheim**, Émile (1965). *The elementary forms of the religious life*. (Swain, Joseph Ward trad.) Free Press, USA
- Durkheim**, Émile (1980). *As regras do método sociológico*. (Nogueira, Eduardo Lúcio trad.) Editorial Presença. Lisboa
- Eliade**, Mircea (1993). *O mito do eterno retorno*. (Torres, Manuela trad.) Lisboa, Edições 70
- Farrell**, Graham (2010) *Situational crime prevention and its discontent: Rational choice and harm reduction versus cultural criminology*. (pp. 40-66) V. 44 nº 1 Blackwell publishing
- Felson**, Marcus (1983) *The ecology of crime*. (pp.665-70). Encyclopedia of crime and justice New York. Macmillan
- Ferguson**, Eliza Earle (2006) *Judicial authority and popular justice: Crimes of passion* acedido no dia 06 de 03 2012 em <http://www.mendeley.com/research/section>
- Flick**, Uwe (2002). *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*. Tradução de Artur M Perreira 1ª Ed. Monitor- Projetos e Edições Lda. Lisboa
- Foucault**, Michel (1987). *Vigiar e punir: História da violência nas prisões*. (Ramalhe, Raquel trad.) 27ª ed. Vozes Editora. Rio de Janeiro
- Fower**, H. W & **Fower**, F. G (1995). *The concise oxford dictionary*. 9ª Ed. Clarendon Press. Oxford
- Fraser**, Maria T D & **Gondin**, Sônia M (2004) *Da fala do outro ao texto negociado: Discussões sobre entrevista na pesquisa qualitativa*. (pp. 139-152) V. 14 Paideia
- Garland**, David (1996). *The limits of sovereign state: Strategies of crime control in contemporary society* (pp. 445-471)
- Garland**, David (2005) *Penal excess and surplus meaning: Public torture, lynching's in twentieth-century America*. (pp. 793-833) Low and society review. Pro Quest Criminal Justice
- Gaudreault**, Arlène (2005). *The limits of restorative Justice*. Sessional Lecturer in Victimology, acedido em 10.03.12 em <http://www.victimsworld.gc.ca/pub/>

- Gilling**, Daniel (2001). *Community safety and social policy*. (pp. 381-400). European journal on criminal policy and research. Kenver academic publishers
- Gibbs**, Anita (1997) *Focus groups*. Nígel Gilbert UK University of Surrey
- Glasser**, Barney G. & **Stauss**, Anselm L. (1967). *The discovery of grounded theory: Strategies for qualitative research*. University of California. New York
- Godoy**, Angelia Snodgrass (2002). *Lynchings and the democratization of terror in postwar Guatemala: Implications for human rights*. (pp 640-661). Human rights quarterly
- Godoy**, Angelia Snodgrass (2004). *When “justice” is criminal: Lynchings in contemporary Latin America*. (pp 621-651). Kluwer academic publisher. Netherlands
- Grabosky**, Peter N. (1996). *Unintended consequences of crime prevention*, Australia Institute of criminology (pp. 26-56). Disponível em http://www.popcenter.org/library_05/02 acedido em 25.04.12
- Granjo**, Paulo (2009). *O linchamento como reivindicação de poder em Moçambique*, Revista angolana de sociologia, acedido no dia 05.12.2011 em <http://www.ics.ul.pt/instituto>
- Greene**, Jack R. (2000). *Community policing in America: Changing the nature, structure and function of the police* (pp. 229-370) V. 3
- Haan**, Willem De & **Vos**, Jaco (2003). *A crying shame: The over-rationalized conception of man in the rational choice perspective*. (pp. 29-54) V. 4. Sage Publication. London
- Hochstetler**, Andy (2001) *Opportunities and decisions: Interactional dynamics in robbery and burglary groups*. (pp. 737-763). Pro Quest Criminal justice
- Hughes**, Gordon & **Edwards**, Adam (2002). *Crime control and community: The New Politics of People Safety*. Willan Publishing
- Hayward**, Keith (2007) *Situational crime prevention and its discontent: Rational choice theory versus the cultural of now*. (pp. 232-250) V. 41 nº 3 Blackwell publishing
- Instituto Nacional de Estatística** (2007). *Sinopses dos resultados definitivos do 3º recenseamento da população e habitação*. Maputo
- Instituto Nacional de Estatística** (2010). *Projeções anuais da população total urbana e rural dos distritos da província de Manica 2007-2040*. Direção de estatísticas, demografias vitais e sociais. Maputo
- Jackman**, Mary (2002) *Violence in social life*. (pp. 387-415). Annual review of sociology. Pro Quest Criminal Justice
- Kress**, Victoria & **Shaffner**, Marie F (2007). *Focus groups: A practical and applied research approach for counselors*. (pp. 189-195) V. 85 Journal of counseling and development

- Krupa**, Christopher (2009). *History in red: Ways of seeing lynching in Ecuador*. (pp 20-39) V 36 nº 1
- Kvale**, Steiner (1996) *Interview: An introduction to qualitative research interviewing*. Chapter 7 (pp. 124-135), and chapter 8 (pp. 144-159). Sage publication
- Kyed**, Helena Maria (2010). *The contested role of community policing new non-states actors in the plural legal landscape of Mozambique*. DIIS working paper. Denmark
- Langa**, Adriano (1992). *Questões cristãs à religião tradicional africana: Moçambique*. Braga, Editorial Franciscana.
- Le Bon**, Gustave (2005). *Psicologia das massas*. Tradução de Rosário Morais da Silva. 1ª Edição. Ésquilo Edições e multimédia. Lisboa
- Linden**, Rick (2007) *Situational crime prevention: Its role in comprehensive prevention initiatives*. (pp. 139-159) V. 1 disponível em www.prevention-crime.ca
- Liska**, Allen E. (1997) *Modeling the relationships between macro forms of social control*. (pp. 39-61) V. 30 nº 4. Annual review of sociology. Pro Quest Criminal Justice
- Martins**, J. Souza (1995). *As condições do estudo sociológico dos linchamentos no Brasil*, acedido no dia 06.01.2012 <http://www.scielo.br/br/scielo.php>
- Martins**, J. Souza (1996). *Linchamento, o lado sombrio da mente conservadora*. (pp. 11-26) Tempo social – Ver. Sociol. São Paulo
- Maruna**, Shadd (2009). *Lessons for justice reinvestment from restorative justice and the justice model experience*. (pp 661-669). V.10 nº 3, acedido no dia 06.03.2012 em <http://www.qub.academia.edu/shaddmaruna>
- Mason**, Jennifer (2006). *Mixing methods in a qualitatively driven way*. (pp. 9-25) V. 6 nº 1. London, New Deli, Sage publication
- Mastrofski**, Stephen; **Wills**, James e **Kochel**, Tommy R. (2010). *Recommendations for Integrating compstat and community policing* (pp 182-193) V. 4 Oxford University Press
- Mbuba**, Jospeter M. (2011). *Approaches to crime control and order maintenance in transitional societies*: In African journal of criminology & justice studies: acedido no dia 06.03.2012 em <http://readperiodicals.com/201104/2367231161.html>
- McCold**, Paul & **Wachtel**, Ted (2003). *Em busca de um paradigma: Uma teoria de justiça restaurativa*. acedido no dia 10.03.2012, em http://www.iirp.edu/iirpWebsites/web/uploads/article_pdfs/paradigm_port.pdf
- Mckenzie**, Ian (1982) *Unlawful assembly: Riots, rout: The mechanism of the mob*. (pp. 40-46) V. 5 nº 1. London

- Meneses, Maria P** (2005). *Traditional authorities in Mozambique: Between legitimacy and legitimacy*. Disponível em www.ces.uc.pt/pub/oficina/ficheiros acessado no dia 23.04.12
- Mejia, Margarida & Arthur, Maria J** (2006). *Instâncias locais de resolução de conflitos e o reforço dos papéis de género: A resolução de casos de violência doméstica em Moçambique* <http://www.wlsa.org.mz/?> “Outras Vozes”, nº 17,
- Merton, R. King** (1996). *On social structure and science*. University of Chicago Press. Chicago and London
- MÉTIER** (2003). *Impacto do processo de privatização em Moçambique*. V 2. Acessado no dia 09 de março de 2013 em www.metier.co.mz
- Mogalalakwe, Monangeng** (2006). *The use of documentary research methods in social research*. African sociological review (pp. 221-230)
- Mondlane, Eduardo** (1968). *Lutar por Moçambique*. Editora Sá da Costa. Coleção Vozes do Mundo
- Morgan, David** (1996). *Focus groups*. (pp. 129-152). Annual review of sociology
- Morgan, David L & Spanish, Margaret** (1984) *Focus groups: A new tool for qualitative research*. (pp. 253-270) Human science press
- Myhill, Andy & Quinton, Paul** (2010). *Confidence, neighborhood policing, and contact: Drawing together evidence* (pp. 273-281) V. 4 nº 3. Oxford University Press
- Omale, Don John** (2006). *Justice in history: An examination of african restorative traditions' and the emerging 'restorative justice'* acessado no dia 06.03.12 em <http://www.africaknowledgeproject.org>
- Parnaby, Patrick** (2006). *Crime prevention through environmental design: Discourses of Risk, social control and a new liberal context*. Canadian journal of criminology and criminal justice
- Patton, Michael Q** (1990). *Qualitative research and evaluation methods*. (pp. 169-186) Beverly Hill. Sage publication
- Piquero, Nicole; Exum, Mc Lyn & Simpson, Sally** (2005). *Integrating the desire for control and rational choice in a corporative crime context*. (pp. 252-280) V. 22 nº 2. Pro Quest Criminal Justice
- Phibbs, W. Michael** (2010). *Should sector policing be in your organization's future?* In FBI law enforcement Bullitin
- Polivi, Natalie; Looman, Terah; Humphries, Charlie & Pease, Ken** (1991). *The time course of repeat burglary victimization*. (pp. 411-414) V. 31 nº 4. British journal of criminology

- Polkinghorne**, Donal (2005). *Language and meaning: Data collection in qualitative research* (pp. 137-145) V 52 n° 2. Journal of counseling psychology
- Poupart**, Jean; **Deslauriers**, Jean-Pierre; **Groulx**, Lionel-H; **Laparriere**, Anne; **Mayer**, Robert e **Pires**, Álvaro P (2008). *A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos*. Editora Vozes, Rio de Janeiro
- Priban**, Jiri (2009). *On the social theory of restorative justice*. (pp. 33-54) V. 5 n° 1 Acedido no dia 22 de Outubro de 2012 em www.crjcs.or
- Recasens**, Amadeu B. (2007). *La seguridad y sus politicas*. Barcelona; Atellier Libros Juridicos
- Richards**, Kelly (2009). *Rewriting and reclaiming history: An analysis of emergence of restorative justice in western criminal justice systems*. (pp. 104-128) V. 15 n° 1. International journal of restorative justice
- Roach**, Kent (2000). *Changing punishment at the turn of the century: Restorative justice on the rise* acedido no dia 06.03.12 m em <http://www.restorativejustice.org/articlesdb/articl>
- Salazar**, Alexis R. & **Roque**, Raima (2007). *Inpunidad, anomia y cultura de la muerte. Los linchamientos en Venezuela*. (pp 139-161) V 13 n° 39
- Sani**, A. Isabel coord. (2011) *Temas de vitimologia: Realidades emergentes na vitimação e respostas sociais*, Almedina Coimbra
- Santillán**, Alfredo (2008). *Linchamientos urbanos. "Ajusticiamento popular" en tempos de la seguridad ciudadana*. (pp 57-69) n° 31 in Revista de ciências sociais
- Santos**, Boaventura S. (2006). *The heterogeneous states on legal pluralism in Mozambique*. (pp. 39-75) V. 40 n° 1. Low and society review. Pro Quest Criminal Justice
- Sasson**, Theodore (1995). *Crime Talk: How citizen construct a social problem*. New York Hawthorne Aldine
- Schafer**, Stephen (1960). *Restitution to victims of crime*. (pp. 117-122) London. Stevens & Son Ltd
- Scott**, John (2000). *Rational choice theory*. Sage Publication disponível em <http://private www. Essex.ac.uk/scottj>
- Serra**, Carlos dir. (2008). *Linchamentos em Moçambique: Uma desordem que apela à ordem*, Maputo V I, Imprensa Universitária
- Serra**, Carlos dir. (2009). *Linchamentos em Moçambique: O kwhiri que apela à purificação*, Maputo, V II, Imprensa Universitária
- Shover**, Neal & **Honaker**, David (1991). *The socially bounded decision making of persistent property offenders*. (pp. 1-29) acedido em 02. 10.2012 em <https://www.ncjrs.gov/pdffiles1>

- Silverman**, David (2000). *Doing qualitative research: A practical handbook*. Sage Publication, 1ª Edição, London
- Sinhoretto**, Jaqueline (2009). *Linchamentos: Insegurança e revolta popular*, (pp. 72-92) Revista brasileira de segurança pública, acessado no dia 05.12.2011 em <http://www.observatoriodeseguranca.org/files/artigos>
- Skogan**, Wesley (1996) *Evaluating problem solving policing: The Chicago experience* disponível em <http://www.ipr.northwestern.edu/publications> acessado no dia 10.05.12
- Sousa**, João Castro e (1985). *A tramitação do processo penal*. Coimbra Editora
- Souza**, Lídio de (1999). *Judiciário e exclusão: O linchamento como mecanismo de reafirmação do poder*. (pp. 327-338) V. 21
- Sparks**, Richard (2000). *Crime, risk and insecurity. Law and order In Everyday Life and Political Discourse*. London and New York
- Teedon**, Paul; **Reid**, Tim & **Griffiths**, Polly (2010). *Evaluating secured by design door and window installations: Effects on residential crime*. (pp. 246-262) Macmilan publishers www.polgrave.journals.com
- Tillyer**, Marie Skubak & **Kennedy**, David (2008). *Locating Focused deterrence approach within a situational crime prevention framework*. (pp. 75-84) Polgrave Macmilhan Ltd. www.polgrave.journals.com
- Tolnay**, Stewart & **Beck**. E. M (1995). *A festival of violence: An analysis of southern lynchings 1882-1930*. University of Illinois Press. Urbana and Chicago
- United State Department of State** (2011). *2010 Human Rights Report: Mozambique* acessado no dia 15 de março de 2013, disponível em <http://www.state.gov/j/drl/rls/hrrpt/2010/af/154360.htm>
- United Nations** (2011) *International Covenant on Civil and Political Rights: Human Rights Committee*. 102ª session. Genebra. Acessado em 15 de março de 2013 em <http://www1.umn.edu/humanrts/africa/mozambiq.htm>
- University of Minnesota: Human Rights Library** (n.d). *The Status of Human Rights Organizations in Sub-Saharan Africa, Mozambique*. University of Minnesota. Disponível em <http://www1.umn.edu/humanrts/africa/mozambiq.htm>
- Vilas**, Carlos M (2005). *Linchamiento: Venganza, castigo e injusticia en escenarios de inseguridad*. (pp 20-26) V. 20 nº 131. México.
- Verma**, Arvind (2007). *Anatomy of riots: A situational crime prevention approach*. (pp. 201-221) www.polgrave.journals.com
- Waldrep**, Christopher (2008). *New Perspectives on lynching, race riots, and mob violence*. acessado no dia 07.03.2012 em <http://www.amazon.com/African->
- Walgrave**, Lode (2002). *Restorative justice and the law*. Willan Publishing, Canada and USA

Weisburd, David; **Mastrofski**, Stephen; **McNally**, Ann M; **Greenspan**, Rosann e **Willis**, James (2003). *Reforming to preserve: Compstat and strategic problem solving in America policing* (pp. 421-456) V. 2 nº3

Welsh, Brandon & **Farrington**, David (2010). *The future of crime prevention: Developmental and situational strategies*. Disponível em [www.mj.gov/topics/crime prevention](http://www.mj.gov/topics/crime-prevention). Acedido em 13 de Outubro de 2012

Wright, Richard & **Miller**, J. Mitchell (2005). *Encyclopedia of criminology*. (pp. 941-944). Rutledge. New York and London

World Health Organization (2002). *A global public health problem: World report on violence and health*. Geneva disponível em <http://www.who.int/violenceen.pdf>, acedido no dia 30.10.12

Sítio de Internet

http://www.mozambiquehistory.net/op_producao.html acedido no dia 03 de fevereiro de 2013).

Documentos Legislativos

Imprensa Nacional de Moçambique (2004). Constituição da República de Moçambique. Maputo

Gouveia, Jorge Bacelar & **Nhamissitane**, Ricardo (2000). Código penal e legislação complementar. 2ª Edição. Maputo

Lei nº 4/92 de 6 de Maio que cria os tribunais comunitários e define as suas competências. BR Série nº 19

Lei 15/91 de 3 de Agosto que estabelece as normas sobre a reestruturação e redimensionamento do setor empresarial do Estado incluindo a privatização e alienação a título oneroso de empresas, estabelecimentos, instalações e participações sociais de propriedade do Estado.

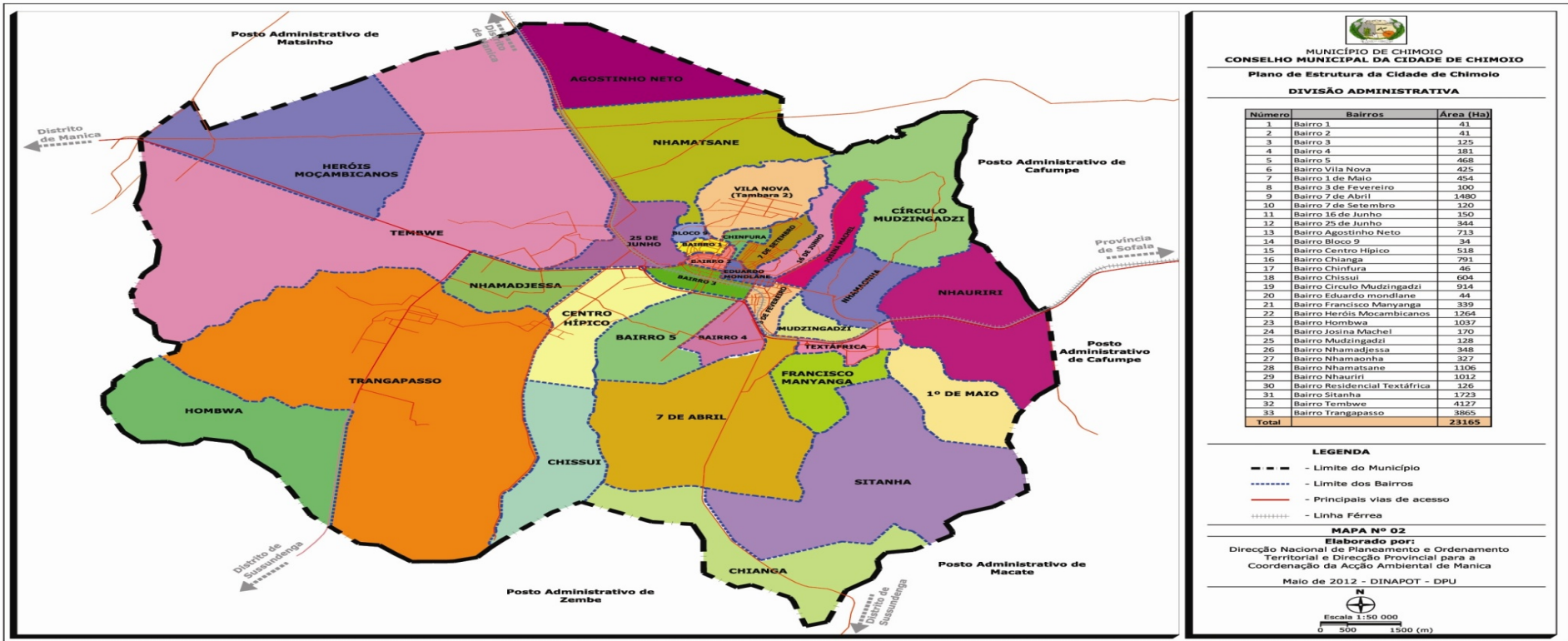
Diploma Ministerial nº 80/2004 de 14 de Maio, que aprova o regulamento de articulação dos Órgãos das Autarquias Locais com as Autoridades Comunitárias, publicado pelo Boletim da República de Moçambique nº 19 Iª série

Regulamento de Funcionamento das Estruturas Administrativas dos bairros municipais, aprovado em 30 de Julho de 2010 pelo Conselho Municipal da Cidade de Chimoio.

Anexos

ANEXO 1

Mapa da Divisão Administrativa da Cidade de Chimoio por Bairros Residenciais



Fonte: Direção Nacional de Planeamento Territorial e Direção Provincial para a Coordenação de Acção Ambiental de Manica

ANEXO 2

GUIÃO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

APRESENTAÇÃO

Esta entrevista visa compreender a problemática dos linchamentos públicos na cidade de Chimoio, e é feita como condição parcial para a preparação da dissertação de mestrado em criminologia na Faculdade de Direito da Universidade do Porto

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONDENTE

Onde vive, A quanto tempo vive.....

O que faz,..... A quanto tempo exerce

I. DESCRIÇÃO GERAL DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA, CRIMINALIDADE E VITIMAÇÃO

Quer nos fazer uma breve apresentação dos principais problemas que afetam a cidade de Chimoio

Então pode-nos falar um pouco mais sobre a segurança e experiência de criminalidade no seu bairro

- Que tipos de crimes são mais frequentes? E como comparas os níveis de criminalidade deste bairro com outros?
- Na sua opinião, quais são os fatores que contribuem para os problemas de segurança que referiu?
- E, sobre os fatores que favorecem a ocorrência de crimes neste bairro, pode nos explicar quais são?
- Em que contextos e condições, facilmente as pessoas podem ser vítimas de crime no bairro
- Sobre a circulação noturna, quais são os riscos que as pessoas podem correr por isso?
- Já foste vítima de crime? Ou se conhece alguém, pode nos explicar como aconteceu?
- Que zonas frequentemente as pessoas são vítimas de crime? Porquê?

PREVENÇÃO CRIMINAL E POLÍCIA

Como acabou de nos falar das condições de segurança, vitimação e criminalidade, pode falar agora das formas de prevenção da criminalidade neste bairro

- E a polícia, como é que controla e previne a atividade criminosa nos bairros?
- Quais são as formas concretas de intervenção policial na comunidade que ajudam a prevenir a criminalidade?
- Será que a presença física policial consegue prevenir os crimes? Pode explicar como?

- d) De forma particular, o que as pessoas fazem para reduzirem o risco de serem vítimas de crime

Qual é o seu pensamento sobre a polícia?

Pode-nos falar do que achas sobre o trabalho ou papel da polícia no combate ao crime?

- a) Como descreves a relação entre a polícia e as populações residentes do bairro? Existe alguma articulação? Como é que acontece?
- b) E as demais pessoas, qual é a avaliação que fazem sobre o trabalho que a polícia faz no bairro?
- c) No seu ponto de vista, como é que pode se reforçar essa relação de proximidade e confiança?

REAÇÃO AO CRIME E VITIMAÇÃO

Quer nos explicar de modo geral, quando alguém é vítima de crime, como costuma proceder?

- a) Se já aconteceu com sigo ou alguém que conheces, o que fez exatamente?
- b) Será que as pessoas costumam apresentar a queixa? Aonde é que fazem a queixa normalmente?
- c) Existem outras entidades às quais as pessoas podem recorrer para apresentar queixa ou denuncia?
- d) E porque as pessoas optariam pela polícia ou outras entidades? E em que casos concretos?
- e) Mas no seu ponto de vista, que tratamento deve ser feito a um ladrão no bairro?

REAÇÃO PELOS MODELOS TRADICIONAIS

E as autoridades tradicionais como participam na resolução de problemas criminais?

- a) Que tipo de criminalidade tem merecido intervenção das autoridades tradicionais para sua resolução?
- b) Quais são as vantagens e desvantagens que existem quando os problemas criminais são resolvidos pelas autoridades tradicionais?
- c) De que forma responsabilizam o criminoso pelo crime cometido?
- d) Como procedem a reparação do dano e compensar a vítima pelo crime?
- e) Qual é a sua eficácia para que a pessoa não volte a cometer outro crime?

PERCEÇÃO SOBRE SANÇÕES CRIMINAIS

Pode nos descrever quais são as formas de sancionar as pessoas que praticam crime

- a) E mais particularmente as autoridades tradicionais, como é que sancionam os criminosos?
- b) Até que ponto as sanções judiciais e das autoridades tradicionais são adequadas para responsabilizar o criminoso pelo ato?

- c) Acha que deviam existir outras formas de sancionar os criminosos? Quais por exemplo?

II. DEPOIS DESTA ABORDAGEM GERAL VAMOS FALAR ESPECIFICAMENTE DOS LINCHAMENTOS

DESCRIÇÃO DO ATO DE LINCHAR

Certamente que Já ouviu falar de linchamentos de criminosos. Quer nos explicar do seu ponto de vista o que é isso?

Se já assistiu ou ouviu falar dum caso, pode nos descrever como é que isso aconteceu? E quem são os intervenientes?

- a) Quais são as características dos indivíduos que costumam participar num ato de linchamento?
- b) E, sobre que tipo de criminalidade as pessoas preferem linchar os suspeitos?
- c) Como é que de repente muitas pessoas se reúnem para linchar um suspeito?
- d) Onde, e que tipo de instrumentos usam para linchar suspeitos de crime?
- e) Será que tem existido alguém que orienta como outras pessoas devem proceder no linchamento? Então como acontece?
- f) E sobre os linchados, pode descrever um pouco sobre as características das pessoas que têm sido vítimas?

Então pode-nos fazer uma avaliação do ponto de vista pessoal sobre essas práticas.

- a) E achas que são boas ou más práticas? Porquê?

EXPLICAÇÕES DO LINCHAMENTO

1. Na sua opinião, por que é que as pessoas praticam linchamentos?

- a) Mas os que lincham os suspeitos, o que pretendem atingir?
- b) Quais é que podem ser as suas motivações?

REAÇÃO ÀS PRATICAS DE LINCHAMENTOS

Quando um grupo de pessoas lincha um suspeito de crime, depois o que é que acontece?

- a) Qual é que tem sido a atitude da polícia e das autoridades tradicionais sobre eles?
- b) E os que praticam o linchamento, como é que tem sido tratados pelos atos?
- c) Será que as sanções a eles aplicadas conseguem desencorajar as práticas de linchamento?
- d) Porque é que apesar da responsabilização, as pessoas continuam a linchar suspeitos de crime?

EFEITOS DO LINCHAMENTO

Qual é o impacto de um linchamento no bairro aos vários níveis?

- a) Ao nível do sentimento de segurança no bairro? Como?

- b) Na criminalidade, ou seja, na ocorrência posterior de crimes no mesmo bairro? Como?
- c) No seu ponto de vista, qual é a mensagem que a prática de linchamento transmite para as crianças e jovens que assistem ao ato ou que dele têm conhecimento?
- d) Se por hipótese o linchado for do mesmo bairro, qual é o ambiente de relacionamento que se constrói posteriormente? (designadamente com o próprio (se está vivo) com a família, os amigos, entre as forças da autoridade e a população no geral)
- e) Como comparas os efeitos do linchamento com a atuação da polícia contra o crime

PROPOSTAS DE SOLUÇÕES

Acha que alguma coisa devia ser feita pelo governo para as pessoas pararem de linchar suspeitos de crime? O quê concretamente?

- a) Se tivesse que sugerir algumas medidas para reduzir os linchamentos que proposta daria?
- b) E a polícia, de que forma devia atuar para os populares deixarem de linchar suspeitos de crime?
- c) Qual é que deve ser o papel das autoridades tradicionais nos bairros para esse efeito?
- d) E as pessoas em particular, o que devem fazer?

Tem algo mais que gostaria de acrescentar ou perguntar antes de terminarmos a nossa conversa?

ANEXO 3

ESTRUTURA DE TÓPICOS PARA DEBATES EM GRUPOS FOCAIS

APRESENTAÇÃO DOS PROPÓSITOS

Com este debate pretendemos, o mais aprofundado possível, compreender a problemática dos linchamentos públicos na cidade de Chimoio. Foi concebido como condição parcial para a preparação da dissertação de mestrado em criminologia na Faculdade de Direito da Universidade do Porto

APRESENTAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE DISCUSSÃO E INTERAÇÃO DOS PARTICIPANTES
PEPLO MODERADOR

APRESENTAÇÃO INDIVIDUAL DOS MEMBROS DO GRUPO DE DISCUSSÃO

Elementos desencadeadores e enquadramento do debate no objeto de estudo (Leitura de um extrato de jornal, seguida de uma apresentação fotográfica de um ato de linchamento)

I. EXPLICAÇÕES DO LINCHAMENTO

Qual é o nosso comentário sobre esta notícia?

Na nossa opinião, por que é que as pessoas praticam linchamentos?

- c) Para os que lincham um suspeito, o que pretendem atingir?
- d) Quais é que podem ser as suas motivações?

Qual é o nosso ponto de vista sobre o impacto de um linchamento no bairro aos vários níveis?

- e) Ao nível do sentimento de (in) segurança no bairro?
- f) E face à criminalidade, principalmente na ocorrência posterior de crimes no mesmo bairro? Como?

II. ANÁLISE DA INTERVENÇÃO DOS MODELOS TRADICIONAIS NOS PROBLEMAS DE CRIMINALIDADE

Na nossa maneira de ver, como é que as autoridades tradicionais participam na resolução de problemas criminais? Sobre que tipo de crime?

- f) Qual é o nosso ponto de vista sobre as vantagens e desvantagens que existem quando os problemas criminais são resolvidos pelas autoridades tradicionais?
- g) Como procedem a reparação do dano e compensar a vítima pelo crime?
- h) De que forma responsabilizam o criminoso pelo crime cometido?
- i) Qual é a sua eficácia para que a pessoa não volte a cometer outro crime?

III. PROPOSTAS DE SOLUÇÕES

Se tivéssemos que sugerir algumas medidas para reduzir os linchamentos que propostas daríamos?

AGRADECIMENTOS

ANEXO 4

Estrutura de Categorização e Codificação das Entrevistas e Jornais: Análise Vertical

Grandes Dimensões	Categorias e sub categorias		
Segurança e vitimação criminal	Descrição dos Problemas	Situações	
		Espaços e tempos	
		Fatores associados	
	Intervenção nos Problemas	Intervenção Policial	Avaliação do trabalho policial
		Modelos tradicionais de resolução de conflitos	Vantagens
			Desvantagens
		Outras formas de intervenção	
		Reação a vitimação	
Sanções criminais	Alternativas		
Linchamentos	Percepção geral		
	Descrição dos atos		
	Descrição dos atores		
	Descrição dos espaços e tempos		
	Situações concretas		
	Explicação dos linchamentos	Causas imediatas	
		Causas mediatas e fatores associados	
	Avaliação dos linchamentos	Efeitos	Segurança e criminalidade
			Relações sociais
	Reação aos linchamentos	Constrangimentos	
	Sugestões para prevenção		

ANEXO 5

Estrutura de Triangulação de Técnicas de Observação e “Comparação Constante” das Informações: Análise horizontal

Ex: Categorias de Análise	Entrevistas			Documentos (jornais)	Grupos Focais	Relatório
	Polícias	Magistrados	Autoridades comunitárias			
Segurança e vitimação criminal	Sinopse	Sinopse	Sinopse	Sinopse	Sinopse	Texto Final dos Resultados
Intervenção nos problemas						
Percepção geral dos linchamentos						
Descrição dos atos						
Descrição dos atores						
Descrição dos espaços e tempos						
Situações concretas						
Explicação dos linchamentos						
Reação aos linchamentos						
Avaliação dos linchamentos						
Sugestões de diminuição						

